

PATRÍCIA VOLK SCHATZ

**A IMPRENSA ESCRITA ENTRA EM CAMPO: RELAÇÕES  
ENTRE POLÍTICA E FUTEBOL ATRAVÉS DA ANÁLISE DA  
REVISTA PLACAR (1974-1982)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Waldir José Rampinelli.

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SCHATZ, PATRÍCIA VOLK

A IMPRENSA ESCRITA ENTRA EM CAMPO : RELAÇÕES ENTRE  
POLÍTICA E FUTEBOL ATRAVÉS DA ANÁLISE DA REVISTA PLACAR  
(1974-1982) / PATRÍCIA VOLK SCHATZ ; orientador, Waldir  
José Rampinelli - Florianópolis, SC, 2015.  
193 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. futebol. 3. política. 4. ditadura civil-  
militar. 5. Placar. I. Rampinelli, Waldir José. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

PATRÍCIA VOLK SCHATZ

**A IMPRENSA ESCRITA ENTRA EM CAMPO: RELAÇÕES  
ENTRE POLÍTICA E FUTEBOL ATRAVÉS DA ANÁLISE DA  
REVISTA PLACAR (1974-1982)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em História Cultural, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, fevereiro de 2015.

---

Prof. Dra. Eunice Sueli Nodari  
Coordenador do Curso

**Banca examinadora:**

---

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Rogério Santos Pereira  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn  
Universidade do Estado de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Émerson César de Campos  
Universidade do Estado de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de fazer alguns breves agradecimentos. Ao meu orientador, professor Waldir José Rampinelli pela confiança, apoio e indicações para a realização desta dissertação. Ao professor Reinaldo Lohn que, pacientemente, acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação na UDESC e, que gentilmente participou das bancas de qualificação e defesa final deste trabalho. Agradeço ao professor Giovani De Lorenzi Pires que contribuiu imensamente para a elaboração da dissertação com sua participação na banca de qualificação. Presto também meu agradecimento aos professores Êmerson César de Campos e Rogério Santos Pereira pelo aceite em participar da banca de defesa, dispostos a contribuir com a melhoria do texto final deste trabalho. Preciso agradecer ao professor Carlos Espindola que, desde a graduação em Geografia, sempre atende às minhas dúvidas e que apoiou a elaboração desta dissertação.

Agradeço à CAPES que financiou entre 2013 e 2015 a realização deste trabalho.

Também preciso agradecer as amigas Carolina do Amarante, Kelly Yshida, Hellen Martins Rio pelas boas conversas, risadas partilhadas, sushis deliciosamente divididos e, principalmente, pelo apoio incondicional compartilhado. Vocês traduzem o real significado da amizade. Também dedico parcela deste trabalho às amigas Emanuela, Simoní e Geisa que conheço de longa trajetória acadêmica geográfica.

E meu agradecimento especial e principal é para minha mãe Susana. Nada faria sentido se não fosse por ela que é minha melhor amiga, que sempre acredita no melhor e que nunca poupa esforços pelo meu bem. Dedico este trabalho também ao meu charmoso irmão Junior com quem quero dividir sempre bons e alegres momentos. E por fim, preciso homenagear meus avós Martin e Maria que muito admiro e amo.



## RESUMO

A revista Placar, lançada em 1970, contribuiu com a história do futebol no Brasil. Em suas páginas, marcadas pelo período da ditadura-civil militar, desenvolveram-se análises sobre o Campeonato Brasileiro de Clubes, a Seleção Brasileira e o envolvimento do esporte com a política. Com o governo Geisel é anunciada, em 1974, a abertura política brasileira que decretou o fim lento e gradual do regime militar no país e, assim, observam-se processos de mudança no futebol brasileiro. A partir da segunda metade da década de 1970 nota-se que os editoriais, reportagens, charges e seções do impresso esportivo tornaram-se mais críticos em relação a presença militar no comando do futebol nacional. É possível observar um processo de abertura política do futebol brasileiro inserido no processo nacional anunciado por Geisel. A revista Placar realizou um papel fundamental como agente formador de opinião ao tecer críticas à gestão do Almirante Heleno Nunes como presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e ao apoiar a criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Já no governo Figueiredo, o último do regime civil-militar, houve um esforço pela desvinculação entre a política dos militares e o esporte com o anúncio de que a CBF assumiria a administração do futebol nacional.

**Palavras-chave:** futebol; política; ditadura civil-militar; Placar.



## ABSTRACT

Placar magazine, launched in 1970, contributed to the football's history in Brazil. Its pages, marked by the military-civilian dictatorship period, have developed analyzes of the Brazilian Championship of Football Clubs, the Brazilian National Football Team and the involvement between sports and politics. During Geisel government, in 1974, is announced the Brazilian political opening that decreed the slow and gradual end of military regime in the country, and thus, it was possible to observe some changes in the Brazilian football. From the second half of the 1970s, editorials, reports, cartoons and sports sections became more critical about the military presence in the National Football command. It is worth mentioning a political opening of the Brazilian football inserted in the national process announced by Geisel. Placar magazine had a crucial role as an opinion-forming agent to criticize the management of Admiral Heleno Nunes as president of the Brazilian Sports Confederation (CBD) and supporting the creation of the Brazilian Football Confederation (CBF). Therefore, during Figueiredo's government, the last military president of the civil-military regime, there was an effort to separate military policy from sports with the announcement that the CBF would assume the National Football's Administration.

**Key words:** football, policy, civil-military dictatorship, Placar.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Manifestação por anistia .....	106
Figura 2 - Fala baralho.....	107
Figura 3 - Eugênio, o cartola. ....	108
Figura 4 - Diálogo entre ‘Baiano Conselheiro’ e ‘Cláudio Coutinho’, alusão ao técnico Cláudio Coutinho.....	127
Figura 5 – Charge de Laerte, tratando de forma humorada as questões da crise econômica e dos altos índices de inflação .....	127
Figura 6 - Campeonato Brasileiro de clubes.....	133



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CBD – Confederação Brasileira de Desportos  
CBF – Confederação Brasileira de Futebol  
FIFA - Fédération Internationale de Football Association  
FBF – Federação Brasileira de Futebol  
FBE – Federação Brasileira de Esportes  
APEA – Associação Paulista dos Esportes Atléticos  
LMEA – Liga Metropolitana de Esportes Atléticos  
LPF – Liga Paulista de Futebol  
ENEFD - Escola Nacional de Educação Física e Desportos  
LCL- Grupo Comunicação, Lazer e Cultura  
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
PND- Plano Nacional de Desenvolvimento



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1. O FUTEBOL SE REINVENTA NO BRASIL</b> .....	25
1.1 O AQUECIMENTO: PRIMEIROS PASSOS DA IMPRENSA ESPORTIVA E DAS INSTITUIÇÕES FUTEBOLÍSTICAS .....	25
1.2 PONTAPÉ INICIAL: O GOLPE CIVIL-MILITAR E OS PRIMEIROS GOVERNOS MILITARES .....	32
<b>1.2.1 Governo Castelo Branco: primeiros passos em campo</b>	<b>38</b>
<b>1.2.2 Governo Costa e Silva: novas regras são introduzidas no jogo</b> .....	<b>40</b>
<b>1.2.3 Governo Médici: a economia cresce e o jogo endurece</b>	<b>41</b>
1.2 O FUTEBOL NACIONAL VESTE UMA NOVA CAMISA: A REVISTA PLACAR.....	43
<b>1.2.1 Saldanha e Placar: novas páginas na história do futebol no Brasil</b> .....	<b>50</b>
<b>1.2.2 A revista Placar e os clubes brasileiros: campeonato nacional, atletas e as estratégias publicitárias</b> .....	<b>55</b>
<b>1.2.3 Bolada de ouro: a Loteria Esportiva</b> .....	<b>60</b>
1.3 SINAIS DE NOVOS TEMPOS: A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA E A DEMOCRACIA.....	63
<b>2. O BRASIL TORCE PELA DEMOCRACIA</b> .....	69
2.1 GOVERNO GEISEL E A ESTRATÉGIA DE ABERTURA POLÍTICA .....	70
<b>2.1.1 Virada de jogo: primeiros passos para a transição política</b> .....	<b>75</b>
<b>2.1.2 Copa do Mundo de 1974: entre expectativas, pessimismo e decepções</b> .....	<b>78</b>
2.2 OS MILITARES MANTÉM O JOGO: NOVOS REFORÇOS NO COMANDO DO ESPORTE NACIONAL .....	85
<b>2.2.1 A postura do governo Geisel após as derrotas eleitorais de 1974</b> .....	<b>89</b>
<b>2.2.2 Onde a ARENA vai mal, um time no nacional: os campeonatos brasileiros na era Heleno Nunes</b> .....	<b>91</b>
2.3 PÃO E CIRCO: A SELEÇÃO BRASILEIRA DE 1978 .....	93
<b>2.3.1 Onde a ARENA vai mal, um candidato do nacional: os craques vão à urna em 1978</b> .....	<b>100</b>
2.4 ÚLTIMOS LANCES DO JOGO: O FIM DO GOVERNO GEISEL.....	105

<b>2.4.1 A política vai para as arquibancadas: manifestações e lutas por democracia.....</b>	<b>106</b>
<b>3. A ABERTURA POLÍTICA DO FUTEBOL BRASILEIRO.....</b>	<b>111</b>
<b>3.1 CRISES DA ABERTURA FUTEBOLÍSTICA: A TRANSIÇÃO PARA A CBF .....</b>	<b>112</b>
<b>3.1.1 Indesejável futebol: o Campeonato Brasileiro de 1979.....</b>	<b>123</b>
<b>3.1.2 A política e o humor nas páginas de <i>Placar</i>: a anistia e a ameaça dos helenios .....</b>	<b>126</b>
<b>3.1.3 A ‘Seleção da abertura’: rompimento lento e gradual.....</b>	<b>133</b>
<b>3.2 A NOVA CBF: O DESAFIO DA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPEONATOS DE CLUBES.....</b>	<b>143</b>
<b>3.2.1 Brasil rumo a Espanha: Eliminatórias de 1982 .....</b>	<b>150</b>
<b>3.3 PLACAR SE INVENTA E REINVENTA: PRIMEIRO CENSO DO FUTEBOL BRASILEIRO .....</b>	<b>156</b>
<b>3.3.1 Ao tetra, Brasil! .....</b>	<b>160</b>
<b>3.3.2 Futebol e democracia: novas aproximações.....</b>	<b>167</b>
<b>3.3.3 Eleições de 1982: Copa do Mundo ganha eleição? .....</b>	<b>169</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>175</b>
<b>FONTE.....</b>	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>185</b>

## INTRODUÇÃO

Historicamente, é possível traçar inúmeros paralelos entre o futebol e as diversas questões nacionais, sejam políticas, econômicas, sociais ou culturais. Isso significa considerar que os debates relacionados ao futebol resultam, também, de construções históricas datadas desde o momento em que o esporte bretão foi introduzido no país.

O esporte, que chegou ao Brasil por intermédio, principalmente, das elites e dos imigrantes europeus a partir do final do século XIX, acompanhou as transformações urbanas e econômicas oriundas do processo de industrialização brasileira. Conforme o futebol tornava-se popular, os grupos políticos dirigentes assumiram a tarefa de regulamentar a prática esportiva e contribuíram para a progressiva popularização do esporte durante o século XX.

Contudo, é durante o regime civil-militar que novas questões aproximaram a política do esporte mais popular do país. A montagem de um aparato de propaganda eficiente durante o regime ditatorial foi responsável pela veiculação de imagens positivas e mensagens nacionalistas do Governo, inclusive aquelas relacionadas às vitórias brasileiras no futebol. O título mundial de futebol de 1970 forneceu subsídios para as alegações sobre o esporte como um manipulador social<sup>1</sup>, porém, como destaca Rollemberg, considerar que a população foi simplesmente manipulada pressupõe “sua infantilização, sua destituição de capacidade racional” (2006, p. 12).

A identificação do futebol como um símbolo nacional e o discurso militar nacionalista explicam a importância estratégica do esporte para a política brasileira. Assim, a aproximação entre o futebol e a política durante o governo civil-militar não é excepcional, já que mesmo em governos democráticos é possível observar significativas apropriações do esporte. O interesse pela temática do esporte é resultante de pesquisas anteriores realizadas durante os cursos de graduação em História e graduação em Geografia<sup>2</sup>. Com intenção de dar

---

<sup>1</sup> Alguns trabalhos desenvolveram a tese sobre o futebol como o ópio do povo. Entre estes, destacam-se: RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis: Vozes, 1982; FASSY, Amaury. **Brasil tetracampeão mundial?** Brasília: Horizonte, 1982.

<sup>2</sup> SCHATZ, Patrícia Volk. **A estatização do futebol: da Copa do Mundo de 1970 a Mini-Copa de 1972**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências

continuidade aos estudos relacionados ao futebol e à política, esta dissertação pretende contribuir com a História dos Esportes no Brasil. A temática dos esportes na História é relativamente recente no Brasil e precedida por trabalhos de outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia e a Educação Física, e por autores como José Sérgio Lopes, Maurício Murad, Roberto DaMatta, Vitor Melo e Silvano Goelner. É a partir da década de 1990 que se sistematiza um campo de investigação para a História do Esporte de forma que é visível o aumento das produções sobre o assunto, seja por meio dos grupos de pesquisa, livros ou trabalhos acadêmicos<sup>3</sup>.

A presente pesquisa privilegia o recorte temporal dos anos entre 1974 e 1982, de maneira que abrange o marco inicial do processo de abertura política e os primeiros movimentos definitivos em direção à democracia. Os anos de 1970 e o Governo Médici marcaram o período mais representativo do regime civil-militar por conta do ‘milagre’ econômico e da intensa repressão e violência do regime contra a oposição. O futebol foi celebrado em 1970 e a Seleção brasileira recebeu o título simbólico, reproduzido hoje ainda, de ‘a melhor Seleção de todos os tempos’. Pelas ruas do país houve uma grande comoção em torno do Tricampeonato e da posse definitiva da Taça Jules Rimet, feito inédito na história das Copas do Mundo, de forma que o Governo soube utilizar-se de uma eficiente propaganda na tentativa de associar o sucesso dos campos esportivos com uma possível projeção do país no cenário internacional. Nesse sentido, é importante a compreensão sobre a importância estratégica da propaganda política durante o regime civil-militar, de forma que este trabalho adere às colocações de Carlos Fico (1997) que considera crucial para o regime ditatorial ideais de

---

Humanas e da Educação, 2012; SCHATZ, Patrícia Volk. **A Pátria de chuteiras**: a Copa do Mundo de 2014 e os investimentos do PAC em Porto Alegre. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2014.

<sup>3</sup> Trabalhos como CALDAS, W. **O pontapé inicial**: memória do futebol brasileiro. São Paulo: Ibrasa, 1990; FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses**: futebol, cultura, sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Contexto, 2010; PIRES, G.L. **Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte**. Revista de Educação Física da Uem, Maringá, PR, v.9, n.1, p. 25-34, 1998. Também na década de 1990 é inaugurado o pioneiro Núcleo de Sociologia do Futebol da UERJ.

‘construção’ e ‘transformação’ do Brasil, perceptível por meio das inúmeras campanhas publicitárias criadas pelas agências do governo como ‘Brasil: Ame-o ou deixe-o!’ (1970), ‘Em Tempos de construir’ (1971), ‘Você Constrói o Brasil’ (1972), ‘O Brasil é feito por Nós’ (1977), ‘País que se Transforma e se Constrói’ (1978) e ‘O Brasil que os Brasileiros Estão Construindo’ (1978).

A abordagem metodológica utilizada para esta pesquisa considera que a trajetória do processo de transição ocorreu conforme características do próprio regime civil-militar. Essa forma de análise é pautada em Maria D’Alva Kinzo, que subdivide o processo de transição política em três fases, de maneira que a primeira compreende exatamente o recorte temporal desta pesquisa. Segundo Kinzo (2001), a primeira fase da longa transição democrática brasileira ocorreu entre 1974 e 1982, de maneira que estava totalmente sob o controle dos militares com claras tentativas de reforma política. A segunda fase compreenderia o período entre 1982 e 1985, que seria ainda caracterizada pela presença do poder militar, mas já caracterizaria maior participação civil. A última fase, entre 1985 e 1989, marcaria a definitiva substituição dos militares por civis em cargos públicos.

Dentre muitas razões apontadas como propulsoras da transição democrática, uma convergência de fatores como o fim do ‘milagre’ brasileiro e a crise de legitimidade do regime explicam a postura do Governo de Ernesto Geisel, que anunciou a abertura política em 1974. Divulgada como ‘lenta, gradual e segura’, a abertura política brasileira manteve-se sobre o controle dos militares e estendeu-se até a década de 1980, de maneira que representa um período de lutas, debates, conflitos e dúvidas quanto à democracia que se construiria no país.

Em relação ao futebol brasileiro, é possível identificar duas fases distintas na administração do esporte nacional. Entre 1974 e 1979 há um reforço da presença de militares no comando das principais instituições esportivas, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e o Conselho Nacional de Desportos (CND). Assim, enquanto o país se encaminhava, por meio de um processo lento e guiado, para a democracia, o esporte também permanecia sobre a atenção dos militares. Em 1979, a criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a nomeação de um civil para a presidência da instituição marcam uma mudança significativa na política desportiva brasileira e a tentativa de desvinculação entre o futebol e o governo civil-militar.

A revista *Placar*, do Grupo Abril, que circula no país desde 1970, representa um importante impresso dedicado aos esportes e que participou do processo de transição entre uma administração desportiva

militar e a transformação do esporte em uma prática institucionalmente democrática. A opção pela revista esportiva *Placar* como fonte histórica desta pesquisa justifica-se, também, pela importância que esta ocupou na construção de memórias sobre o desporto nacional, considerando-se a estratégia da Editora Abril, que lançou a revista às vésperas do mundial de 1970, no México.

Para a análise da revista *Placar*, utilizou-se de uma metodologia que compreende o papel da imprensa como agente formador de opinião. A imprensa escrita oferece meios e condições para a pesquisa histórica, e as transformações das formas de comunicação são também de interesse do historiador, que precisa atentar-se para as mudanças de percepção dos seres humanos sobre o tempo, os acontecimentos e a memória. Sônia Maria de Meneses Silva ainda chama a atenção para os meios de comunicação como formuladores de novas maneiras de apreensão do real e de escrita histórica (SILVA, 2011, p. 41).

Assim, analisando a conjuntura histórica proposta pela pesquisa, de 1974 a 1982, é possível observar o processo de seleção, ordenamento, estruturação e narrativa utilizada pela revista *Placar*, a partir das discussões propostas pelo trabalho *Imprensa e cidade*, de Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins. Outro trabalho de referência é o de Maria Celeste Mira intitulado *O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril*, que, ao trabalhar com as principais publicações da Editora, nos fornece subsídios para afirmar que foram as mudanças econômicas do Brasil e a formação de uma classe média consumista que permitiram a criação de um novo perfil de consumidores no país. Assim, houve a consolidação das revistas especializadas, entre elas a revista *Placar*, que buscava atender a um público particular, os admiradores do esporte.

O objetivo principal deste trabalho é identificar a trajetória das relações entre o esporte mais popular do país e a política nacional, de forma que seja claro que essas ligações foram construídas historicamente. Também se pretende contribuir com os estudos relativos à temática da ditadura civil-militar, desconstruindo visões superficiais e insuficientes, da maneira como destaca Carlos Fico em sua obra *Visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, ao afirmar que:

Ao mesmo tempo, clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime também não sendo abandonados, como a idéia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela

tortura e o assassinato político, a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado, a classificação simplista dos militares em “duros” ou “moderados” etc. (2004; p. 30).

A hipótese central deste trabalho é a de que existem duas fases distintas na trajetória do futebol brasileiro em sua relação com o governo no período entre 1974 e 1982. Com a iminência da abertura política, no governo Geisel, áreas de interesse, como a dos esportes, passaram a receber atenção. Observa-se uma fase de (re) militarização, que resultou na inclusão de membros ligados ao Exército no comando da Confederação Brasileira de Desportos e, também, na Comissão Técnica da Seleção Brasileira. Este processo de militarização do futebol nacional inicia-se ainda em 1970 e fortalece-se em 1975, com a nomeação do almirante Heleno Nunes para presidência da CBD. Posteriormente, à medida que a sociedade e a imprensa estabeleciam críticas quanto à gerência militar no futebol brasileiro, identifica-se um novo processo, o de uma abertura política no esporte nacional. Assim, no fim da década de 1970, os assuntos relacionados ao futebol passam para a administração da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a presidência da nova instituição é delegada ao civil e empresário, Giulite Coutinho.

Dessa forma, essa pesquisa divide-se em três capítulos que procuram abordar e compreender as relações estabelecidas entre a política e o futebol durante os primeiros anos da abertura política brasileira. O primeiro capítulo, intitulado *O futebol se reinventa no Brasil*, tem por objetivo a apresentação e discussão inicial da temática de pesquisa. Este capítulo aborda a confluência de fatores que levaram ao Golpe civil-militar em 1964 e quais foram as crises e expectativas resultantes desta mudança política.

O entendimento sobre os governos civil-militares entre 1964 e 1974, também abordado nesta primeira parte do trabalho, é fundamental na análise do conjunto de fatores que culminaram no processo de abertura política. A partir do momento em que se tornou claro o encaminhamento do Brasil para a democracia, tanto os militares, que detinham poder sobre o processo, como a oposição, que se interessava pelo assunto, passaram a discutir o tema da democracia. Para tratar do futebol e para a compreensão da imprensa esportiva no Brasil, o primeiro capítulo também se refere à trajetória do esporte nos jornais, revistas e estudos acadêmicos, analisando inclusive o surgimento da

revista *Placar*, que se tornou uma importante mídia impressa no país. Ainda, é explorado o início das ingerências militares no comando do futebol brasileiro, datado de 1970, quando a crise com o técnico João Saldanha, comunista e crítico do governo, levou à substituição de toda a comissão técnica da Seleção por militares ligados à Escola de Educação Física do Exército. Este capítulo ainda aborda a constituição do campeonato brasileiro como uma forma de articular clubes e o partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a criação da Loteria Esportiva como um mecanismo de fortalecimento e financiamento do futebol nacional.

O segundo capítulo, nomeado de *O Brasil torce pela democracia*, discute o Governo Geisel e seus aspectos políticos, econômicos e sociais, que são fundamentais para a compreensão da transição entre o regime civil-militar e o primeiro governo democrático pós-1964. Parte-se da observação de que a abertura ‘lenta, gradual e segura’ foi uma estratégia dos militares para manterem controle sobre o processo de transmissão de poder após a constatação de que a democracia era necessária e conclusiva. A administração do esporte nacional manteve-se, na década de 1970, sob a atenção dos militares, de forma que a participação de membros do Exército é reforçada em 1978, ano de Copa do Mundo e de expectativas frustradas quanto a um quarto título mundial. Identifica-se, assim, a formação de um perfil mais contestador da revista *Placar*, que passou a endossar com mais propriedade as críticas quanto à administração militar do desporto nacional e participou ativamente de campanhas pela criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a partir de acusações sobre a postura do Almirante Heleno Nunes, presidente da CBD.

O terceiro capítulo, intitulado de *A abertura política do futebol brasileiro*, tem por objetivo o fechamento da discussão proposta por esta dissertação. O debate sobre o Governo de João Figueiredo apresenta as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do Brasil que permitem a observação da construção de um novo cenário de democracia participativa. Também é verificado como os movimentos populares de resistência e as manifestações por democracia contribuíram para a formação de uma nova consciência política no Brasil. Em relação ao futebol, torna-se claro como a imprensa nacional, e a revista *Placar*, participaram ativamente da formação da CBF como entidade especializada em futebol e na nomeação do civil Giulite Coutinho para a presidência da instituição mais importante do futebol nacional. Por fim, a análise sobre a Copa do Mundo de 1982 permite constatar que o Brasil, na década de 1980, passava por uma transição na política e no

esporte que culminaria na transformação definitiva da realidade brasileira.

Dessa forma, este trabalho pretende contribuir para a construção de uma história dos esportes no Brasil atenta às questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Por meio da comprovação de que o futebol brasileiro atravessou duas fases distintas, uma de militarização e outra de abertura política, inseridas no processo de transição democrática do Brasil, é possível perceber como o esporte, notavelmente, está presente na trajetória histórica do país.



## 1. O FUTEBOL SE REINVENTA NO BRASIL

O que acho incrível e, sobretudo, indesculpável é que alguém, vivo ou morto, pudesse ficar indiferente à mais linda festa do futebol brasileiro em todos os tempos. Sim, os vivos deviam sair de suas casas e os mortos de suas tumbas. Viva a mulher bonita, que não faltou. Só as feias não apareceram. (Nelson Rodrigues, O Globo, 21 de nov. de 1969)

A identificação do Brasil com o futebol foi construída historicamente como o resultado de interesses políticos e econômicos, associados a um intenso processo de popularização do esporte a partir da década de 1910. Desta forma o futebol supera a prática esportiva e lúdica ao participar ativamente de inúmeros períodos da história do país.

Este capítulo versa sobre a trajetória da imprensa esportiva e das instituições futebolísticas no Brasil visando compreender como se dão as primeiras ingerências militares no comando do futebol nacional. Também, se avalia a relação entre o esporte e a política durante os primeiros governos civil-militares e as construções sociais sobre a democracia.

### 1.1 O AQUECIMENTO: PRIMEIROS PASSOS DA IMPRENSA ESPORTIVA E DAS INSTITUIÇÕES FUTEBOLÍSTICAS

Para o entendimento sobre as primeiras ingerências militares no comando do futebol nacional, a partir de 1970, é preciso recorrer aos antecedentes das instituições reguladoras do esporte no Brasil, bem como observar o desenvolvimento da imprensa esportiva.

No país, os militares e os médicos contribuíram para a organização e construção de conhecimentos para a profissionalização do esporte e da Educação Física. Oliveira (1999) coloca que os médicos contribuíram nos estudos científicos, enquanto que os militares organizaram a prática a partir dos manuais de ginástica.<sup>4</sup> Enquanto isso, o futebol ganhava visibilidade no país através da imprensa escrita. Dessa

---

<sup>4</sup> Segundo Marinho (1958) a trajetória da disciplina da Educação Física iniciou-se no século XIX com instituições como a Biblioteca Nacional, Escola de Engenharia, Escola de Direito, Escola de Medicina e a Academia Militar Real. Esta última sistematizou as práticas físicas da ginástica com inspiração no método alemão.

forma o esporte participava, nesta fase inicial, das páginas sociais dos principais jornais do Brasil, mostrando as arquibancadas como espaço de sociabilidade entre os membros das elites do país.

A indústria cultural é estruturada para atender as necessidades dos mercados consumidores de bens simbólicos e, à medida que o futebol tornou-se presente no território nacional<sup>5</sup>, a produção jornalística esportiva era impulsionada e as primeiras instituições reguladoras da prática eram criadas.

Ainda em 1901, é fundada a Liga Paulista de Futebol (LPF), considerada a pioneira dentre as associações regionais para o esporte. Com forte perfil conservador que tendia a preservar valores elitistas, a LPF, que era formada por cinco clubes de São Paulo, já demonstrava diferenças na tolerância social. Assim, o clube Paulistano, por exemplo, diferente de outros integrantes da Liga, aceitava com mais facilidade a presença de jogadores advindos de camadas sociais menos privilegiadas. (Sarmiento, 2006, p. 3)

Posteriormente, em 1905, é fundada no Rio de Janeiro a Liga Metropolitana de Futebol (que, a partir de 1908, passa a se chamar Liga Metropolitana de Esportes Atléticos- LMEA), em que os clubes Bangu e América eram formados por jogadores que trabalhavam nas fábricas. Dessa forma a Liga Metropolitana já antecipava as bases de um processo de popularização que se intensificaria a partir de 1910. (Sarmiento, 2006, p. 3)

Até o fim da primeira década do século XX não existiam instituições gestoras do futebol nacional, de forma que à medida que o esporte se distribuía pelo país se tornava mais clara a necessidade de um órgão promotor do esporte. Principalmente, porque os campeonatos regionais eram comandados por ligas locais que se mostravam insuficientes na tarefa de ordenar a prática esportiva. Hilário Júnior (2007, p. 77) destaca que:

---

<sup>5</sup> É importante destacar que a versão oficial de introdução do futebol no Brasil a partir da iniciativa de Charles William Miller, em 1894, não é a única aceita. A via elitista de entrada do esporte no país é resultante do papel da imprensa da época que retratava a prática como a importação da experiência de modernidade européia. Santos Neto (2002) destaca o papel das escolas paulistas na difusão do futebol no Brasil. E Gilmar Mascarenhas (2000) chama a atenção para as dimensões territoriais do país que exigem diferentes explicações para a introdução do esporte, de forma que o autor aponta para o papel de educadores, marinheiros, trabalhadores ingleses, jovens vindos da Europa e padres na dispersão do futebol pelo Brasil.

De forma semelhante ao que ocorria no campo social, onde nenhum segmento mostrava-se capaz de exercer hegemonia, no futebol também se viviam tempos de transição. Defensores do amadorismo e do profissionalismo disputavam a prerrogativa de organizar o futebol brasileiro, mas sem que ambos conseguissem superar as rivalidades regionais. (Hilário Júnior, 2006, p. 77)

Como as questões relativas à regulamentação do futebol envolviam interesses de elites e, conseqüentemente, geravam desentendimentos, em 1913 discordâncias entre a LPF e o clube Paulistano levaram à criação da Associação Paulista dos Esportes Atlético (APEA). A Liga carioca aproveitando-se da cisão paulista e interessada na hegemonia do futebol nacional tratou de aproximar-se da recém-criada APEA.

No ano seguinte, Álvaro Zamith da Liga Metropolitana junto à APEA questiona a necessidade de criação de uma entidade nacional de gestão esportiva no país e, assim, se decide sobre a formação da Federação Brasileira de Esportes (FBE), com as atribuições de organizar eventos esportivos nacionais e internacionais. Sarmento chama a atenção para a preocupação política de fundação da FBE de forma que “como entidade única responsável pela organização desportista nacional levava à formulação de um discurso no qual eram associados ao esporte alguns dos referências mais caros aos projetos nacionais de nossas elites” (2006, p. 6). Com esse propósito civilizatório para o Brasil, a FBE mostrava que “desde sua gênese institucional a preocupação com o universo esportivo se aproximava da defesa de interesses nacionais, da promoção social do povo e da construção da identidade nacional” (Sarmento, 2006, p. 7).

Como a criação da FBE foi uma forma encontrada pelos dirigentes do Rio de Janeiro de retirar de São Paulo qualquer possibilidade de hegemonia sobre a organização do esporte nacional, a LPF, em 1915, por conta de seus bons contatos com as organizações esportivas internacionais, e contando também com as prerrogativas da FIFA (Fédération Internationale de Football Association) que incentivava a formação e reconhecia as entidades reguladoras do futebol, criou a Federação Brasileira de Futebol (FBF) com apoio dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

Dessa forma a FBE e a FBF entraram em disputa pelo reconhecimento internacional da FIFA já que a Federação Brasileira de

Esportes, também, encaminhara pedido de filiação à instituição. A FIFA em resposta ao litígio decidiu que só reconheceria uma ou outra Federação quando os conflitos internos cessassem e, como em 1916 as divergências ainda não haviam sido resolvidas, as atividades da FBE e da FBF foram suspensas, sendo proposta a sua substituição pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), tendo como diretor provisório designado Álvaro Zamith.

Assim, a nova instituição assumia o compromisso da gestão nacional do esporte e a imprensa assumia a tarefa de tornar público o debate sobre a importância do esporte no país. Escritores de renome como, por exemplo, Lima Barreto, se posicionavam contrários ao futebol por considerá-lo uma prática importada da Inglaterra que somente atendia aos interesses das oligarquias dominantes.<sup>6</sup>

O processo latente de popularização do futebol, a partir da década de 1910, e a formação das instituições gestoras da prática foram responsáveis pelas primeiras obras publicadas sobre o assunto. Em 1918, os cronistas Antônio Figueiredo e Leopoldo Sant'Ana, dos periódicos *A Gazeta* e *O Estado de São Paulo*, publicaram os livros *História do Football em São Paulo* e *O Football em São Paulo*. E, ainda, Sant'Ana continuou suas produções sobre o futebol com *Veteranos e Campeões* em 1924 e *Supremacia e decadência do futebol paulista* em 1925, sendo que o último título evidencia a decadência de um futebol praticado pelas elites.

Apesar das disputas de interesses relacionadas à fundação da CBD e do intenso processo de popularização do esporte, o poder político estatal ainda não se estendia sobre a regulamentação dos esportes no Brasil, de forma que a principal crítica feita ao Governo se referia à falta de interesse do Estado pelo desporto nacional. A primeira aproximação entre Governo e futebol é realizada em 1920 quando houve o investimento financeiro para a CBD organizar os jogos do Centenário de Independência do Brasil, realizados em 1922.

---

<sup>6</sup> Lima Barreto juntamente com Mario de Lima Valverde, Coelho Cavalcanti e Antônio Noronha Santos fundaram a “Liga contra o football”, que era uma resistência à prática e as desigualdades que o esporte gerava, segundo a Liga. Em crônica intitulada “Benedito Football” publicada na revista *Careta*, em 1921, Lima Barreto destaca, entre muitas críticas: “O football é eminentemente um fator de dissensão. Agora mesmo, ele acaba de dar provas disso com a organização das turmas de jogadores que vão à Argentina, atirar bolas com os pés, de cá para lá, em disputa internacional”. Nota-se o tom de desprezo que o autor usa ao tratar do futebol, pois Barreto acreditava que o futebol acirrava as desigualdades sociais no Brasil.

É, definitivamente, a partir do Governo de Getúlio Vargas e de uma política voltada para o nacionalismo, que o futebol tornou-se objeto de atenção. Para Sarmento (2006, p. 56) “o esporte se tornava cada vez mais uma prioridade na agenda de interesses dos gestores públicos” e aponta como razões o fato do futebol se relacionar à expressão das massas urbanas, ser um fator de mobilização dos brasileiros, principalmente, das camadas populares nos grandes centros urbanos. Portanto, o futebol aparecia como ferramenta de um complexo sistema de propaganda. O autor, ainda, complementa afirmando que “a construção da legitimidade de um modelo de representação nacional poderia encontrar no campo esportivo um espaço privilegiado para a veiculação de um imaginário sobre o ideal de brasilidade” (2006, p. 57).

Dessa forma tornava-se evidente a aproximação sistemática entre futebol e política à medida que a questão nacional era colocada como prioridade do Governo brasileiro e, para tanto era preciso recorrer ao conjunto de símbolos que representassem o país. Assim, Hilário Júnior (2007) chama a atenção para o fato de que:

Paixão política e paixão futebolística eram estimuladas de forma semelhante. Enquanto que as bandeiras com as cores dos clubes eram desfraldadas nos estádios, as bandeiras regionais eram queimadas, e no lugar delas era içada a bandeira nacional. (Hilário Júnior, 2007, p.80)

Nesse mesmo sentido, como medida do Governo Vargas, em 1931, é oficializada a profissão de jogador de futebol que, inserida na legislação trabalhista, representava a busca de atletas, de diferentes substratos sociais, por oportunidades de ascender economicamente e socialmente. Franco (2007) aponta para a importância da organização dos clubes pelo país como responsáveis pela contínua expansão do esporte, já que a Seleção nacional ainda não apresentava desempenho vitorioso.

Também, nesse momento a Educação Física tornou-se um projeto para a sociedade civil com a instituição, em 1926, do Centro Militar de Educação Física do Exército. Ferreira Neto (1996, p. 291) considera essa unidade como a “célula máter” da formação profissional da área da educação física e corporal. Essas medidas foram tomadas após a derrota

brasileira na primeira edição da Copa do Mundo<sup>7</sup>, em 1930, evidenciando o contínuo interesse dos dirigentes brasileiros pelo esporte. A partir da Escola de Educação Física do Exército, uma seleção de médicos, militares e esportistas formaram o corpo docente da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) da Universidade do Brasil.<sup>8</sup> Para Ferreira Neto (1996) a soma da disciplina militar, das instituições médicas no contexto do primeiro governo Vargas e do movimento mundial de expansão das práticas esportivas caracterizam o período.

Já durante a Copa do Mundo de 1934,<sup>9</sup> além da Seleção Brasileira não conseguir resultados positivos, a CBD mostrava-se enfraquecida pelas contínuas disputas regionais, de forma que, “enquanto o escrete brasileiro acumulava mais esse fracasso internacional e provocava nova decepção, os clubes ganhavam crescente adesão das massas, sobretudo, nas grandes cidades do país” (Hilário Júnior, 2007, p. 78).

Conforme o futebol se popularizava no Brasil e outras questões importantes passavam a envolver o desporto nacional, os jornalistas esportivos passaram a se dedicar a descrever a prática futebolística e discutir seu lugar na cultura nacional. Ainda de acordo com Hilário Júnior (2007), a partir do momento em que o futebol se popularizou, é possível visualizar usos políticos sobre o esporte.<sup>10</sup> Dessa forma, a primeira questão envolvendo o futebol e que o projetou na imprensa foi o embate entre as primeiras federações reguladoras do esporte e os clubes por conta da contratação de jogadores negros e de diferentes condições financeiras.

O poder de abrangência do futebol e os assuntos que envolviam o esporte, os clubes e as federações, incentivaram a formação de uma

---

<sup>7</sup> A primeira Copa do Mundo foi realizada no Uruguai por conta do país ter sido campeão de futebol nas Olimpíadas de 1924 e 1928 e, também, pelo centenário de independência. Na ocasião foi construído o estádio Centenário para 80 mil espectadores. O mundial com 20 inscritos e 13 participantes teve como campeões as seleções do Uruguai e Argentina, respectivamente.

<sup>8</sup> Na década de 1930 a concepção dominante de Educação Física é a higienista. A idéia central é o desenvolvimento físico e moral a partir do exercício físico.

<sup>9</sup> A Copa do Mundo de 1934 foi realizada na Itália. Nesse mundial foram realizadas eliminatórias, e apenas, 16 seleções participaram da competição. A campeã foi a anfitriã Itália, e a vice-campeã a Tchecoslováquia.

<sup>10</sup> Franco (2007, p. 168) destaca a relação entre futebol e poder desde a política informal, quando as pequenas industriais apoiavam o time da fábrica para reforçar o prestígio entre seus trabalhadores. E na política, independente, do sistema em vigor o futebol é utilizado como meio de conseguir adesão popular.

imprensa especializada em futebol<sup>11</sup>. Em 1928 *A Gazeta* cria um suplemento temático sobre esportes, *A Gazeta Esportiva*<sup>12</sup>. Luiz Henrique de Toledo afirma que, de acordo com as transformações urbanas da cidade de São Paulo, é possível considerar a *Gazeta Esportiva* como “um testemunho vívido de um cotidiano ditado pelas rápidas transformações dos hábitos e da cultura urbana” (TOLEDO, 2012, p. 64). O sucesso das publicações da *Gazeta Esportiva*, principalmente pelas participações do jornalista Cásper Líbero e do cronista Thomas Mazzoni, levou à circulação autônoma do impresso a partir de 1947.

Outra publicação importante e que se firmou no cenário nacional como hegemônica entre as mídias esportivas foi o *Jornal dos Sports*. Criado em 1931, por Ozeás Mota e Argemiro Bulcão, este foi o primeiro diário exclusivo de esportes<sup>13</sup>. O jornal passou ao comando do renomado escritor Mário Filho em 1936, uma das razões consideradas por Bernardo Borges Buarque de Hollanda como responsável pela manutenção do jornal, enquanto que publicações esportivas anteriores não prosperaram. O autor ainda considera que a longevidade do “Cor-de-rosa”, forma como era conhecido o jornal, é explicada por novas condições do cenário nacional, como o desenvolvimento econômico, que permitiram o consumo de diferentes gêneros de impressos, entre eles, o esportivo. (Hollanda, 2012, pg. 81)

A partir da década de 1940, com as transformações envolvendo o futebol no Brasil, que o inseriram, inclusive, na legislação trabalhista, novos estudos sobre o futebol e suas diversas relações com a sociedade brasileira tornaram-se referência, como, por exemplo, *O negro no futebol brasileiro* de Mário Rodrigues Filho. Hilário Júnior (2007) cita a importância do jornalista Mário Filho na divulgação do futebol como

---

<sup>11</sup> É possível listar muitos periódicos esportivos que surgiram nas primeiras décadas do século XX, como a *Revista Esportiva* (1908), *Vida Sportiva* (1917) e *Diário Desportivo* (1919). Porém, estes não alcançaram sucesso e estabilidade, já que ainda não existia uma cultura nacional entre os torcedores de acompanhar seus clubes. Para o debate ver: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do Jornal dos Sports entre 1930-1980**. In: O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil. Organizadores: Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Victor Andrade de Melo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

<sup>12</sup> *A Gazeta Esportiva* circulou entre 1928 e 2001, quando recebeu uma versão online e deixou de ser impressa.

<sup>13</sup> O jornal perdeu espaço na década de 1990, e partir de 2007 o “Cor-de-rosa” passou a ser distribuído nas estações de metrô com o nome de *RJ Sports*.

um espetáculo das massas e na defesa do profissionalismo no esporte. Nesse sentido, é preciso destacar também a importância do rádio como um mecanismo de difusão do futebol, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, quando era o meio de comunicação mais popular do país.<sup>14</sup>

Como a questão da regulamentação das esferas envolvidas com o esporte tornava-se cada vez mais importante e as publicações abarcavam diferentes aspectos sobre o futebol, o Estado mostrava-se realmente atento aos rumos do esporte no país. Em 1941 há a regulamentação das atribuições da Confederação Brasileira de Desportos como responsável pelo futebol, tênis, atletismo e remo. Também é decretado, através da lei nº 3199 de 14 de abril do mesmo ano, a criação do Conselho Nacional de Desportos com o objetivo de controlar a formação de todos os clubes e federações no país. A CBD manteve seu estatuto praticamente inalterado até a década de 1960 e a entidade esteve ativa até 1979, quando foi substituída pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), processo que esse trabalho abordará mais adiante.

No entanto, as relações entre a imprensa, o futebol e a política são constantemente renovadas. O período do regime civil-militar, a formação de uma indústria cultural e de um público consumidor da imprensa escrita favoreceu o segmento esportivo e culminou na criação da revista *Placar*.

## 1.2 PONTAPÉ INICIAL: O GOLPE CIVIL-MILITAR E OS PRIMEIROS GOVERNOS MILITARES

Em 02 de outubro de 1962 ao saudar a Seleção Brasileira bicampeã mundial, no Palácio das Laranjeiras, o Presidente João Goulart proferiu em discurso:

É com a mais viva satisfação que passo às mãos dos representantes do futebol brasileiro, dos integrantes de nosso selecionado e de nossa delegação, como recompensa por seu esforço, trabalho e dedicação, o prêmio conferido àqueles que souberam representar o País com tanta

---

<sup>14</sup> Para o debate ver: CAPELLO, Guilherme Henrique. **Em encontro (histórico) entre o rádio e futebol na constituição cultural brasileira**. VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Unicentro, Guarapuava, PR, 2011; ORTRIWANO, Gisela Swetçana. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. Revista USP. N. 56, p. 66-85, dez-fev. 2002-2003.

bravura e dignidade. (João Goulart, 02 de outubro de 1962, Biblioteca da Presidência da República).

Se vitórias no futebol significassem garantias políticas o Presidente Goulart certamente teria governado com mais tranquilidade. Seu mandato ocorreu entre 1961 e 1964 quando foi deposto por um golpe civil-militar que marcaria um período político muito específico da história do Brasil.

Lucília de Almeida Neves Delgado (2009) considera que a produção historiográfica brasileira sobre o período nacional-desenvolvimentista<sup>15</sup> subestima a importância do Presidente João Goulart (Jango). Para a autora, Goulart foi um dos principais líderes trabalhistas do país e um defensor da democracia social. Desta forma, é importante destacar que as dificuldades enfrentadas pelo Governo Goulart resultaram de inúmeras insatisfações que atravessavam a sociedade. Esse cenário pode, ainda, ser associado às expectativas e anseios pelo progresso do Brasil:

O final dos anos 50 e o início dos 60, portanto, foram repletos de expectativas positivas, de uma exacerbação das esperanças em torno dos destinos do Brasil. Também em setores intelectuais, politizados e progressistas verifica-se essa esperança de construção de uma ‘nova era histórica’. (FICO, 1999, p. 77).

Em 1961 Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente da República, sendo substituído por João Goulart, por decisão do Congresso Nacional conforme determinava a Constituição Brasileira em

---

<sup>15</sup> O nacional-desenvolvimentismo significa uma ação do Estado no campo econômico visando ultrapassar o subdesenvolvimento. Essa doutrina, baseada no economista John Maynard Keynes, privilegia investimentos públicos em infraestrutura. No Brasil o governo Vargas, nacional-desenvolvimentista, criou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em 1937, a Vale do Rio Doce em 1942, o IBGE e a Companhia Siderúrgica Nacional em 1943, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco em 1945, o BNDES em 1952, a Petrobrás em 1953. No governo de Juscelino Kubitschek houve a construção de Brasília e a impulsão da indústria automobilística. Já a política nacional-desenvolvimentista do governo Goulart focava a substituição de importações de bens intermediários e de capital, e também, as reformas estruturais de base.

caso de morte, afastamento ou renúncia do presidente. Mas o Governo de Jango esteve desde o princípio envolvido em crises e dissensos políticos, pois o país esteve subordinado ao sistema parlamentarista entre 1961 e 1963 como condição para que Goulart assumisse, já que os militares temiam que o presidente governasse com amplos poderes. Durante esse período os primeiros-ministros eram indicados pelo Presidente e aprovados pelo Congresso Nacional. É somente através de um plebiscito que o presidencialismo é restituído simbolizando uma vitória árdua do Presidente Goulart, ainda que não tenha significado a superação das dificuldades políticas.<sup>16</sup>

Uma das primeiras medidas do governo Goulart foi o lançamento do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Elaborado por Celso Furtado, em 1962, o plano objetivava o controle inflacionário e a manutenção das taxas de crescimento econômico, ainda que a economia nacional fosse afetada pela crise econômico-financeira, pela inflação e pela retração do crescimento. Neste mesmo, ano a Seleção brasileira conquistou o campeonato mundial de futebol no Chile e consagrou seu segundo título consecutivo.<sup>17</sup> Em agradecimento aos “préstimos patrióticos” dos jogadores ao país, João Goulart presenteou cada “herói nacional” com um automóvel produzido no país<sup>18</sup>. Porém, a propaganda positiva resultante do título conquistado pelo Brasil não foi suficiente para superar as dificuldades enfrentadas por Jango na presidência da República.

A constante instabilidade política durante o Governo Goulart pode ser explicada por uma confluência de fatores. Jango, considerado

---

<sup>16</sup> O presidencialismo foi restituído por 9.457.488 votos contra 2.073.582. Para o debate ver: MELO, Demian Bezerra de. **O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Dissertação de mestrado-Universidade Federal Fluminense, 2009.

<sup>17</sup> A Copa do Mundo de 1962 foi realizada no Chile. Dezesesseis seleções participaram deste mundial, e as cidades-sede foram Santiago, Arica, Vinã del Mar e Roncágua. A Seleção Brasileira foi a campeã e a Seleção da Tchecoslováquia foi a vice-campeã mundial de 1962.

<sup>18</sup> Em recepção aos jogadores bicampeões mundiais de 1962, o presidente João Goulart anunciou: “Quero, também, ao lado da seleção, agradecer a colaboração da indústria automobilística do Brasil, que me permitiu pudesse passar às mãos dos componentes de nossa delegação, como prêmio, um automóvel produzido no País.”. (Biblioteca da Presidência da República, 2 de outubro de 1962, p. 176. Disponível em: ≤ <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/discursos-1/1962/42.pdf/download>≥. Acesso em: 14 de out. 2014.

herdeiro político de Vargas, enfrentou a forte oposição política ao trabalhismo. Além disso, os interesses empresariais, as demandas não atendidas do movimento estudantil, das ligas camponesas e dos sindicatos, permitiram a organização das Forças Armadas e a posterior deflagração de um golpe de Estado. Delgado (2009) entende que o fim do Governo Goulart esteve ligado a um confronto com os:

setores conservadores nacionais aliados aos investidores internacionais; com a ala mais reformista do PTB, que trazia para o interior do próprio governo pressões sindicais e camponesas; com os movimentos populares e sindicais, que adquiriram grande capacidade de pressão. (2009, p. 133).

Também é preciso destacar o papel dos Estados Unidos da América na conspiração para o golpe. Moniz Bandeira (2001), através de um levantamento de dados, chama a atenção para as atividades da Central Intelligence Agency (CIA), do Departamento de Estado Americano, das empresas multinacionais estadunidenses e da embaixada que participaram do desenvolvimento do golpe de 1964 através da colaboração de diferentes grupos como latifundiários, industriais e comerciantes. Conforme Fico (2008) a política estratégica da ‘Operação Brother Sam’, de 1964, preparava apoio ao movimento golpista contra Jango a pedido do embaixador norte-americano no Brasil Licoln Gordan. Os EUA na ocasião reforçou o poderio militar da Frota do Caribe para atender qualquer exigência de apoio ao grupo que destituiria o governo Goulart.

Além do apoio internacional, as diversas insatisfações sociais foram resultantes das diferentes expectativas dos setores da sociedade em relação ao Governo Goulart e as reformas de base. Estas Reformas consistiam em uma proposta de reestruturação dos setores econômicos e sociais com alterações financeiras, administrativas, bancárias, urbanas e agrárias. Segundo Jorge Ferreira (2005), os trabalhadores se mobilizaram a favor das reformas, enquanto que a classe média mantinha-se contrária a política reformista, de maneira que a insatisfação generalizada culminou na organização de um movimento vindo das Forças Armadas.

Ainda em último ato, a favor das reformas de base, Goulart anunciou em comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro, importantes mudanças para o país. Este foi o estopim

para a organização da oposição que em 31 de março do mesmo ano depôs João Goulart em nome da ‘democracia’ e de um pretensu ‘medo comunista’, encerrando qualquer possibilidade de concretização das reformas de base. Marieta de Moraes Ferreira (2006) destaca que a imagem de Goulart esteve associada ao comunismo de forma que “ao longo do seu governo, a onda de medo do comunismo intensificou-se contaminando inúmeros segmentos da sociedade brasileira, inclusive militares que, a princípio, não eram simpatizantes da conspiração que resultou no golpe militar”. Logo, é importante destacar que dois significativos grupos apoiaram o golpe de 1964: a Igreja Católica e o grupo Globo<sup>19</sup>.

O receio comunista era resultante, também, da conjuntura internacional marcada pela Guerra Fria e pelos impactos da Revolução Cubana, de maneira que a política americana da “Aliança para o Progresso” objetivava modificar antigas estruturas dos países da América de maneira a controlar qualquer possibilidade de novos movimentos revolucionários. Esse cenário político foi em parte responsável pela identificação do Governo Goulart como subversivo e, consistiu em uma das justificativas para a ação das Forças Armadas, as quais para Alfred Stepan (1975), tiveram um papel fundamental na política brasileira, rompendo com a postura que caracterizava a atuação do segmento em décadas anteriores.

O Estado-Maior das Forças Armadas liderou a deposição do Presidente Jango através do que anunciaram como uma “revolução”. No discurso de posse, Castelo Branco destacou:

Farei quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la

---

<sup>19</sup> Para o debate ver: LANZA, Fábio. **Igreja Católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil**: a memória dos bispos paulistas sobre o Golpe militar. II Simpósio sobre Religião, Religiosidade e Cultura. UFGR, Dourados-MS: abril, 2006; BIROLI, Flávia. **Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia**. Varia História, Belo Horizonte, vol. 25, n° 41: p. 269-291, jan/jul 2009; FILHO, Laurindo Leal. **Quarenta anos depois, a TV brasileira ainda guarda as marcas da ditadura**. Revista da USP, SP, n. 61, p. 40-47, março/maio 2004; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Longo presente**: O papel da imprensa no processo de redemocratização – a Folha de São Paulo em 1974. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013. p. 72-107.

de quantas fraudes e distorções a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas por uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e decisivamente apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e a profundidade das nossas concepções de vida. Convicções e concepções que nos vêm do passado e deveremos transmitir aprimoradas às gerações futuras. Foi uma revolução a assegurar o progresso sem renegar o passado. (Discurso de posse de Castelo Branco, 15 de abril de 1964)

O entendimento sobre os acontecimentos de 1964 como um golpe, somente tornou-se consenso com o fim do regime civil-militar e a formação de uma consciência política sobre o enredo de crises e tramas que cercaram esse período da história política nacional apoiada por uma intensa produção historiográfica.<sup>20</sup> Maria Aquino (1999) destaca que é preciso entender o Estado pós 1964 como o resultado de interesses de classes e permeado por relações sociais reais e conflituosas.

A primeira ação do novo Governo em vigor foi o decreto do Ato Institucional<sup>21</sup> nº 1 que atribuiu ao Congresso Nacional a escolha do novo presidente para um mandato até 1966. A partir desse momento os rumos da política brasileira foram redefinidos e os governos civil-

---

<sup>20</sup> Para o debate ver: MELO, Demian Bezerra de (org). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro, 2014; FICO, Carlos. **Além do Golpe**: visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, 2004; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964**: memória, história e historiografia. Tempo, 2009.

<sup>21</sup> Os atos institucionais vigoraram entre 1964 e 1969. Foram editados pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Na publicação do ato institucional nº 1 é possível ler as premissas que orientaram a medida: “[...] assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.” Presidência da República, Casa Civil, 09 de abril de 1964.

militares reservaram momentos de crise e otimismo como já se observa no governo Castelo Branco.

### 1.2.1 Governo Castelo Branco: primeiros passos em campo

O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco ocupou o cargo de Presidente da República entre 1964 e 1967. Líder e representante dos militares considerados pertencentes à “linha castelista”<sup>22</sup>, seu governo foi marcado pela tomadas das primeiras medidas em favor do crescimento econômico e também das primeiras precauções contra possíveis contestações ao regime civil-militar.

Fico (2008) destaca que desde o governo Castelo Branco se observa o alinhamento do Brasil com a política externa norte-americana, enquanto que os EUA reconheciam o governo militar, ainda que houvesse preocupação com alguns excessos autoritários do governo brasileiro. Posteriormente, o regime civil-militar acirrou suas ações e o AI-5 minimizou os receios estadunidenses.

Em relação ao futebol, a Seleção nacional disputou em junho de 1964 a Taça das Nações, em comemoração aos 50 anos de fundação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). O Brasil atraiu a atenção da imprensa internacional e contou com as participações do presidente da FIFA, Stanley Rous, e das seleções da Inglaterra, Portugal e Argentina. O técnico da Seleção Brasileira, Aymoré Moreira, renovou o time em relação a 1958 e 1962, principalmente, com jogadores dos clubes do Botafogo, Palmeiras e Santos. Na estreia, no Maracanã, a Seleção Brasileira venceu a Inglaterra e a atmosfera de otimismo envolveu os torcedores. Porém, contra a arquirrival Argentina o desempenho brasileiro foi decepcionante e a derrota por 3 a 0 dizimou as expectativas de consolidar o título nacional. Apesar da vitória na terceira partida, sobre Portugal, os brasileiros assistiram os argentinos sagrarem-se campeões da Taça das Nações e, dentre as causas relacionadas para o fracasso da anfitriã, foram citadas a falta de tempo hábil para a preparação da equipe e a carência de renovação dos atletas em relação a 1962.

---

<sup>22</sup> Para o debate ver: FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n°47, p. 29-60, 2004; LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós 1964**. VI Congrès du CELAIS, Tolouse, France, 2010.

A economia brasileira enfrentava dificuldades em 1964 e este foi um dos pontos primordiais de ação do novo Governo. Macarini (2008) destaca que neste momento a preocupação era com a inflação, e foram adotadas medidas de estabilização ortodoxa que resultaram em redução da inflação, recessão, desemprego, falências e desnacionalização. Assim, entre 1964 e 1966, Roberto Campos e Gouvêa de Bulhões utilizaram-se de uma política monetária de curto prazo baseada principalmente no arrocho salarial, de maneira que as medidas corretivas propostas por Campos foram aprovadas com o objetivo de controlar a crise econômica.

Como principal medida para contenção da crise, o Governo lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) que, de forma geral, pretendia acelerar o ritmo do crescimento econômico, conter a inflação e atenuar as diferenças econômicas regionais. Outra medida que contribuiu para o fortalecimento da economia foi a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) que, através do Plano de Habitação Nacional, promovia o financiamento da casa própria e diretamente fortalecia alguns setores da construção civil.

Concomitante às medidas em prol da economia, surgiram movimentos de resistência ao regime. Neste contexto é criada uma das principais estruturas autoritárias do regime, o Serviço Nacional de Informação (SNI), responsável pela segurança nacional. E ainda como medidas legais para garantir ao Governo seguridade política, o AI-2, de 1965, extinguiu os partidos políticos existentes estabelecendo eleições indiretas para a presidência da República e instituindo o bipartidarismo com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido favorável ao Governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava uma oposição controlada. No ano seguinte, 1966, um novo Ato Institucional, o AI-3, estabeleceu as eleições indiretas para os Estados, e o AI-4 garantiu as bases para a Nova Constituição que vigoraria a partir de 1967.

Se o novo Governo ainda acertava as regras do jogo político autoritário, a Seleção Brasileira mostrava confiança excessiva sobre sua capacidade em campo. No mundial de 1966, disputado na Inglaterra, 72 Seleções inscreveram-se para participar do megaevento e, após as eliminatórias apenas, 16 disputaram a Copa do Mundo. Entre 11 e 30 de julho o mundial foi marcado por arbitragens polêmicas que favoreceram as Seleções europeias e findou com a campeã Inglaterra e a vice-campeã Alemanha. O Brasil foi precocemente eliminado e seu péssimo desempenho foi atribuído ao técnico Vicente Feola. Dessa forma, todas

as expectativas sobre um inédito tricampeonato mundial concentraram-se na Copa de 1970.

O governo de Castelo Branco determinou o acirramento da perseguição política e o início do “milagre” econômico promovendo pessimismos e otimismo na sociedade brasileira quanto aos rumos do país. Para substituí-lo foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional o Marechal Costa e Silva pela ARENA.

### **1.2.2 Governo Costa e Silva: novas regras são introduzidas no jogo**

O segundo presidente militar foi o Marechal Arthur da Costa e Silva que cumpriu um curto mandato entre 1967 e 1969 quando foi afastado por motivos de saúde. Seu Governo foi responsável pela institucionalização do regime civil-militar de forma a combater os principais movimentos de resistência e contestação política.

Nesse momento, segundo Macarini (2008), a postura tecnocrata na economia mudou e medidas do tipo imediatistas foram substituídas por uma alternativa heterodoxa com objetivos de expansão da liquidez e do crédito. Bresser Pereira (1984) verifica que a partir de 1967 se observa um novo ciclo de expansão da economia brasileira. A base da recuperação econômica estabelecida entre 1964 e 1966 foi fundamental para o posterior desenvolvimento nacional.<sup>23</sup> O autor, ainda, caracteriza a nova fase de expansão pelo aumento da capacidade aquisitiva de bens duráveis por parcela da classe média e, também, destaca que a diferença do novo ciclo é notável em relação à concentração de renda. O aumento dos salários médios foi notável entre grupos específicos como técnicos, engenheiros, mestres e burocratas, de maneira que, à medida em que o salário mínimo diminuía o salário médio crescia, indicando a redistribuição de renda.

Assim, o principal problema identificado na economia era o da inflação, que no governo Costa e Silva é diagnosticado como sendo de custos e não de procura. A fase predominante seria de expansão de custos com aumento da capacidade ociosa, de forma que as devidas ações econômicas partiram dessas constatações. Dentre as novas medidas tomadas destacam-se a reformulação salarial, flexibilização do crédito, investimentos governamentais e estímulo à procura, que

---

<sup>23</sup> A política econômica era baseada em reforma bancária, de mercado de capitais, tributária e correção monetária.

visavam desenvolver a produção interna.<sup>24</sup> Um dos resultados verificados após as medidas adotadas no governo Costa e Silva foi a redução das taxas de inflação,<sup>25</sup> o aumento das exportações e o crescimento da taxa per capita.

O ano de 1968 foi marcado, também, pela crescente organização de movimentos contrários ao regime de forma que um dos movimentos de protesto mais representativos foi a ‘Passeata dos Cem Mil’ ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, reunindo a liderança do movimento estudantil e a participação de intelectuais, artistas e diversos setores da sociedade civil. A resposta do Governo às tentativas de contestação foi a instituição do AI-5, o mais rígido ato que segundo Denise Rollemberg (2006) se tornou “um símbolo do regime, síntese da arbitrariedade e da violação dos direitos civis que caracterizaram a ditadura”. A partir dos artigos que formavam o AI-5 tornou-se claro para as esquerdas a impossibilidade de negociação política com o regime em vigor, notoriamente pelo artigo décimo do AI-5 que suspendia o direito ao habeas corpus, de forma que “foi um sinal aberto para os desaparecimentos, os assassinatos, a tortura” (2006; p. 5).

Assim, o governo Costa e Silva incluiu novas regras no jogo político nacional promovendo o acirramento da arbitrariedade do regime, bem como criando as bases do ‘milagre’ econômico brasileiro. Com o seu afastamento do cargo de presidente da República reuniu-se uma junta militar formada pelo almirante Augusto Rademaker, pelo general Aurélio Lira Tavares e pelo brigadeiro Márcio Souza e Mello que assumiu o poder temporariamente. Assim, o vice-presidente Pedro Aleixo, um civil, não pôde assumir a presidência do país, o que demonstrava a organização dos militares e a sua resistência em manter-se no principal cargo político nacional.

### **1.2.3 Governo Médici: a economia cresce e o jogo endurece**

---

<sup>24</sup>Outra política econômica adotada pelo governo foi a instituição do Conselho Interministerial de Preços que controlava os preços e custos de grandes indústrias, principalmente os oligopólios. Também houve incentivo ao financiamento externo, o que acarretou o aumento da dívida externa brasileira.

<sup>25</sup>As exportações foram estimuladas pela adoção, em 1967, de uma taxa de câmbio móvel. Esta minidesvalorização cambial limitou a especulação e incentivou as exportações. Segundo Bresser Pereira (1984, p. 204) entre 1969 e 1970 a renda per capita cresceu a taxas de 8,4%, 9% e 9,5%.

Em outubro de 1969 é eleito indiretamente para a presidência da República o General Emílio Garrastazu Médici. O Governo Médici que atuou entre 1969 e 1974, é considerado o mais emblemático do período ditatorial, pois foi o mais repressivo e violento, ao mesmo tempo em que foi o mais popular. A popularidade do Governo Médici é trabalhada a partir de diversas perspectivas e algumas apontam para os resultados do ‘milagre econômico’, para o controle dos meios de comunicação, para as obras faraônicas como a ponte Rio-Niterói e a Transamazônica e, também, para a vitória da Seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970.

As medidas político-econômicas adotadas desde o primeiro governo civil-militar resultaram em um processo de crescimento que atingiu valores consideráveis no Governo Médici e foi batizado como ‘milagre econômico brasileiro’. De forma geral o ‘milagre’ significou para o período entre 1968 e 1973 o fortalecimento da indústria de bens de consumo duráveis através da consolidação de uma classe média consumista, o aumento da concentração de renda, a moderação das taxas de inflação e o crescimento do PIB. Para Singer (1981) o crescimento da economia foi uma resposta às condições do Brasil centradas em uma política liberal de crédito. Também é preciso ressaltar a participação do crédito externo e das recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) que propunha o combate à inflação através da manutenção de salários baixos, o que resultou em um período inicial de recessão seguido por acentuado crescimento econômico.

Segundo Macarini (2008) entre 1970 e 1973 se observam feições singulares da política econômica em que o crescimento nacional é inserido no objetivo do projeto de um ‘Brasil Grande Potência’, igualando o país as nações capitalistas desenvolvidas. Assim, a política macroeconômica expansionista atingiu seu ápice, em 1973, com a redução da inflação, que se tornou um problema secundário. É um período de ciclo expansivo da economia em que fatores favoráveis internos e externos contribuíram e que caracterizaram o ‘milagre’ para o regime como resultante de uma economia planejada em resposta a uma realidade em constante transformação.

Ainda como medida para a ampliação do crescimento econômico o Governo Médici elaborou, para o período entre 1972 e 1974, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Esse plano visava acelerar o crescimento do Brasil através de medidas desenvolvimentistas centradas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Para o Brasil o I PND significou o aumento das

exportações nacionais, a ampliação das desigualdades sociais e o crescimento da indústria.

Sobre o futebol, expressão cultural de interesse do governo, intensificou-se a presença de militares em cargos relativos à administração do esporte nacional e, nesse sentido, a imprensa cumpre um papel fundamental como veículo de informação e de formação de opinião. Para o entendimento do papel da imprensa esportiva escrita na construção de sentidos para o futebol durante a abertura política nacional é preciso compreender que a trajetória de mídias especializadas em esportes e entidades desportivas estão historicamente relacionadas.

## 1.2 O FUTEBOL NACIONAL VESTE UMA NOVA CAMISA: A REVISTA PLACAR

É a partir da década de 1970 que a temática dos esportes passa a ser explorada pela História concomitantemente à consolidação da imprensa especializada. Os jornais passaram dedicar mais espaço às páginas esportivas e alguns historiadores às análises sobre o futebol no Brasil. Iniciava-se um período marcado por uma intensa produção sobre o assunto por cronistas, escritores, acadêmicos e jornalistas, impulsionados também pela consolidação da indústria cultural no país. Não apenas o jornalismo se especializava no país nas décadas de 1960 e 1970 como também emergia o interesse dos historiadores brasileiros pela imprensa escrita como fonte de pesquisa. É quando se aderem às novas metodologias de pesquisa, como a História Nova, que mais facilmente aceita os jornais e as revistas como fonte histórica, de maneira que se possibilitava ao historiador “acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (Capelato, 1988, p.13).

Tratando-se da recente escrita de uma história dos esportes no Brasil com enfoque sobre o futebol, que é o mais praticado e acompanhado pelos meios de comunicação, se faz necessário discutir o lugar ocupado pelas revistas nas publicações sobre o esporte bretão.

A trajetória do segmento de revistas no Brasil é marcado pelo pioneirismo da *Revista Cruzeiro* que circulou da década de 1930 até os anos de 1960. Essa fase inicial é caracterizada por seguir padrões estrangeiros de edição das publicações e, também, por desconsiderar nichos específicos de consumidores, de forma que a *Revista Cruzeiro* era destinada à “família brasileira”.

São revistas como *Claudia*, *Quatro Rodas* e *Veja* que simbolizam o sucesso da segmentação de revistas no Brasil e definem a estratégia de mercado da Editora Abril. Para a imprensa escrita brasileira significou a

adesão de modelos de jornalismo já tradicionais no exterior atrelada a uma contínua preocupação nacionalista. As novas revistas criaram recursos para progressivamente deixarem de ser apenas cópias dos modelos estrangeiros à medida que as editoras profissionalizavam-se acompanhando diversos setores da produção, desde a evolução das técnicas empreendidas nas edições, a profissionalização de jornalistas e colunistas e a própria ampliação do mercado consumidor. Segundo Maria Celeste Mira a *Revista Cruzeiro* realizou a transição entre as revistas que ainda confundiam jornalismo e literatura e aquelas que passam a ser produzidas nos moldes da indústria cultural (Mira, 1997, p. 13-14).

Aos historiadores também compete analisar o texto jornalístico das revistas especializadas como resultantes da construção narrativa de imagens e textos de forma que como preconizara Marc Bloch “novos tempos levam a novas historicidades, boas perguntas constituem campos inesperados” (Bloch, 1997, p. 3). Ao questionar as fontes os historiadores extraem um significado e retiram de sua linguagem os elementos representativos da História.

A indústria cultural de massa no Brasil se organizou concomitante ao processo de modernização da sociedade brasileira no pós 1964, de maneira que a opinião pública relacionava-se com o desenvolvimento dos meios de comunicação, com as instituições democráticas e com a diminuição do analfabetismo. Renato Ortiz também destaca que

O que caracteriza a situação cultural nos anos 60 e 70 é o volume e a dimensão do mercado de bens culturais (...). Durante o período que estamos considerando ocorre uma formidável expansão, a nível de produção, de distribuição e de consumo de cultura, é nesta fase que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa. (Ortiz, 1988, p. 121)

Como um dos diferenciais da imprensa passa a ser a segmentação temática, é nesse sentido que as revistas especializadas em esportes encontram suas primeiras formas e seus primeiros fracassos.

A revista *Sport Ilustrada*, circulou entre as décadas de 1940 e 1950 e a *Revista do Esporte* na década de 1960, encerrando com fracasso a tentativa de tornar comum no país o consumo de revistas

esportivas, pois mesmo com o crescimento do potencial de consumo desses artigos existia a necessidade de modernização das edições.

Nesse sentido, a revista *Manchete Esportiva*, criada pela Bloch Editores, em 1955, inovou no jornalismo investindo no uso de fotografias. A trajetória histórica da revista divide-se em duas fases, sendo a primeira entre os anos de 1955 e 1960 e uma segunda fase entre 1977 e 1979. Com a colaboração de autores de respaldo como Mário Filho, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Fernando Sabino e David Nasser, a *Manchete Esportiva* tornou-se importante na década de 1950 como produto da indústria cultural de massa. Para André Couto:

Podemos destacar que o trabalho jornalístico com as fotografias era a tônica da proposta editorial dessa publicação esportiva. Procurava-se percorrer o mundo esportivo por meio de imagens que retratassem uma representação de identidade nacional enfatizada pela idolatria à Seleção Brasileira de futebol, além de diversos outros temas, como a participação feminina nos esportes, a cobertura de esportes automobilísticos etc. (Couto, 2012, p. 110)

Apesar da renovação da qualidade editorial da revista, as publicações são interrompidas em 1960, e mesmo retornando posteriormente em 1977, o jornalismo esportivo acaba sendo construído em outras páginas mais sólidas<sup>26</sup>.

A condição empresarial dos grupos de comunicação também deve ser considerada para a análise histórica, pois o primeiro objetivo é a busca por mercado, de forma que:

(...)negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato

---

<sup>26</sup> As razões apontadas para o término das publicações da *Manchete Esportiva* se referem à crise econômica que afetou o país no final da década de 1970, a concorrência com a revista *Placar* e, também, com o rádio e a televisão. Segundo Couto (2012; p. 128) o Grupo Bloch preferiu manter títulos mais lucrativos como *Ele e Ela*, abandonando a publicação esportiva.

digno de chegar até o público. (De Luca; Martins, 2006, p.11)

O Grupo Abril, criado em 1950 e presidido por Roberto Civita, deu origem a alguns empreendimentos midiáticos, como a Editora Abril, criada por Victor Civita, e o grupo Comunicações, Lazer e Cultura (LCL), dirigido por Richard Civita. Em 1966 o Grupo Abril ainda cria a Abril Cultural voltada para a produção de livros, discos e coleções. Por fim, em 1982, Victor Civita dividiu seu patrimônio entre os filhos, cabendo a Roberto a Editora Abril e a Richard a Abril Cultural.

A revista *Placar*, ainda que lançada em 1970, era um projeto que nascia com a Editora Abril em 1950, ano em que o Brasil sediou a IX Copa do Mundo e em pleno Maracanã perdeu o título mundial para a Seleção do Uruguai. Victor Civita comentou em edição da *Placar*, em março de 1970, as origens do ‘sonho’ de uma revista esportiva enraizadas então no mundial de 1950:

Estamos entrando em campo para jogar ao lado do Brasil. No ano de uma nova Copa do Mundo, aqui está o nosso Placar: marcado pelo carinho de um sonho de quase vinte anos. Há vinte anos, quando era fundada a Editora Abril, nascia também a ideia de Placar. Era 16 de julho de 1950, uma data que o futebol brasileiro jamais esquecerá. As lições das duas primeiras Copas, 1930 e 1934, e as lembranças da jornada quase vencedora de 38 desaguaram no Maracanã na monumental Copa de 50, para formar a torrente de um time quase inesquecível. Mesmo preocupados em consolidar as bases de nossa editora, fomos contagiados pela febre da Copa, passando a viver aqueles dias de julho sob a temperatura altíssima de incontidas emoções. (Carta do Editor Victor Civita, *Placar*, 20 de março de 1970, p. 38)

Como em 1970 era nítida a falta de uma revista especializada em esportes, a Editora Abril lançou a revista *Placar*. Entre 03 de fevereiro e 13 de março são lançados os seis primeiros números da revista em caráter experimental. Com a positiva repercussão da revista pelo país, a *Placar* é oficializada em 20 de março do mesmo ano.

Não apenas como solução à carência de uma imprensa especializada em esportes, a revista *Placar* também surgia para suprir

com as expectativas brasileiras com a Copa do Mundo. *Placar* tinha como objetivo a cobertura esportiva geral, mas suas edições sempre privilegiavam o futebol, o esporte mais popular do país. Com o exponencial crescimento econômico do Brasil e com a classe média consumista que se consolidava o ano de 1970 revelou-se favorável à revista *Placar*, que celebrou seu sucesso com a conquista do inédito Tricampeonato mundial de futebol. Pode-se afirmar que a revista *Placar* consolidou-se no mercado como um terceiro tempo de jogo onde os torcedores encontravam a possibilidade de estender suas discussões sobre o futebol. Ainda para Civita, referindo-se ao mundial de 1950:

Naquele instante, ficou confirmado o que todos já sabíamos: para o Brasil o futebol é mais que um esporte, menos do que uma guerra- um meio-termo explosivo, colorido, sensacional. Resolvemos que uma das publicações de nosso plano editorial deveria ser, mais cedo ou mais tarde, uma revista esportiva- tão explosiva e tão sensacional como este nosso povo que vai aos estádios fazer uma das mais belas festas do mundo. (Carta do Editor Victor Civita, *Placar*, 20 de março de 1970, p. 38)

Tratando-se de uma escrita da história do futebol no Brasil as revistas, e no caso a revista *Placar* que circula há mais de quatro décadas, mostram-se como fontes importantes para a compreensão das relações entre o esporte e a sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, algumas questões colocam-se aos historiadores do esporte que se utilizam da imprensa, e no caso da análise deste trabalho as revistas especializadas, considerando-se primordiais três delas: a primeira é a compreensão de que há uma intensa exploração sobre a pretensa relação nacional com o futebol, o segundo ponto de atenção é reconhecer que a revista forma e influencia opinião e a terceira questão é analisar a revista como a extensão do estádio e das partidas de futebol. Tentar-se-á desenvolver então essas importantes questões.

Os historiadores do esporte precisam estar atentos ao fato de que a revista é responsável pela circulação de valores no espaço público como, por exemplo, o reconhecimento do esporte como símbolo nacional. Dessa forma, as revistas de esporte comumente apropriam-se, reformulam e reproduzem um discurso ufanista ao tratar do futebol com objetivo de conquistar leitores e mercado, já que se trata, sobretudo, de

uma mercadoria. O historiador também precisa notar que apesar do discurso ufanista da criação da revista *Placar*, a Editora Abril estava, também, atenta às potencialidades de mercado que uma revista esportiva teria.

A repercussão positiva da revista *Placar* demonstrou a potencialidade de uma mídia esportiva para o Brasil e, assim, os novos leitores do impresso mostravam-se preocupados com a continuidade da revista nos meses seguintes ao seu lançamento. Em junho de 1970 alguns leitores enviaram cartas a redação da Editora Abril em que elogiavam a revista, sendo possível notar as indicações de que o impresso esportivo alcançava popularidade. “*Placar* deixará de circular agora que acabou a Copa do Mundo? Acho que isso não deve acontecer, pois *Placar* é a melhor revista esportiva do Brasil” e, ainda, um outro leitor comenta que “*Placar* dispensa qualquer elogio, pois esteve sempre na linha do tri, ou seja: testemunho realmente imparcial” (*Placar*, 10 de junho de 1970, p. 45).

A recepção inicial de alguns leitores mostra que o impresso seriado causou um impacto positivo entre o público consumidor. Este trabalho enfoca o papel da revista *Placar* como mídia impressa na divulgação de informações e na construção de opiniões sobre o futebol brasileiro. Como não se disponibiliza de dados para a análise da recepção dos leitores da revista *Placar*, compreende-se que o fato do impresso circular no país desde 1970 notabilize sua aceitação pelo público brasileiro.

É preciso, também, visualizar a revista como um mediador entre informação, opinião e público com objetivo de problematizar o conteúdo das fontes, e foi nesse sentido que Marc Bloch desenvolveu o raciocínio de que é preciso uma construção ativa dos historiadores para “transformar a fonte em documento e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problema” (Bloch, 1993, p.16).

O que os historiadores não devem deixar de notar ao utilizarem-se da mídia é “a presença da mídia não só no registro, mas na própria construção social do evento” (Le Goff, 1990, p.22). Dessa forma, ao usarem-se revistas especializadas em esporte para discutir a história do futebol no Brasil é preciso considerar não apenas o que as fontes registram, mas também, o que constroem com seus editoriais, entrevista e opiniões, ou seja, deve-se considerar a função agente da imprensa que age motivada pelas relações de mercado, pelas relações políticas e também pela opinião pública.

Motta (2013) chama a atenção para três narradores sobrepostos na comunicação jornalística: o veículo, no caso desta pesquisa a revista

*Placar*, o jornalista representado, também, por repórteres, editores, ilustradores e apresentadores, e por fim, a personagem, ou seja, as vozes que se manifestam nos textos. Assim para o autor “no decorrer do processo de comunicação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma negociação simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz” (2013, p. 109).

O texto final é influenciado pelas forças envolvidas na disputa simbólica entre os três narradores. Portanto, as publicações da revista *Placar* são resultantes das forças que interagem na redação e das forças externas da conjuntura nacional, ou seja, o teor crítico observado nos textos de *Placar*, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, é um reflexo da sobreposição dos três narradores propostos por Motta.

É fundamental considerar que historicamente os jornais e as revistas mantem-se como um poderoso mecanismo de informação. No caso das revistas esportivas, ainda que se possa erroneamente supor que tratam apenas de entretenimento, há a exploração do sentimento nacional pelo futebol, a formação de opinião e a crítica as instituições, clubes e dirigentes, de forma que modificações estruturais no esporte nacional perpassam pelo discurso midiático. Como afirmou Stuart Hall, ao questionar o potencial dos veículos de informação é preciso “que a mensagem possa ter um efeito (...), satisfaça uma necessidade ou tenha um uso, deve ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada” (Hall, 2006; p. 368).

Considerar a função agente da mídia também implica na compreensão de que a imprensa escrita não é um simples transmissor passivo da informação. Para a pesquisa histórica essa afirmação também tem efeito, pois “o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente” (Cardoso; Vainfas, 1997, p.337).

Nesse sentido os historiadores devem considerar o potencial agente da revista somada à capacidade receptora dos leitores, de forma que é preciso “abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos da mídia são expectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares” (Thompson, 2004, p. 31). Significa considerar a recepção da informação como um meio a partir do qual o processo de comunicação pode ser entendido.

Por mais que o leitor da revista esportiva constantemente receba a informação de que o futebol é um dos símbolos da cultura popular nacional, ele também é capaz de notar os usos políticos que essa mídia

faz do esporte dependendo das posições tomadas pelas publicações. Neste sentido, Becker (2003) destaca que a manipulação da opinião pública só é bem sucedida se acompanhar as tendências da opinião pública, ou seja, existe uma relação de troca entre os meios de comunicação e o público. Assim, se observa que o conteúdo publicado, mesmo quando tendencioso, está de acordo com algum grupo ou setor da sociedade. No caso da revista *Placar* a relação histórica entre futebol e política é observada por João Malaia pela “presença de um discurso político crítico de grande amplitude, possibilitado por duas ‘licenças’, a esportiva e a humorística; e a linha tênue entre essa crítica e a necessidade e/ou opção ideológica de alinhamento como o regime em vigor.” (Malaia, 2012, p. 153).

No discurso das revistas esportivas é possível identificar o discurso ufanista, o discurso do apoio à Seleção nacional e, também, a crítica quando as vitórias em campo não acontecem. Assim, a revista desempenha um duplo papel: o de “mais um torcedor” e, também, como um meio de estender as discussões sobre o futebol para além dos gramados. Ao assumir o papel de veículo e participante da informação, as revistas esportivas tornaram-se mercadoria de consumo para os torcedores e admiradores do esporte. Também é possível afirmar que a imprensa esportiva, através das narrativas que organiza, participa da constituição de uma memória coletiva que, no caso do futebol nacional, auxilia na compreensão das relações estreitas do país com o esporte.

Concluindo, a História dos Esportes no Brasil tem sido construída ao longo das últimas décadas em resposta à necessidade de discutir o papel do esporte na sociedade brasileira e em suas diversas relações com a política, a economia e a cultura. Ao historiador cabe a tarefa de dismantelar os meandros do jogo midiático através das ferramentas oriundas da análise do discurso problematizando o significado do futebol para o Brasil. Se, o futebol utiliza-se de táticas para a conquista em campo, os historiadores dispõem do método e da capacidade crítica para a construção de estudos sólidos sobre a trajetória do esporte bretão no país.

### **1.2.1 Saldanha e *Placar*: novas páginas na história do futebol no Brasil**

A consolidação da imprensa esportiva escrita seriada no Brasil se deu com a criação da revista *Placar*, que circula no país desde 1970. Sua manutenção como principal expoente das publicações sobre o futebol no Brasil, e seu lançamento no ano que celebrou o esporte brasileiro como

o melhor do mundo, são razões que justificam em parte seu uso como fonte para a pesquisa. A revista *Placar* fornece elementos essenciais para a análise da presença de militares na comissão técnica da Seleção brasileira e permite a observação sobre o processo de militarização do futebol nacional como aponta a hipótese desse trabalho.

A constante ingerência militar no comando da prática esportiva passa a ser recorrente a partir do final da década de 1960, quando o técnico e jornalista João Saldanha é retirado do comando da Seleção nacional após inúmeros desentendimentos com a imprensa e com o Presidente Médici. A escolha de Saldanha foi uma manobra de João Havelange na tentativa de dissipar a péssima repercussão brasileira no mundial de 1966. As tomadas de decisão de Havelange podem ser interpretadas como manobras políticas, já que havia o seu interesse em chegar à presidência da instituição máxima do futebol, a FIFA. Havelange foi escolhido como presidente da CBD em 1958 por conta de suas atuações nas principais federações de futebol do país e no Conselho Nacional de Desportos.

Saldanha havia se tornado popular através de sua atuação como comentarista e cronista esportivo e, apesar de sua posição política favorável ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi escolhido como técnico da Seleção brasileira em 1969. Com uma trajetória vitoriosa, Saldanha comandou nove jogos e alcançou nove vitórias nas eliminatórias para a Copa do Mundo de 1970, mas ainda assim as truculentas relações entre o técnico e o Governo acabaram tornando insustentável sua permanência no comando da Seleção nacional.

Na imprensa eram constantes as polêmicas entre Saldanha, Pelé, Dário e o Presidente Médici<sup>27</sup>, de forma que em março de 1970, Saldanha foi demitido do cargo de técnico do selecionado brasileiro. Em 27 de março de 1970, após a demissão de Saldanha, a revista *Placar* com o título de *A crise da fera* destacou que o conflito havia estado “escondido atrás das duas radiopatrulhas que guardam a concentração do Brasil” e que era então um problema enfrentado por João Havelange que desejava “ordem, disciplina imediata e um Saldanha calmo, mais hábil do que inteligente, menos valente, mais técnico”. Ao final, seus desejos não foram cumpridos e Saldanha foi demitido porque nem

---

<sup>27</sup> Diversos veículos de informação publicaram que Saldanha teria chamado Pelé de míope e que o técnico teria se desentendido com o presidente Médici por conta da convocação do jogador Dario do Atlético Mineiro. Saldanha teria negado convocar o jogador preterido por Médici alegando que não aceitava interferências políticas na Seleção Brasileira.

Havelange e nem a CBD conseguiram sustentar o técnico. Para a revista *Placar*, Havelange apenas defendia Saldanha por conta de sua popularidade, mas à medida que o Governo passou a se interessar pela Seleção, Havelange teria temido se opor aos militares. A revista ainda resumiu a queda do técnico da Seleção

A queda de João Saldanha foi nascendo ao mesmo tempo em que ele se transformava no João-Sem-Medo, no João-Língua-Solta, no João-das-Feras ou no João Quixote. Enquanto deixava de ser apenas o João-Técnico, Saldanha dava motivos fundamentais para que fosse derrubado (*Placar*, 27 de março de 1970).

Somente em 1980, quando trabalhou na revista *Placar*, é que João Saldanha explicou detalhadamente sua demissão do cargo de técnico da Seleção brasileira. Na edição de 11 de janeiro de 1980, com o título de *Como e porque deixei a Seleção Brasileira*, Saldanha explicou que durante 10 anos sempre que questionado sobre o episódio de sua demissão tratava de se esquivar do assunto. O jornalista acusou um grupo de “caretas invejosos e enlatados da CBD” pelas polêmicas envolvendo os jogadores Pelé e Dario:

Encrencas das quais eu nunca soube, mas soube que faturaram. E achei sempre muita graça. Afinal de contas não devia nada a ninguém. Nenhum tostão e não precisava agradar. Mas o grupelho de puxas necessitava explicar e inventaram o negócio do olho do Pelé. Quem tinha problema de olho era o Tostão. Como aconteceu uma verdadeira chantagem em torno deste “assunto Tostão”, um dia vou contar a história.[...] O estopim foi sem dúvida a questão de Dario. O presidente da República da época manifestou desejo de ver Dario na Seleção. Respondi de maneira irreverente, mas com o propósito de evitar demagogia. O Dario era do Atlético Mineiro, que já não tinha ninguém na Seleção. E como se sabe, é obrigatório dar preferência aos chamados clubes do povo. Então, respondi na televisão, em cadeia nacional o seguinte: “O presidente formou seu ministério e não me consultou. Tenho o direito de formar a Seleção sem consultá-lo”. E acrescentei:

“Estranho a predileção por Dario, se o presidente nunca o viu jogar. E é fácil saber isto. Basta ver o calendário dos dois, bastante público e notório”. Os homens do governo não gostaram e, como todos lembram, estávamos numa época muito dura de ditadura. Além do mais, eu já estava com problemas mesmo antes do negócio do Dario. Foi uma entrevista que dei a um jornalista inglês. Ele me perguntou se havia presos políticos e tortura no Brasil. Eu respondi que sim. Alguns presos tinham sido soltos em troca de um embaixador e declararam isto a todo mundo. E aqui no Brasil todos sabiam das prisões e torturas. (João Saldanha, *Placar*, 11 de janeiro de 1980, p. 24-25)

O período do governo Médici foi o mais repressivo e violento do regime civil-militar e a presença de um técnico como João Saldanha, que não aceitava ser manipulado, explica sua saída do cargo. É a partir do desfecho do caso Saldanha que se identifica a montagem de um aparato militar no comando da Seleção nacional e do futebol brasileiro. Assim, em 1970, como técnico da Seleção foi escolhido Mário Zagallo, nome que agradava a CBD e o Governo. Para a chefia da delegação foi designado o major-brigadeiro Jerônimo Bastos que mantinha vínculos com o SNI, e para seu assessor foi escolhido o major Ipiranga Guaranyts que se tornou responsável pela segurança da Seleção.

A revista *Placar* a propósito da contratação do major publicou sobre a relação entre os militares na Seleção nacional e a censura à imprensa, questão a qual Guaranyts respondeu: “Espalharam que sou agente do SNI e que estou aqui para fichar os jornalistas brasileiros. Ora bolas, todo mundo que sai do Brasil tira passaporte e visto, porque eu ficharia alguém aqui?” (*Placar*, 15 de maio de 1970). A declaração endossa a polêmica criada com a demissão de João Saldanha que em inúmeras oportunidades fez críticas ao regime civil-militar brasileiro, acusando-o de ser repressivo.

Ainda sobre a inclusão de militares na preparação da Seleção brasileira, o trabalho de condicionamento físico dos jogadores ficou a cargo de oficiais da Escola de Educação física do Exército, como Raul Carlesso e Cláudio Coutinho. Era nítido que as escolhas advindas do Exército eram uma forma de não desagradar o Governo. A revista *Placar* destacou por conta de todas as polêmicas que antecediam ao mundial de 1970 que:

O futebol brasileiro pode matar ou morrer na Copa do Mundo, não importa: seja qual for o resultado, o governo federal já decidiu intervir na CBD (Confederação Brasileira de Desportos) através no CND (Conselho Nacional de Desportos) para investigar os muitos anos de denúncias e a causa de tantas crises e brigas no comando da Seleção. (...) Isto porque o CND é um órgão governamental e o único meio pelo qual o governo pode intervir na CBD, um órgão privado. (Revista *Placar*, 27 de março de 1970, p. 7)

Outras medidas que denotavam a intervenção governamental já eram vistas anteriormente ao início do mundial de 1970, no México. Em abril, a revista *Placar* explica que os assessores do Presidente Médici e do Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho direcionavam severas críticas ao chefe da delegação brasileira, Antônio do Passo. Acusavam-no de se beneficiar do futebol e de abandonar João Saldanha, de maneira que, para a revista:

Os dias de Antônio do Passo na Comissão Técnica da Seleção Brasileira estão contados. Passo desmente, mas Havelange, presidente da CBD foi ‘aconselhado’ a substituí-lo e já tem um nome para o cargo: o Coronel Érico de Castro, diretor da Escola de Educação Física do Exército. (*Placar*, 03 de abril de 1970)

Com a conquista do Tricampeonato mundial inédito a Seleção brasileira tornou-se mundialmente reconhecida e admirada, alcançando o título simbólico de “melhor Seleção de todos os tempos”, maneira como ainda é reconhecida. Sarmiento destaca que:

A aplicação de um modelo administrativo meticuloso, com detalhamento das etapas de preparação e um forte investimento no condicionamento físico e emocional novamente transformaram “artistas mulatos” da bola em implacáveis colecionadores de títulos. A conquista definitiva da Jules Rimet, para além das ondas políticas da época, tornou-se um marco da vida desportiva brasileira e o símbolo definitivo da

feliz combinação entre o talento e a organização.  
(Sarmiento, 2007, p. 129)

Com a retomada da hegemonia mundial no futebol, o Brasil voltava-se com mais atenção sobre o esporte, de maneira que já visava o próximo título mundial, os campeonatos nacionais e as competições internacionais com objetivo de projetar o futebol e o Brasil em cenário mundial.

Nesse sentido a revista *Placar* cumpre um papel fundamental como fornecedor de informações que permitem reconstruir a trajetória do esporte em relação a diversos aspectos, como o político, o econômico e o social.

### **1.2.2 A revista Placar e os clubes brasileiros: campeonato nacional, atletas e as estratégias publicitárias**

Se as condições econômicas haviam mudado e causavam preocupação ao governo a partir da crise de 1973, nota-se que o padrão do Campeonato Brasileiro permanecia pautado no ideal de abrangência sobre o território nacional desde o momento da criação do torneio em 1971. A edição da revista *Placar* de 01 de junho de 1973 apresentou títulos sugestivos sobre a crise da organização do Campeonato Brasileiro, entre eles, *Calendário assassino?*, *Péssima convocação?*, *Comissão Técnica mal escolhida?*, *Quem é o culpado?*. Para a última indagação a resposta de *Placar* foi: “Ora, o Passo”. Antônio do Passo, diretor do departamento de futebol da CBD, era criticado pelo governo desde a queda do técnico João Saldanha em março de 1970:

O alvo principal do governo, então, era Antônio do Passo, chefe da delegação e diretor de futebol da CBD. Os assessores do Presidente Médici e do Ministro Passarinho eram os principais acusadores. [...] os assessores até já tinham apontado o homem que deveria ocupar o lugar de Passo na Seleção e na CBD: Eric Tinoco Marques, comandante da Escola de Educação Física do Exército e coronel de cavalaria. (*Placar*, 27 de março de 1970, p. 7)

A revista *Placar*, por conta do formato do Campeonato Nacional de Clubes, também teceu críticas ao trabalho de Antônio do Passo. O governo queria o afastamento de Passo da CBD para substituí-lo por

Tinoco Marques, enquanto que a revista *Placar* o criticava em prol de melhorias para o certame nacional. Porém, apesar do governo e da revista *Placar* concordarem em suas críticas a Antônio do Passo, é necessário destacar que o diretor de futebol conseguiu um espaço público importante na revista para expressar sua posição nacionalmente. Em nota oficial reproduzida pela revista e direcionada ao presidente da instituição João Havelange, Passo justificou o número excessivo de clubes participantes no Campeonato Brasileiro. Nesse documento Passo demonstra preocupação na qual destaca “o desejo de participação, manifestado pela maioria dos clubes brasileiros, e o propósito de integração nacional, objetivo maior da competição, levaram-nos a 37 clubes [...]”. (Antônio do Passo, *Placar*, 01 de junho de 1973, p. 18).

Observa-se a constante preocupação com o princípio da integração nacional, ou seja, o futebol como diversão pública abrangendo todas as regiões do país assumia o papel de ferramenta de legitimação das ações da CBD, sob instruções do governo. Essa constatação parte, também, de uma afirmação realizada pela revista sobre a CBD, nesta mesma edição, em que é possível ler “Confirmando que não há vagas no campeonato brasileiro deste ano, ele deixa claro que volta e meia a CBD cede a pressões externas a contragosto: cada clube que entra só complica a vida do diretor do Departamento de Futebol”. (*Placar*, 01 de junho de 1973, p. 19).

Por fim, o Campeonato Brasileiro de 1973 confirmou 40 clubes na competição e a posição da revista *Placar* foi de desaprovação ao trabalho de Antônio do Passo. O diretor de futebol é desqualificado pela revista *Placar* e responsabilizado pelo excesso de clubes participantes e pelo calendário esportivo deficiente. Passo é descrito como um mal jogador da década de 1940, técnico e cartola do clube do Olaria, do Rio de Janeiro, com uma carreira burocrática ascendente que havia começado na Federação Carioca e culminado na CBD. A revista *Placar* criticou Antônio do Passo sem destacar que a função do diretor de futebol já estava comprometida pela interferência e presença militar nas atividades da CBD. Assim, nota-se que a postura da revista *Placar* em seus primeiros anos de circulação era mais comedida e, apenas posteriormente, é que o impresso adotará um tom mais crítico sobre as relações entre futebol e política.

Já os cartolas, presidentes de clubes de futebol, manifestavam insatisfação com os critérios de seleção dos clubes para o campeonato nacional. Eram escolhidos clubes dos centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, com tradição futebolística e de outros estados eram

selecionados clubes a partir da capacidade monetária, o que prejudicava clubes com recursos financeiros restritos.

Entre agosto de 1973 e fevereiro de 1974 quarenta clubes disputaram o título de campeão do futebol nacional, de maneira que segundo Sarmiento (2006) o aumento gradativo de participantes era reflexo da influência militar sobre a CBD<sup>28</sup>. A segunda divisão do campeonato foi extinta e a competição ficou concentrada em uma única divisão que foi organizada em fases e teve como campeão nacional a Sociedade Esportiva Palmeiras.<sup>29</sup> Pode-se pensar, com base no exposto, que o futebol permanecia como uma ferramenta política para fins de adesão popular, uma vez que o intuito da CBD era divulgar e promover o esporte em todas as regiões brasileiras.

Porém, a CBD manteve-se atenta à insatisfação dos clubes e às críticas da imprensa nacional quanto à organização de um campeonato de futebol extenso. Em julho de 1973 a instituição anuncia que poderá “ingressar na era do computador” (Placar, 27 de julho de 1973, p. 34) e

---

<sup>28</sup> A disputa do Campeonato Brasileiro de 1973 contou com quarenta clubes de vinte estados. Sendo seis da Guanabará e São Paulo; 3 de Pernambuco e Minas Gerais; 2 dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Amazonas, Paraná e Pará; e 1 do Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Maranhão. A fase preliminar foi disputada em dois turnos, sendo o primeiro com 380 jogos e duas séries de 20 clubes. Enquanto que o segundo turno, com 180 jogos, contou com 4 grupos de dez clubes. O primeiro turno com jogos interestaduais exigiram um cansativo deslocamento espacial das equipes, e o segundo turno com jogos regionais. Essa fase preliminar foi disputada entre 25 de agosto e 16 de dezembro de 1973. A segunda fase do Campeonato contou com os 20 melhores classificados. A fase seguinte, a semifinal, foi organizada com dois grupos de 10 clubes completando mais 90 jogos disputados. A fase final foi realizada entre os dois melhores clubes de cada grupo. Ver mais em: SANTOS, Daniel Araújo dos. **Futebol e política: a criação do campeonato nacional de clubes de futebol**. Dissertação de mestrado, História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 2012.

<sup>29</sup> A diferença substancial entre o Campeonato Brasileiro de 1972 e 1973 está na quantidade de clubes e estruturação da competição. O campeonato nacional de 1972 contou com 26 clubes, de maneira que pela primeira vez eram incluídos times dos estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Pará, Sergipe e Amazonas, o que demonstra o caráter integracionista do campeonato brasileiro de futebol. Com um modelo baseado em divisões, o campeão nacional, de 1972, da primeira divisão foi a Sociedade Esportiva Palmeiras e o campeão da segunda divisão foi o Sampaio Corrêa Futebol Clube.

que os seguintes campeonatos poderiam ser formados a partir do uso dessa tecnologia e de levantamento sócio-econômico-financeiro para determinar quais clubes apresentam condições de participar das disputas nacionais. Esse trabalho de análise sócio-econômico-financeiro seria realizado pela Datamec, empresa de processamento de dados da Caixa Econômica Federal, que havia planejado a Loteria Esportiva no Brasil.

A posição acusatória da imprensa sobre a organização do campeonato brasileiro mantinha-se e a revista *Placar* permanecia como o interlocutor da insatisfação dos clubes brasileiros. Em edição de agosto de 1973 destacou a formação do *Estaleiro FC* como uma “espécie de seleção onde a razão da escolha é estar parado” (*Placar*, 03 de agosto de 1973, p. 2). Essa proposta irônica da revista referia-se aos atletas lesionados por conta do número excessivo de jogos, rodadas intermediárias, treinamentos e problemas psicológicos desencadeados pelo despreparo físico. Os clubes eram afetados financeiramente, já que seus atletas recebiam salários e permaneciam mais tempo no departamento médico do que em campo. Observa-se assim, a insustentabilidade do campeonato brasileiro, conforme modelo proposto pela CBD, e o papel da imprensa na veiculação da insatisfação de clubes e atletas.

A revista *Placar* representava no início da década de 1970 um novo segmento especializado que, assim como o futebol, propunha-se a abranger todo o território nacional. Para sustentar-se no mercado editorial diante do quadro crescente de crise econômica que afetava a capacidade aquisitiva dos brasileiros não bastava tratar da Seleção nacional e do Campeonato Brasileiro.

As estratégias publicitárias tornaram-se essenciais para a promoção da revista *Placar* e sua consolidação no mercado de revistas no Brasil. Em junho 1973 uma significativa campanha de publicidade e promoção do futebol clubista envolveu a revista *Placar*, outros meios de comunicação, torcedores e leitores. A promoção intitulada de *Qual é o clube mais querido do Brasil?* foi organizada em conjunto com 23 jornais de todo o país<sup>30</sup> e pretendia convocar os torcedores a votarem

---

<sup>30</sup> Jornal dos Sports (Rio de Janeiro e Guanabara), Diário do Norte (São Paulo), Diário de Notícias (Porto Alegre), O Estado (Santa Catarina), Tribuna do Paraná (Curitiba), O Diário (Vitória), Diário da Tarde (Belo Horizonte), O Popular (Goiânia), O Estado de Mato Grosso (Cuiabá), Diário da Serra (Campo Grande), A Tarde (Salvador), Gazeta do Sergipe (Aracaju), O Norte (João Pessoa), A Gazeta de Alagoas (Maceió), O Povo (Fortaleza), A Tribuna do Norte (Natal), O Estado (Teresina), A Notícia (Manaus), O Imparcial (São

em seus clubes de preferência ao mesmo tempo que incentivava o consumo da revista *Placar* e de outros jornais associados à campanha.

A promoção foi dividida em dois setores, um estadual e outro nacional. Os jornais colaboradores participantes eram responsáveis pela escolha do clube “mais querido” de cada estado. O leitor deveria preencher o cupom do jornal local participante e depositá-lo em uma urna ou enviá-lo para a sucursal da Editora Abril mais próxima. Já para o concurso nacional eram válidos apenas os cupons da revista *Placar*, e neste caso, o leitor torcedor deveria responder três questões: “Qual é o único jogador que venceu três Copas do Mundo?”, “Qual é o clube mais querido do Brasil” e “Qual o clube mais querido de meu Estado”. Os participantes, como estímulo, ainda concorriam a um carro 0 Km no valor de Cr\$ 28,900.00. ( *Placar*, 15 de junho de 1973, p. 14). Os resultados finais da promoção, apurados em rede nacional pela Tv Tupi, proclamaram a vitória do Flamengo com 48.952 votos, seguidos de 29.402 votos do Coritiba, 25.106 votos do Vasco da Gama e 20.182 votos do Botafogo, os quatro times “mais queridos” do Brasil. Ainda destacam-se as campanhas de mobilização regionais, principalmente das torcidas organizadas, que permitiram a vitória do Vasco da Gama no Rio de Janeiro, ainda que o rival rubro-negro tenha sido o campeão nacional de votos. (*Placar*, 10 de agosto de 1973, p. 8)

Essa convergência de esforços entre diversos jornais nacionais demonstram estratégias assumidas pela revista para consolidação no mercado editorial. Era notável a progressiva adesão do público à promoção, de forma que o título da revista *Placar* de *A guerra dos votos* detalhou que o jornal *A Tarde*, de Salvador, havia apurado 340 votos na primeira contagem da promoção, em três semanas os votos haviam contabilizado 6.145 votos e, na apuração seguinte, 12.146 votos. (*Placar*, 15 de junho de 1973, p. 15). Assim, cada jornal participante endossava a promoção da *Placar* que divulgava clubes e estimulava os torcedores a consumir a revista, consolidando o segmento entre as mídias impressas oferecidas pela Editora Abril.

A organização dos atletas também passou a ser um assunto de interesse da imprensa. *Placar* publicou, em agosto de 1973, sobre a importância do I Congresso Nacional de Atletas Profissionais em que foi estabelecido a formação da Fugapão, uma parceira entre o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIMPO) e a Fundação

Garantia do Atleta Profissional (Fugap)<sup>31</sup>. Segundo a revista “O Congresso dos jogadores é um fato auspicioso, mas não se pode esquecer o fundamental: lutar por uma legislação que torne desnecessário o assistencialismo.” (Placar, 31 de agosto de 1973, p 6).

O representante dos atletas, o jogador Gérson, foi o responsável por tentar convencer o presidente do CND, Jerônimo Bastos, sobre a importância de padronizar os sindicatos brasileiros como os modelos argentinos e uruguaios. Em entrevista aos repórteres de Placar, Raul Quadros e Fausto Neto, o jogador Gérson justificou, “Olha brigadeiro, esse sindicato, para ser sério, tem que ter as armas da República em todos os seus documentos, para que não se pense que terá outros fins” (Placar, 31 de agosto de 1973, p 6). É provável que esses “outros fins” se referissem a apropriação política sobre o futebol, uma vez que eram comuns acusações sobre o uso do esporte como aporte da propaganda política e o objetivo do Congresso era, primeiramente, a regulamentação dos sindicatos de atletas.

Após três dias do I Congresso Nacional de Atletas Profissionais com a presença de jogadores e dirigentes de clubes, ficou estabelecido um convênio entre o PIMPO e a Fugap. O objetivo dessa aliança era a formação de um “sistema contínuo de qualificação profissional do atleta brasileiro, através de cursos de qualificação ocupacional, oferecidos pelo PIMPO” (Placar, 31 de agosto de 1973, p. 6). A Fugap contaria então com o apoio dos governos estaduais e verbas da Loteria Esportiva.

Dessa forma, é possível observar que a atenção sobre o futebol na década de 1970 era latente e se estendia da imprensa para esferas de interesse diversas, fossem políticas ou econômicas. A revista *Placar* que cumpria com o papel de informar e buscava maneiras de garantir sua permanência no mercado nacional encontrou na Loteria Esportiva um novo meio de angariar leitores-consumidores. Para o governo a proposta da Loteria Esportiva era a de financiar o futebol nacional.

### **1.2.3 Bolada de ouro: a Loteria Esportiva**

O lançamento estratégico da revista *Placar* em 1970 não foi a única medida visando aproveitar-se da Copa do Mundo, no México. A Loteria Esportiva teve origem na Lotecopa de 1966, a primeira

---

<sup>31</sup> O PIMPO foi criado em 1963, no governo Goulart, e vigorou até 1982. Organizava cursos profissionalizantes para trabalhadores pouco escolarizados. E a Fugap foi criada em 1964, no Rio de Janeiro, para garantir financeiramente os jogadores e ex-jogadores que passassem por dificuldades econômicas.

experiência desse segmento de jogos no Brasil. A Lotecopa foi uma iniciativa da Caixa Econômica Federal e da CBD, sendo que parte da renda seria destinada aos gastos com viagens e estadia da Seleção Brasileira na Inglaterra. Entre 18 de maio e 6 de julho de 1966 foram realizados sorteios semanais. O sucesso da Lotecopa inspirou a criação da Loteria Esportiva, que após fase experimental no estado da Guanabara com cerca de 100.000 cupons vendidos, foi estendido a todo o país.

O decreto lei nº759 de agosto de 1969, dos ministros Delfim Netto e Hélio Beltrão, atribuiu à Caixa Econômica Federal (CEF) as funções de receber poupanças, conceder empréstimos e financiamentos, operar no setor habitacional como agente do Banco Nacional de Habitação, explorar a Loteria Federal do Brasil e Loteria Esportiva Federal.

Em abril de 1970 a revista *Placar* fornece informações importantes para o entendimento do funcionamento da Loteria Esportiva que poderia oferecer ao vencedor “uma boa casa, dois ou três terrenos e até vinte Volkswagen” (*Placar*, 17 de abril de 1970, p. 30). A princípio a Loteria Esportiva distribuiu o Manual do Apostador com explicações sobre o regulamento dos jogos e cálculos para as apostas, e nas semanas seguintes a Loteria foi estendida ao estado de São Paulo com 200.000 mil cupons vendidos, Belo Horizonte com 500.000 cupons e Brasília com 20.000 cédulas para apostas.

A mecânica de funcionamento dos jogos exigia que o apostador entregasse seu cupom, devidamente preenchido, em um dos postos da Loteria Esportiva onde seriam transferidos para cartões da International Business Machines (IBM)<sup>32</sup> e perfurados por uma máquina manual, a Port a Punch. O apostador como garantia receberia um dos cartões marcados por uma faixa cor-de-rosa na extremidade superior, e o segundo cartão ficava para a Loteria Esportiva. Nessas rodadas experimentais o jogador vencedor seria aquele que acertasse maior número de jogos, porém quando a Loteria fosse ampliada seriam necessários acertos em, no mínimo nove, jogos.

A revista *Placar* colocou-se novamente como um intermediário entre torcedores e o futebol através de análises sobre os clubes e palpites para os jogos que poderiam ser apropriados para as apostas, pois “para ficar milionário com o Bolão, é preciso muito cuidado, muito estudo. Todas as semanas, *Placar* vai ajudá-lo a conhecer um pouco de cada

---

<sup>32</sup>A International Business Machines (IBM) é uma empresa dos Estados Unidos da América voltada para a área de informática e existente desde o século XIX

time da rodada” (Placar, 17 de abril de 1970, p. 31). Na edição da semana seguinte a revista *Placar* apresenta *Os primeiros milhões do Bolão* em que apresenta os vencedores da segunda rodada experimental da Loteria Esportiva. Os 100.000 cupons disponibilizados renderam 253.958 NCr\$ (cruzeiros novos), representando mais de NCr\$ 3,00 de apostas por cartão.

A revista *Manchete Esportiva*, também, investiu em um suplemento informativo sobre os jogos da Loteria Esportiva com análises sobre os jogos, probabilidades e comentários. Couto (2012) destaca que

Quem gostava de apostar na Loteria Esportiva encontrava na *Manchete Esportiva*, com esse suplemento, um importante aliado, pois os analistas da revista tinham o objetivo de informar o ‘estado da arte’ da situação técnica e tática de cada time envolvido naquelas partidas. (Couto, 2012; p. 125)

Certamente é preciso atribuir o sucesso da Loteria Esportiva ao interesse dos brasileiros pelo futebol, a participação da imprensa e, também, à expansão das condições de consumo da classe média, um perfil encontrado entre os ganhadores da rodada experimental de abril, já que Luís Carlos Coutinho, um dos oito acertadores, é descrito como dono de “uma casa e de um Volks”. (Placar, 24 de abril de 1970, p. 12).

Porém, é necessário conferir o êxito da Loteria Esportiva à relação entre os brasileiros e o futebol. Um artigo publicado pela Revista de Administração, em 1984, apresenta um estudo sobre o comportamento dos consumidores da Loteria Federal, e ao tratar da Loteria Esportiva concluiu que os apostadores consideram-se manipuladores dessa modalidade de jogo, pois consideram que seus conhecimentos sobre o futebol os favorecem em relação a outros jogos de sorte.<sup>33</sup>

Dessa forma, o esporte se oferecia como um espetáculo, um jogo de sorte, uma ferramenta de propaganda política e midiática. A revista *Placar* apropriou-se de todas estas situações para estabelecer-se no mercado nacional como referência do segmento esportivo<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> CAMPOMAR, BROLLO, 1984.

<sup>34</sup> Em janeiro de 1982 o Governo Federal anunciou que passaria a destinar 5,2% da renda da Loteria Esportiva para o futebol. Os clubes receberiam 75% desse valor e as federações os outros 25% restantes. Segunda a revista *Placar*, em

### 1.3 SINAIS DE NOVOS TEMPOS: A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA E A DEMOCRACIA

Aproximações entre política e futebol são observadas historicamente e, abrangem sociedades democráticas e não democráticas. Hilário Júnior (2007) destaca que o desenvolvimento da democracia nas sociedades industriais trouxe benefícios para diferentes setores antes excluídos, porém, também, resultou na perda de identidades de grupo. Na medida em que conceitos mutáveis como o de partido político, condição financeira e opção religiosa surgiam, a necessidade de pertencimento a um grupo cedeu ao futebol espaço privilegiado. (Hilário, 2007, p. 213)

É a partir da formação moderna do futebol, com as regras estabelecidas na Inglaterra, que a prática difundiu-se em diferentes sociedades, tornou-se espetáculo, mercadoria e promoveu a criação de novas identidades de grupo. O poder de abrangência do esporte o envolve com a política e permite a observação de momentos de aproximação com governos democráticos e autoritários.

Em relação ao governo civil-militar brasileiro, o futebol esteve presente nos discursos políticos, e houve uma clara tentativa de apropriação do esporte para a propaganda política. Com o processo de abertura política o futebol passou a ser reapropriado com novos objetivos, e se observaram manifestações por democracia nos estádios, na imprensa esportiva e nos clubes.

A defesa da democracia esteve presente no discurso militar durante todo o regime. Como se afirmou, anteriormente, uma das justificativas para a deflagração do Golpe civil-militar foi uma possível ameaça comunista que implicava, segundo os militares, em riscos para a democracia. Dessa forma, a denominação militar de “revolução”, que durante longo período predominou na imprensa brasileira, pautava-se na defesa da democracia.

Durante os primeiros Governos civil-militares é comum a relação estabelecida entre a democracia e os princípios defendidos pelos novos

---

edição de 28 de janeiro de 1981, o valor média por semana que os clubes e federações receberiam seria de Cr\$50 milhões de cruzeiros. Em 1982 ganha notoriedade nacional o escândalo da “máfia da loteria esportiva” através de denúncia da revista Placar. Foram apontadas fraudes e subornos na Loteria Esportiva e as edições da revista Placar, no segundo semestre de 1982, dedicaram-se amplamente a divulgação da conhecida “Máfia da Loteca”.

líderes nacionais. Segundo Linz e Stepan (1996) a democracia consolida-se no apoio atitudinal, ou seja:

Um regime democrático está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida coletiva numa sociedade como a deles e quando o apoio a alternativas anti-sistema é bastante pequeno, ou, mais ou menos dado isolado das forças pró-democráticas. (Linz, Stepan, 1996; p. 6)

Um dos principais objetivos anunciados pelo regime civil-militar foi a recuperação econômica. A questão foi abordada, pelo presidente Castelo Branco, no primeiro aniversário da “revolução” como uma possibilidade de “criar a verdadeira democracia das oportunidades” (Biblioteca da Presidência da República. Discurso de Castelo Branco, 31 de março de 1965).

E na contínua defesa dos ideais democráticos, Costa e Silva, em 1966, defendeu em discurso que a democracia deveria “armar-se para defender-se daqueles que se valem de suas franquias para destruí-las” (Biblioteca da Presidência. Discurso de Costa e Silva, 03 de outubro de 1966). E notoriamente baseado nesses ideais de defesa do regime civil-militar em vigor é que o Governo tornava-se mais repressor para punir e impedir quaisquer manifestações de contestação popular.

À medida que se organizavam movimentos de repúdio aos governos civil-militares e se questionava sobre a prometida democracia, os governantes obrigavam-se a encontrar respostas que acalmassem o descontentamento popular. O Governo Médici, marcado pelo ‘milagre’ econômico, iniciou-se em um momento de questionamentos sobre o regime. Também em discurso, o Presidente Médici, em 1969, afirmou:

Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático [...] espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso país e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e

social. (Biblioteca da Presidência. Discurso do Presidente Médici, 07 de outubro de 1969)

A partir de 1974 e do Governo de Ernesto Geisel, o Brasil passou a viver transformações lentas e graduais em busca da “abertura política”, ou seja, eram traçados definitivamente os caminhos para a democracia. A observação de que a transição para a democracia era necessária e inevitável, fez com que o regime civil-militar preferisse ter comando sobre o processo de redemocratização do que lega-la à oposição. O fator da negociação é imprescindível na compreensão da redemocratização brasileira como um caso particular de abertura política, de maneira que o regime civil-militar participou como um agente atuante no processo de distensão.

Marilena Chauí (2006) destacou dois termos importantes para a compreensão histórica sobre o período do regime civil-militar. A autora destacou o “regime” como o governo e o “sistema” como a estrutura do poder de Estado montada pela ditadura, pautada principalmente na segurança nacional. Assim, segundo Chauí, a partir de 1974 passou-se a discutir sobre uma crise de legitimidade do “sistema”, ou seja, estava sendo posta em dúvida a eficiência do aparelho de Estado civil-militar (2006, p. 178). E à medida que o regime previa a necessidade de controle sobre o processo de distensão, Chauí aponta para o fato de que nem os militares e nem o capital desejavam perder controle de poder do Estado e esse quadro fez com que o “sistema” produzisse medidas para a manutenção sobre as transformações econômicas (2006; p. 179).

Algumas mudanças no cenário brasileiro auxiliam na explicação sobre a crescente mobilização em torno da democracia. Dessa forma, podem-se citar a crise de legitimidade do regime, a crescente tomada de consciência popular e o papel da imprensa.

A crise de legitimidade do regime foi dada pela incapacidade de liderar um processo democrático prometido desde 1964 e que colocava em sérias dúvidas qualquer intenção nesse sentido. Mas também, é preciso avaliar o fim do ‘milagre’ econômico brasileiro como fator importante da descrença popular no regime já que demonstrava que a rápida recuperação econômica era breve. Segundo Carlos Fico (1999) o presidente Ernesto Geisel não obteve créditos com o ‘milagre’ econômico, de forma que a estratégia mais comum era afirmar que o momento político era mesmo de crise e não do milagre. Com a crise mundial do petróleo de 1973 que afetou a maioria das economias mundiais, principalmente aquelas dependentes da importação de derivados petrolíferos, o Brasil entrou em processo de recessão

econômica. O Governo tentou amenizar o impacto da crise aumentando o preço de alguns produtos de exportação, porém a taxa de importação nacional apresentou crescimento ainda mais elevado. Como solução para amenizar o impacto da crise no país, o Governo acabou contraindo empréstimos no exterior, o que resultou em elevação da dívida externa. No cenário interno houve crescimento das taxas de inflação e os brasileiros que viveram o sonho de um ‘milagre’ despertaram para a realidade brasileira, nada milagrosa.

A crescente tomada de consciência popular não significa desconsiderar àqueles que estiveram desde 1964 contestando o regime. Maria Paula Nascimento Araújo destaca que a crítica e desconfiança em relação à democracia foi uma das razões pela opção de um grupo numeroso de brasileiros pela luta armada a partir de 1964. (2007, pg. 328).

Dessa forma, a luta armada como alternativa de combate ao regime pode ser encontrada desde 1960, e não apenas como resposta ao AI-5 de 1968. Araújo (2007) destaca duas questões importantes para a compreensão sobre as implicações do processo de distensão política. Primeiramente, a autora destaca que o início dos anos de 1970 revelou a derrota da luta armada no Brasil, de maneira que houve uma autocrítica da experiência das esquerdas e muitos militantes passaram a considerar a eficiência de uma nova postura política: resistência e luta democrática.

Porém, para muitos participantes da esquerda, a resistência era a abdicação da postura combativa. Outra questão apontada pela autora é o fato do projeto de abertura via comando do Estado ser visto por parcela significativa das esquerdas como uma maneira de institucionalizar o regime. Havia um conflito entre o projeto de abertura e as forças de esquerda que queriam inviabilizar a institucionalização do regime e promover as conquistas democráticas (2007, pg. 324).

Desta forma, a partir de 1974 o Brasil encaminhava-se para mudanças importantes que se estenderiam por décadas. Como destacou Maria D’Alva Kinzo (2001), o caso brasileiro de transição democrática foi o mais longo dentre os países da América-Latina, de forma que transcorreram onze anos para que os civis retomassem o poder e mais cinco anos para que o presidente da República fosse eleito pelo voto popular.

Logo, é interessante refletir sobre qual democracia se pretendia e que interesses estavam envolvidos nesse processo. Kushnir e Carneiro (1999) destacam que quando a democratização atinge somente a esfera político-institucional as mudanças nos processos de socialização não acontecem. Nesse mesmo sentido, Carlos Nelson Coutinho (1980)

aponta para os cuidados necessários com a democracia política, pois essa seria, somente, uma nova forma possível de dominação burguesa com monopólios nacionais e internacionais. Assim, para o autor:

Pode-se facilmente constatar, nesse sentido, a presença de diferentes e até mesmo contraditórias concepções de democracia entre as correntes que se propõe representar os interesses populares e, em particular das massas trabalhadoras. (Coutinho, 1980; p. 19).

O que se observa durante o período de transição política no Brasil é que os militares não desejavam retirar-se do jogo de poder iniciado em 1964, porém as regras haviam mudado e a torcida brasileira era, afinal, pela democracia. No entanto, as discussões sobre o qual modelo de democracia se instituiria no Brasil, ainda, era uma questão em aberto.

\*\*\*

O desenvolvimento das tensões políticas no governo de João Goulart culminou na organização das Forças Armadas e na deflagração do golpe de 1964. Com a nova realidade político-institucional brasileira, se observam movimentos distintos de apoio e/ou apatia aos regimes, e também, de contestação das arbitrariedades cometidas.

Em termos gerais este capítulo introduziu a discussão sobre a ingerência militar no comando do futebol nacional e o papel, fundamental, desempenhado pela imprensa esportiva. Para tratar da militarização da CBD na década de 1970, e da importância da revista *Placar* como segmento consolidado da imprensa esportiva este capítulo permitiu vislumbrar os antecedentes das instituições futebolísticas e da imprensa especializada em esportes. A formação das primeiras ligas regionais de esporte impulsionou o interesse pela criação de uma entidade nacional que regulasse a prática. Assim, o Estado brasileiro passou a se atentar para o esporte e instituiu leis como a profissionalização dos jogadores de futebol.

Paralelamente a esse processo, a imprensa esportiva ganhou seus primeiros modelos e fracassos. Com a formação de um mercado consumidor na década de 1960 as experiências da *Manchete Esportiva*, *Jornal dos Sports* e revista *Placar* foram melhores sucedidas. No caso da revista *Placar*, fonte desta pesquisa, sua consolidação acompanhou a consagração do título mundial de 1970 e, também, utilizou-se de

estratégias publicitárias e da Loteria Esportiva para impulsionar suas vendas.

O segundo capítulo verificará como o início da abertura política resultou em transformações importantes e, em uma nova apropriação sobre o esporte com dois vieses: o primeiro favorável à distensão política transformando os estádios, os clubes e a imprensa em espaços de possíveis de manifestações; e um segundo viés em que o governo civil-militar manteve uma permanente preocupação com o futebol, de forma que entre 1975 e 1979 a CBD manteve-se militarizada.

É nesse sentido que a revista *Placar* exerceu um papel como mediador e crítico do esporte, desgastando a imagem dos militares no comando da instituição e culminando em um processo de abertura política no comando do futebol nacional.

## 2. O BRASIL TORCE PELA DEMOCRACIA

A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação (Hobsbawm, 1998, p. 171)

A partir de 1974 o Brasil passou por mudanças significativas que representaram uma trajetória particular do caso nacional entre os países sob um regime político militar. O diferencial do caso brasileiro de transição política foi a existência de um calendário eleitoral, que mesmo restrito, representava um meio de legitimação das ações do governo civil-militar. Assim, a proposta pretensamente democrática assumida em 1964 manteve-se sob o controle dos militares a partir do anúncio da abertura 'lenta, gradual e segura' do governo de Ernesto Geisel.

A crise de legitimidade do regime civil-militar acentuada pela crise econômica caracteriza o cenário do início da transição para a democracia. O governo Geisel, diferente de seu antecessor, foi marcado por instabilidade econômica resultante do choque internacional do petróleo e do endividamento externo. O descontentamento popular crescia, o regime encontrava dificuldades de legitimar-se e a estratégia de uma abertura política controlada foi adotada visando autenticar as ingerências militares no país.

Em relação ao futebol, observa-se o contínuo controle e interferência militar sobre as instituições esportivas como a Confederação Brasileira de Desportos, demonstrando o controle político sobre as diferentes esferas de interesse público. Nesse sentido, destaca-se o papel da imprensa especializada em esportes, como a revista *Placar*, nas críticas e construções sobre os rumos do esporte nacional.

Este segundo capítulo visa discutir as diversas questões que envolveram o governo Geisel e a estratégia de abertura política destacando-se aspectos interferentes como economia, relações internacionais e sociedade. Ainda apresenta-se como essencial a discussão sobre as expectativas civis e da imprensa em relação aos mundiais de futebol de 1974 e 1978, revelando que o esporte também se apropriava, e era apropriado, por aspectos da transição política.

## 2.1 GOVERNO GEISEL E A ESTRATÉGIA DE ABERTURA POLÍTICA

Após dez anos de governo civil-militar e com o acirramento da perseguição política com inquéritos, torturas, sequestros e assassinatos, acentuava-se uma crise de legitimidade em relação ao comando militar. O período mais repressivo do regime deu-se no governo Médici que se utilizou do AI-5 e de uma propaganda de massas eficiente para reforçar o ideal de legalidade dos militares no poder.

Com o fim do governo, em 1973, e com o novo quadro que somava crise econômica e consequente insatisfação popular, a eleição de Ernesto Geisel mostrou-se como a melhor maneira de manter os militares no comando da política nacional visando a inadiável transição democrática.

Geisel havia participado do governo Médici como presidente da Petrobrás e seu irmão Orlando Geisel atuou como Ministro do Exército. Nas eleições indiretas de 1974 o Colégio Eleitoral,<sup>35</sup> formado por membros do Congresso e delegados das Assembleias Legislativas dos estados, de acordo com a emenda nº 1 da Constituição de 1967, escolheu os candidatos da ARENA, Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos como presidente e vice-presidente da República. Os candidatos do MDB, Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, receberam apenas 76 votos contra 400 votos conquistados pela chapa vencedora.

A permanência dos militares no governo foi seguida de estratégias para realizar a transição democrática de forma controlada e cautelosa de acordo com a nova conjuntura econômica. Na transição do governo Médici para o governo de Ernesto Geisel a última mensagem presidencial evidenciava um crescimento econômico e continuo atento a conjuntura externa:

Em momento histórico extremamente complexo, quando a tônica, no quadro mundial, é a perplexidade e o sobressalto, em época na qual ganham corpo, em todos os horizontes, fatos ou fenômenos sociais, inéditos e complexos, está o Brasil, seguramente, entre as nações que (...) podem olhar para o futuro com justificada

---

<sup>35</sup> O Colégio Eleitoral que elegeu Geisel era composto por 503 membros, de forma que 412 eram da ARENA e 91 do MDB. Houve 20 votos em branco e 6 abstenções.

confiança. (Discurso de Médici, Biblioteca da Presidência da República, 1974; p. 22)

No entanto, a realidade econômica denotava instabilidade. A partir de 1973 já se verificava o descontrole da situação financeira com a crise internacional do petróleo, apesar da manutenção das exportações e das reservas internacionais como forma de atenuar os problemas internos. O desafio econômico inicial central do Governo Geisel foi o da inflação e a medida administrativa tomada foi a desrepressão dos preços.<sup>36</sup>

Bresser Pereira (1984) destaca que inicialmente é preciso considerar o caráter cíclico da economia capitalista para entender o ápice do desenvolvimento e o desenrolar da crise. Um fator endógeno que auxilia na compreensão do quadro verificado a partir de 1974 é a superacumulação, ou seja, quando as taxas de investimentos diminuem vertiginosamente. Isso ocorreu nas indústrias brasileiras na década de 1970 e comprometeu as taxas de desenvolvimento do país.<sup>37</sup> Ainda, segundo

Bresser, “a revisão do ciclo em princípio ocorre em virtude de uma redução na taxa de acumulação de capital a qual por sua vez decorre da queda da previsão da taxa de lucros em relação à taxa de juros” (1984; p. 220).

Assim, se observa a redução dos lucros das empresas de bens de consumo que consequentemente diminuía a taxa de acumulação. Essa redução do percentual de acumulação foi notável no setor de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis, que liderava o desenvolvimento industrial nacional. Bresser Pereira (1984) caracteriza a crise econômica brasileira da década de 1970 como de subconsumo, e essa foi marcada pelo crescimento dos salários das classes trabalhadores e médias abaixo da média dos lucros das empresas, ou seja, o crescimento industrial era superior à capacidade de aquisição de produtos pela população.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> A desrepressão dos preços parte de uma política econômica de estabilização e contenção monetária e fiscal. Essa expressão foi alcunhada por Carneiro (1994), autor compatível com Simonsen e que analisa a política econômica de curto prazo.

<sup>37</sup> Bresser Pereira destaca que os investimentos em indústrias de transformação cresciam a 26,5% entre 1967 e 1973. Essa taxa foi reduzida para 0,1% entre 1973 e 1980 (1980, p. 120).

<sup>38</sup> Segundo Bresser Pereira (1984) entre 1967 e 1973 a indústria de bens de consumo duráveis crescia a taxa de 23,6% e os salários médios cresceram a taxa

Ainda para compreender o desenrolar da crise econômica que atingiu o Brasil na década de 1970 é preciso destacar que o percentual de consumo nacional ficou comprometido à medida que o crédito ao consumidor deixará de ser um fator de desenvolvimento, já que se verificava o esgotamento da capacidade de endividamento dos brasileiros.

Diante da conjuntura de crise econômica, constatava-se o retorno do crescimento das taxas de inflação e o endividamento externo. A preocupação com o aumento da inflação era um sentimento comum à população brasileira e foi apropriado pela resenha esportiva da revista *Placar*. Na edição de 8 de junho de 1973, com o título de *Torcida disse não à inflação*, o repórter Gilson Rolemberg descreveu a diminuição vertiginosa do número de expectadores das partidas no estado de Sergipe. A solução, apontada pelo impresso esportivo, foi a redução do valor dos ingressos que, inicialmente, não teria agradado aos cartolas que consideravam um absurdo “nos dias de hoje, reduzir o preço de alguma coisa”. (*Placar*, 08 de junho de 1973, p. 26)

Por fim, a diminuição dos preços dos ingressos aumentou o número de torcedores presentes nos jogos de futebol e a renda de público foi superior àquela dos jogos inflacionados. Essa breve análise transportada para o cenário nacional permite observar que o aumento das taxas de inflação, a partir de 1973, pode ter representado a diminuição do consumo de produtos e acesso às diversões públicas pelos brasileiros.

A partir desse ponto, nota-se que o quadro econômico interno afetava a população, que percebia a decadência dos anos áureos do ‘milagre’. A política econômica adotada pelo governo Geisel para deter as consequências negativas da crise partiu do financiamento da expansão através do endividamento externo<sup>39</sup>. Também se verificou a necessidade do ajuste externo da economia nacional e a primeira decisão político-econômica do governo Geisel foi aumentar os preços dos derivados do petróleo e diminuir o controle sobre os preços dos produtos.

---

de 3,1% o que mostra a superacumulação e a insustentabilidade desse caráter expansivo da economia.

<sup>39</sup> Um dos agravantes da crise foi o endividamento externo decorrente do desequilíbrio da balança comercial, ou seja, entre as taxas de importação e exportação. Contudo, é importante destacar que o endividamento externo foi um fenômeno iniciado ainda no período do ‘milagre’ econômico quando a balança comercial deixou de ser superavitária.

O endividamento externo e a entrada de capital financeiro foram acelerados pelo II PND. O presidente Geisel em discurso proferido, em setembro de 1974, destacou a necessidade de planejamento sobre a economia diante da conjuntura de crise do sistema monetário internacional, crise de energia, de matérias-primas, inflação, comércio exterior e crise de confiança. Geisel deixava claro em sua mensagem presidencial que não podia haver “lugar para otimismo exagerados, num universo de profecias sinistras que vão de estagnação inflacionária à depressão econômica arrasadora” (Ernesto Geisel, Biblioteca da Presidência da República, 10 de setembro de 1974, p. 124).

O II PND propunha impulsionar uma nova fase de desenvolvimento e crescimento econômico através do investimento, privado e público, nos setores de infraestruturas, energia, bens de produção e exportações, que dependia, em parcela, do contínuo financiamento internacional. A mudança notável do II PND em questões estratégicas estava centrada no aumento da capacidade energética e da produção de bens de capital e insumos básicos, diferente das propostas político-econômicas anteriores que objetivavam o setor de bens de consumo duráveis.

A oposição ao regime civil-militar teceu críticas ao II PND. A elaboração do plano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sob coordenação do ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, foi interpretada como uma estratégia de manutenção do ufanismo militarista.<sup>40</sup> Porém, é preciso destacar que as posições políticas quanto a aplicabilidade do II PND eram diversas, de maneira que Delfim Netto posicionara-se contrário ao novo plano e propenso à medidas de redução do ritmo das atividades econômicas e a imprensa passou a alcunhar o II PND como estatizante. Em 1979 um manifesto dos empresários brasileiros insatisfeitos com a atuação do estado sobre a economia reivindicou o retorno da democracia e, desta forma, observa-se a dificuldade do governo Geisel em gerir a transição democrática diante do quadro econômico negativo.

Também é importante destacar que a política externa do governo Geisel diversificou parcerias com o objetivo de auxiliar a promoção do desenvolvimento econômico e para tanto estabeleceu parcerias com os países da América Latina, África e Leste Europeu. Geisel, em abril de 1974, declarou que

---

<sup>40</sup> Ver mais: LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento 1974-76. Sonho e fracasso.** Rio de Janeiro, Tese, 1978.

as nações latino-americanas se encontram numa etapa particularmente importante de sua evolução histórica, em que avultam aspirações de desenvolvimento, segurança e paz” e finaliza destacando o “sentimento de solidariedade continental. (Ernesto Geisel, Biblioteca da Presidência da República, 22 de abril de 1974, p. 76).

Ainda que as expectativas fossem positivas quanto aos rumos da América Latina é importante destacar que a situação econômica de alguns países era preocupante. O Uruguai vivenciava uma crise econômica grave desde meados da década de 1950 afetando, também, as instituições políticas e esportivas. Os agravantes econômicos ameaçaram a participação da Seleção celeste nas eliminatórias para a Copa do Mundo de 1974, como publica a revista *Placar* em edição de junho de 1973. A Associação Uruguaia de Futebol declarou situação de falência e recorreu ao governo do país para auxílio financeiro, porém, o Uruguai não disponibilizava recursos para patrocinar o futebol nacional (*Placar*, 08 de junho de 1973, p. 26) <sup>41</sup>

Esse quadro geral da América Latina demonstra como a questão econômica tornava-se fundamental para a tomada das ações políticas<sup>42</sup>. No caso do projeto de abertura democrática a manutenção econômica alicerçava a estabilidade e legalidade política. Nesse sentido, é preciso ainda considerar a importância das eleições de 1974 na conversão do

---

<sup>41</sup> A situação da Seleção do Uruguai descrita pela revista *Placar* em 08 de junho de 1973, antecedeu o golpe militar de 27 de junho do mesmo ano. Através de pronunciamento pela televisão e rádio o presidente Juan María Bordaberry fechou a Câmara dos Deputados e Senado, com o apoio das Forças Armadas. Justificando uma reforma constitucional de ideais republicanos e democráticos foi criado um Conselho de Estado com funções legislativas. A ditadura uruguaia perdurou até 1985. A Seleção uruguaia participou da Copa do Mundo de 1974 e terminou a competição em 13º lugar, entre os 16 participantes.

<sup>42</sup> Ver mais: COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina**, 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1978; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; WASSERMAN, Cláudia. **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

quadro político interno, demonstrando que o processo de abertura política não poderia estar, totalmente, sob controle dos militares.

### **2.1.1 Virada de jogo: primeiros passos para a transição política**

A eleição de Geisel havia sido uma escolha de consenso entre os militares, diante da realidade de instabilidade econômica e descontentamento popular com a repressão política que havia aumentado a partir do governo Médici e do AI-5.

Inicialmente o novo presidente formou seu Ministério e nomeou tecnocratas para diferentes funções. O Ministério da Fazenda ficou a cargo do economista Mário Simonsen, destituindo Delfim Netto que foi enviado à França, e para a Secretaria de Planejamento foi nomeado o também economista João Paulo dos Reis Velloso. A nova postura governamental que tratou de mostrar-se preocupada com as questões sociais, principalmente a distribuição de renda, estabeleceu a criação do Ministério do Bem-Estar Social.

Essas mudanças estratégicas desejavam mostrar a disposição do novo presidente imposto em promover as transformações internas necessárias para a realização da transição democrática. A preocupação com a distribuição justa de renda e questões sociais exigiu do governo Geisel uma tomada de decisão sobre a economia nacional. Dessa forma, o endividamento externo foi resultante, em parte, da decisão do governo em manter o crescimento da economia visando equilibrar a distribuição de renda no Brasil.

Nota-se que o governo Geisel preocupava-se em estabelecer novos alicerces para a transição política, ao mesmo tempo, em que desejava manter o legado dos militares e perpetuá-los também. Pois, mesmo diante do quadro de crise econômica o novo presidente manteve os grandes projetos estatais anteriores, como a represa de Itaipu, para consolidar o planejamento de longo prazo estabelecido pelos militares.

Ainda, é preciso destacar que a postura do governo Geisel favorável à transição política não significava a negação sobre os princípios ‘revolucionários’ de 1964 e sobre os governos civil-militares estabelecidos desde então. Em pronunciamento sobre o aniversário daquela “radiosa alvorada de fé cívica e convicção democrática que foi o Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964”, o presidente relatou a longa e difícil caminhada “mediante duros sacrifícios patrioticamente consentidos e uma crença inabalável em melhores dias”, que mostrou culminar na conjuntura do governo Geisel “com o apoio de toda a gente de nossa terra- que esperamos merecer, pela firmeza e

honestidade de propósitos- na obra magnífica e histórica da criação do Brasil de amanhã” (Ernesto Geisel, Biblioteca da Presidência da República, 31 de março de 1974).

Para a consolidação do país do amanhã e em prol da transição política, o presidente Geisel finalizou a formação de seu grupo de trabalho. Houve o retorno de Golbery do Couto e Silva, que havia sido Chefe da Casa Civil de Castelo Branco e que retornava ao cenário político em 1974 exercendo a mesma função. Segundo Skidmore (1988) o regresso de Golbery foi uma manobra articulada com Geisel desde 1967 para reconquistar o poder. Logo, o novo Chefe da Casa Civil mostrou-se favorável ao retorno ao Estado de Direito enquanto que Geisel estabelecia diálogos com o cardeal Arns, de São Paulo, demonstrando a intenção em promover transformações políticas no Brasil.

Em outubro de 1974 o resultado das eleições demonstrou visivelmente a alteração do quadro político nacional com a vitória do MDB sobre a ARENA. Nesse sentido Alessandra Carvalho (2010) aponta para o papel do sistema eleitoral como um forjador de consentimento à ditadura civil-militar. Sua análise parte da constatação de uma permanência de políticos advindos do multipartidarismo anterior a 1964, da atuação dos arenistas como mediadores entre a sociedade e o regime e, também, da manutenção da vida partidária com o funcionamento mínimo do Congresso Nacional e a sustentação de um calendário eleitoral.

No entanto, naquele momento era possível observar uma transformação nesse mecanismo de forja, que possibilitou a articulação do MDB e culminou em resultados eleitorais desfavoráveis à ARENA.

A estrutura eleitoral brasileira, com eleições indiretas para governadores e eleições diretas para o Congresso, foi fundamental no entendimento sobre a vitória expressiva do MDB. A ARENA venceu as eleições para governadores e o resultado alimentou a confiança do partido da situação sobre o pleito para o Congresso. Com o espaço, relativo, cedido ao MDB para a propaganda eleitoral na televisão, os candidatos puderam demonstrar que suas propostas estavam mais próximas à liberalização proposta por Geisel, do que as do partido do governo. Os candidatos do MDB pautaram sua propaganda política em desnacionalização, liberdades civis e justiça social passando a representar uma alternativa real à ARENA.

Carvalho (2010) destaca que desde 1971 o MDB construía uma imagem de autenticidade e crítica ao regime, superando a apatia e moderação anteriores, notadamente através da formação de diretórios

regionais que buscavam aproximar-se de grupos específicos como mulheres, jovens e trabalhadores.

A vitória do MDB representou a conquista de espaço na Câmara dos Deputados e no Senado, enquanto que a representatividade da ARENA diminuiu.<sup>43</sup> Ainda que a ARENA tenha sido vitoriosa na conquista dos votos totais para deputados federais, foi o MDB que venceu nos centros urbanos mais expressivos como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Para Lamounier (1988) as eleições de 1974 revitalizaram o interesse popular pelo voto e o crescimento da oposição determinou o aprofundamento das disparidades partidárias consolidando a ARENA como o partido do governo e o MDB como representante da oposição.

Com o resultado das eleições de 1974, o governo Geisel precisou repensar em suas estratégias para abertura política que propunha ser controlada pelos militares, mas que demonstrava desconfiança popular. O governo e a ARENA já não podiam garantir a vitória eleitoral sobre os próximos pleitos de 1978 e a crise de legitimidade acentuou-se. O espaço político conquistado pelo MDB determinou a pauta de debates, no ano de 1975, principalmente sobre a repressão política que permanecia no país.<sup>44</sup>

O novo quadro político demonstrava ao governo que anunciar a transição para a democracia não significava assumir o controle desse processo de maneira dominante. Com a crise econômica e de legitimidade o governo munuiu-se de ferramentas e estratégias para manter-se no controle da política, principalmente após a constatação de que o descontentamento popular culminava no crescimento da oposição.

---

<sup>43</sup> O MDB que detinha 87 cadeiras na Câmara dos Deputados conquistou, com as eleições de 1974, 165 cadeiras. Já a ARENA diminuiu o número de seus representantes de 223 para 199. Em relação ao Senado o MDB ampliou seu número de 7 para 20, enquanto que a ARENA diminuiu suas cadeiras de 59 para 46.

<sup>44</sup> Em 1975 ocorreu o caso mais famoso de perseguição política e assassinato da ditadura civil-militar. O jornalista Vladimir Herzog foi apontado pelas forças do Segundo Exército como um conspirador ligado ao Partido Comunista. Vladimir apresentou-se voluntariamente e no dia seguinte a sua prisão teria cometido suicídio. Somente em 2013 a família recebeu uma certidão de óbito em que consta "lesões e maus-tratos sofridos durante o interrogatório nas dependências do segundo Exército DOI-Codi", através do trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Ainda destacam-se os processos acusatórios sobre supostos articuladores comunistas e guerrilheiros.

Desta forma, uma vitória brasileira no mundial de futebol de 1974 poderia contribuir para uma propaganda política positiva. Contudo, o desempenho da Seleção nacional decepcionou os torcedores e abriu precedentes para a necessidade de mudanças de gestão.

### **2.1.2 Copa do Mundo de 1974: entre expectativas, pessimismo e decepções**

Se o mundial de 1970 havia contribuído para uma propaganda política favorável ao governo Médici, uma vitória na Copa do Mundo de 1974 poderia representar um símbolo da política de transição democrática. Apropriações políticas sobre conquistas esportivas são recorrentes, e não exclusivas de regimes não democráticos, porque sugerem superação, vitória e exaltam o sentimento nacionalista. Segundo Hilário Júnior, “justamente porque a economia e o futebol nacional não iam bem em 1974, a vitória na Copa daquele ano manifestava-se importante para o regime. A preparação da Seleção deveria se tornar uma campanha militar” (Hilário, 2007, p. 145).

O que se observa na preparação para o mundial de 1974 é a recorrente evocação da memória sobre a vitória na Copa do Mundo de 1970 como um meio para inspirar os jogadores. A consagração da Seleção tricampeã delegou às equipes seguintes e a comissão técnica a responsabilidade de vitória para manter a supremacia brasileira no futebol mundial. O discurso jornalístico da revista *Placar*, através dos repórteres José Maria de Aquino e Zeka Araújo, demonstrava como, ainda, era evocada a fórmula da Seleção de 1970 como um modelo ideal futebolístico

Se Zagalo ainda não encontrou a nova fórmula de jogar, aquela que substituirá a do México, ficou sabendo, isso é certo, que a velha, a antiga, ainda funciona, dá uma boa meia-sola. Para ela funcionar totalmente, podem estar faltando Pelé, Gérson e Tostão. (*Placar*, 22 de junho de 1973, p. 3)

Zagalo, que permaneceu no comando da Seleção brasileira após o título mundial de 1970, iniciou seus planejamentos sobre a formação da equipe brasileira para a Copa do Mundo de 1974 com a organização de jogos amistosos, já que o Brasil estava automaticamente classificado para o mundial.

Em partida disputada em 1973 contra a Seleção da Alemanha, anfitriã do mundial de 1974, o Brasil conseguiu uma vitória pelo placar de 1 a 0. Como a Seleção realizava uma excursão preparatória<sup>45</sup> e havia alcançado resultados não satisfatórios, como empate com a Áustria, derrota para a Itália e vitória irrisória sobre a Seleção alemã, a revista *Placar* chamou a atenção sobre os cuidados necessários com a apropriação sobre a memória vitoriosa de 1970:

O México-70, faz parte da história, é passado. Infelizmente, alguns jogadores e dirigentes parecem não pensar assim; continuam sofrendo de apoteose mental, da febre perigosa do somos os maiores, do ninguém é de nada e de os gringos têm cintura dura. (Reportagem de José Maria de Aquino e Zeka Araújo Placar, 22 de junho de 1973, p. 6)

No entanto, é inegável a pressão sobre a Seleção Brasileira para reproduzir a fórmula campeã de 1970 e verificar em que medida essas comparações prejudicaram o desempenho da equipe é uma análise improvável. Porém, é certo que após o tricampeonato tornaram-se comuns comparações entre as Seleções Brasileiras formadas e àquela considerada como a “melhor de todos os tempos”, segundo narrativas recorrentes.

A revista *Placar* construía assim narrativas críticas sobre a formação da Seleção nacional e anunciava-se como a porta-voz dos torcedores brasileiros para exigir o melhor desempenho do selecionado. Na mesma edição de junho de 1973, a revista chamou a atenção para a excursão brasileira pela Europa como um passeio de parte dos jogadores para compras na Via Veneto em Roma, enquanto que o país vivia uma crise econômica, e ainda concluiu:

O mais importante, porém é que a excursão force a conclusão de que está é uma Seleção diferente daquela que foi a México. Uma Seleção que

---

<sup>45</sup> A excursão da Seleção Brasileira iniciou pelo continente Africano e o Brasil conquistou vitórias de 4x1 e 2x0 sobre as equipes da Tunísia e Argélia respectivamente. Na Europa o selecionado nacional apresentou resultados frágeis como derrota para Itália de 2x0, empate de 1x1 com Áustria, vitórias de 1x0 sobre Alemanha Ocidental, URSS, Suécia e Escócia. E ainda uma vitória sobre a Seleção da Irlanda por 4x3.

precisa colocar os pés no chão e a cabeça no lugar, para fazer sua própria história em vez de viver do que já é história (Placar, 22 de junho de 1973, p. 7).

O que se observa é que a preparação da Seleção Brasileira para a Copa do Mundo de 1974 foi envolvida por dúvidas, críticas e desconfiças. Em julho de 1973 João Havelange em viagem à Glasgow, Escócia, para comemoração do centenário da Federação Escocesa de Futebol e para dois jogos da Seleção brasileira, foi questionado sobre a formação do selecionado nacional. As principais críticas eram direcionadas para os jogadores Paulo César, Rivelino e Jairzinho e foram respondidas pelos mesmos na ocasião como “A culpa é só minha?”, “Então bota outro” e “Individualista, eu?”, respectivamente. O técnico Zagalo replicava as acusações alegando que os resultados negativos da Seleção brasileira eram reflexo do “excesso de confiança” e desdém sobre as outras Seleções (Placar, 06 de julho de 1973, p. 2).

Assim, a Seleção Brasileira passava por um processo de reformulação e o presidente da CBD, João Havelange, preocupava-se principalmente com sua campanha para presidência da FIFA. Com eleições marcadas para junho de 1974, Havelange e o opositor Stanley Rous realizaram viagens aos 143 países filiados à FIFA com intuito de angariar os 71 votos necessários para elegerem-se.

Enquanto Havelange preocupava-se com sua carreira política, algumas estratégias eram utilizadas pela CBD para a formação da Seleção Brasileira ideal para a Copa do Mundo de 1974. Entre estas, os repórteres Arthur Ferreira, Carlos Maranhão, Hélio Teixeira e Raul Quadros da revista *Placar*, destacaram que o método da espionagem “sem punhais escondidos na sola do sapato ou fantásticas pastinhas embaixo do braço” seria utilizado pela CBD para análises sobre possíveis convocados para a Seleção Brasileira através do uso de “discretas folhas de papel”. Essa “ampla rede de agentes” contava com Zagalo e outros membros da Comissão Técnica, além de outros “elementos quase desconhecidos, dentro do anonimato, que convém à técnica da espionagem” (Placar, 10 de agosto de 1973, p. 5).

O trabalho da Comissão Técnica da Seleção nacional foi questionado, principalmente, após as partidas realizadas pelo selecionado brasileiro na excursão pelos continentes europeu e africano. Havelange sugeriu uma reforma da CBD com a formação de uma Comissão Técnica de alto nível constituída por ex-jogadores de

referência. E entre os cotados estavam Adolfo Milman, o Russo, para supervisor técnico no lugar do capitão Claudio Coutinho, e ainda Almir de Almeida, Mário Travaglini e Gérson, que poderiam exercer funções técnicas em um novo comando de perfil civil da Seleção. O único que já havia garantido uma posição fixa na CBD era Carlos Alberto Parreira como preparador físico. (Placar, 28 de setembro de 1973).

Esse momento revela uma tentativa de reforma da Comissão Técnica da Seleção com características mais populares que poderia acompanhar o ritmo das transformações políticas internas. Mas, como se verificou nos anos seguintes, a opção foi por um comando da Seleção Brasileira com a participação de militares.

A preparação da Seleção Brasileira para o mundial de 1974 foi instável e os reflexos eram notáveis, já que a desconfiança dos brasileiros atingia diferentes esferas da sociedade. A economia deixava de apresentar resultados positivos e a política não legava mais legitimidade aos militares, de forma que a atmosfera de instabilidade passou a abranger o futebol.

A Seleção Brasileira era pressionada por resultados positivos, visando o mundial de 1974, para repetir o sucesso do escrete campeão da Copa do Mundo de 1970. O descontentamento popular com o selecionado era geral e atingia principalmente o técnico Zagalo que sofria pressões advindas do alto escalão da CBD, da imprensa e dos torcedores brasileiros. A revista *Placar* descreveu o técnico como “odiado” e listou entre as acusações pessoais ao treinador adjetivos como “quadrado, pouco criativo, cauteloso até a fronteira da covardia, matreiro em excesso e traidor” (Placar, 28 de setembro de 1973, p. 5).

Problemas relacionados à posição de Zagalo como técnico do Flamengo, jogadas armadas pelo técnico que passaram a ser classificadas como inadequadas e as vitórias pouco expressivas nos amistosos pela Europa e África, colocavam o técnico como figura central da crise da Seleção Brasileira. Em entrevista, Zagalo refutou as críticas dizendo ser um homem de fé para enfrentar os problemas e, ao responder sobre as polêmicas da possível dissolução da Comissão Técnica, argumentou:

Olha, toda a Comissão Técnica já foi avisada que depois da Copa de 74 ela será substituída. Todo o plano da Seleção vai ser refeito depois da Copa e entrarão novos técnicos, novos supervisores. Tudo novo. Vocês podem pensar que pra mim isso seja desesperador, mas não é. Já estou avisado, e,

portanto, preparado para isso. Será como deixar um lugar que já sei que vou perder (Placar, 28 de setembro de 1973, p. 6)

O ‘vocês’ a que se refere Zagalo é a imprensa brasileira. As especulações sobre a reformulação da Comissão Técnica eram o assunto preferido da mídia esportiva do Brasil. Segundo o técnico, a imprensa fazia perguntas tolas e maldosas, as quais ele sempre procurava responder com a expressão “azar, meu filho, muito azar” e, ainda, para se defender, Zagalo explicou que evitava assistir televisão ou ler sobre futebol (Placar, 28 de setembro de 1973, p. 6).

A revista *Placar* com seus correspondentes regionais que chamava de ‘espiões’, em analogia aos ‘agentes’ que a CBD empenhava na análise dos jogadores, citou um argumento central para o pessimismo que envolvia a Seleção Brasileira. Para a revista, o problema estava na

pluralidade no comando, o que afetou a unidade da Seleção e permitiu o surgimento de lideranças negativas e de crises como a de Glasgow, onde os jogadores foram evidentemente induzidos à emissão de um documento que gerou a maior crise da história do futebol brasileiro entre atletas e imprensa (Placar, 05 de outubro de 1973, p 2)

O documento de repúdio dos jogadores em relação à imprensa foi divulgado durante a viagem do selecionado pela Europa. Através do “Manifesto de Glasgow” os jogadores da Seleção anunciaram que não cederiam mais entrevistas à imprensa brasileira. O argumento era de que os 109 jornalistas que acompanhavam o selecionado durante a excursão pela Europa e norte da África estariam transmitindo notícias tendenciosas para o Brasil e que isso formava “uma falsa imagem da Seleção tricampeã do mundo perante o povo brasileiro” (Placar, 30 de janeiro de 1981, p. 51)

Durante três dias os jogadores não cederam entrevistas à imprensa brasileira e em Dublin, Irlanda, os atletas se retrataram e reestabeleceram contato com os jornalistas. Esse documento de retratação, que só foi reproduzido pela revista *Placar* em janeiro de 1981, era direcionado aos membros da imprensa do Brasil:

Considerando que a decisão adotada em Glasgow serviu para que fossem praticamente identificados os profissionais da imprensa, do rádio e da

televisão que deturparam os fatos e assacavam irreais acusações contra os integrantes da Delegação.[...] Considerando, por outro lado, que a medida de Glasgow, embora justa e objetivando resguardar a honra e a reputação profissional do que a adotaram, prejudicaria, se vigorasse indefinidamente, a uma considerável parcela da imprensa que se preocupa tão somente com a informação honesta e a crítica construtiva. [...] Decidem reatar o diálogo com a imprensa, rádio e televisão, esperando compreensão daqueles profissionais que não cogitaram atingir a reflexão da parcela minoritária que provocou a reação de Glasnov. (Placar, 30 de janeiro de 1981, p. 52)

Essa tensão revelou as difíceis relações entre os atletas brasileiros e a imprensa, inclusive a revista *Placar* que havia acusado alguns jogadores de realizar passeios pela Itália. O episódio de Glasnov contribuiu para o agravamento da crise da Comissão Técnica que apontava principalmente para o técnico Zagalo e o preparador físico Claudio Coutinho<sup>46</sup>, e a resolução destes conflitos objetivava “devolver à Seleção o mesmo clima de união nacional conseguido nos tempos de João Saldanha” (Placar, 05 de outubro de 1973, p 2).

Nesse momento se observa um resgate do ex-técnico João Saldanha. O mérito do título do mundial do México fora atribuído, inicialmente, a Zagalo que havia realizado algumas modificações no esquema tático de Saldanha. No entanto, com o agravamento da crise de confiança sobre a Seleção, Zagalo era descrito por sua incapacidade de rearmar o time sem os principais atletas da Copa de 1970. Saldanha retornava à narrativa esportiva como o homem responsável pelo sucesso daquela Seleção, pois havia unido as correntes, eliminado influências políticas e preparado bem os jogadores (Placar, 05 de outubro de 1973, p 2).

Torna-se interessante observar a tentativa da CBD em trazer João Saldanha para a Seleção brasileira. Repórteres da revista *Placar*, infiltrados em um encontro entre figuras importantes do futebol na Zona Sul carioca, garantiram que um dos objetivos da CBD era o retorno de Saldanha, que poderia “voltar a ter grande influência na Seleção ainda

---

<sup>46</sup> Zagallo era técnico do Flamengo e Claudio Coutinho preparador físico do Botafogo.

que como um simples divulgador, um catalisador de correntes em choque” (Placar, 05 de outubro de 1973, p 2).

Essas ‘correntes em choque’ certamente referiam-se à imprensa e aos torcedores, de forma que Saldanha, ainda muito popular, passou a ser indicado como a única figura capaz de apaziguar os ânimos entre os descontentes com a Seleção nacional.

Porém, a instabilidade permaneceu sobre a Seleção brasileira e a Comissão Técnica, desdobrando-se em insegurança e desconfiança para o mundial de 1974 disputado na Alemanha Ocidental. Para Sarmento (2007) os prognósticos dividiam-se entre a fé irrestrita na capacidade técnica e o ceticismo associado ao desenvolvimento tático das Seleções europeias. O autor ainda aponta para o aparelho de censura do Estado como o responsável pelos amistosos pouco expressivos realizados no Brasil em que o escrete nacional alcançou vitórias pouco significativas sobre Haiti, Grécia, Romênia e Paraguai.

O desempenho da Seleção brasileira na Copa do Mundo de 1974 dividiu-se entre a desconfiança, o breve entusiasmo e a derrota definitiva. A Alemanha havia sido escolhida como sede do mundial porque, também, recebeu os jogos Olímpicos de 1972, episódio marcado pelo assassinato de atletas judeus por palestinos. Assim, uma característica do mundial de 1974 foi o reforço da segurança nas concentrações das dezesseis equipes participantes e a criação do título Copa do Mundo FIFA em substituição ao troféu Jules Rimet que deveria permanecer no Brasil.

Na estreia, concedida ao campeão da última edição do torneio, Brasil e Iugoslávia empataram sem gols. Esse resultado negativo reforçou os sentimentos de descrença em relação ao selecionado de Zagalo que conseguiu novo empate de 0x0 com a Seleção da Escócia. Contra a estreante do mundial, Zaire, a Seleção nacional conseguiu sua primeira vitória e uma momentânea atmosfera entusiasta culminou em resultados positivos contra as equipes da Alemanha Oriental e Argentina. Acreditou-se que a Seleção havia reencontrado seu bom futebol e que a conquista do título era possível. No entanto, a Comissão Técnica falhou em menosprezar a capacidade técnica e física da Seleção holandesa, alcunhada de ‘laranja mecânica’, encerrando as possibilidades de título do Brasil. Na disputa pelo terceiro lugar do mundial, a Seleção brasileira foi derrotada pela Polônia e coroou com frustração sua participação<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> A Copa do Mundo de 1974 contou com nove cidades-sede, sendo estas Gelsenkirchen, Hamburgo, Düsseldorf, Frankfurt, Dortmund, Berlim, Munique,

A participação e o desempenho da Seleção brasileira na Copa do Mundo de 1974 exigiram justificativas da CBD. Sarmento (2007) destaca que a instituição tratou de criar conspiradores internacionais empenhados em prejudicar a Seleção tricampeã brasileira. O indício central do argumento conspiratório da CBD foi o árbitro alemão da partida entre Brasil e Holanda, que teria defendido os interesses europeus no mundial.

Apesar do esforço da CBD em amenizar a pressão sobre a Seleção nacional, tornou-se irremediável a substituição da Comissão Técnica e de seus dirigentes responsáveis. A partir do mundial de 1974 verificam-se transformações no comando do futebol e essas mudanças estavam em compasso com as alterações do cenário político e econômico nacional.

## 2.2 OS MILITARES MANTÉM O JOGO: NOVOS REFORÇOS NO COMANDO DO ESPORTE NACIONAL

Os militares estavam atentos não apenas ao comando do futebol, como também a figuras particulares que eram projetadas como futuros ídolos da Seleção Brasileira. A revista *Placar* apresentou *O garoto Enéas* como a nova promessa do futebol nacional:

Dona Enedina, escolheu na Bíblia o nome para seu filho- o de um paraplégico curado por São Pedro. Hoje esse menino treina para ser um bom soldado, com um fuzil-metralhadora; e, nos campos, tenta chegar à Seleção Brasileira com seu futebol de dribles incríveis (*Placar*, 03 de agosto de 1973, p. 6)

As figuras do ídolo do futebol e do militar se confundem quando as qualidades do jogador-soldado, Enéas, são destacadas ao longo da reportagem, mostrando uma base familiar sólida em que a mãe é testemunha de Jeová e vive, apenas, para o bem. E além dos atributos atléticos, Enéas é descrito como um orgulho do Batalhão à que pertence:

A farda verde-oliva impecavelmente engomada- um dos orgulhos do tenente Fernandes, seu

---

Hannover e Stuttgart. A edição teve como Seleções estreantes as equipes do Zaire, Haiti, Alemanha Oriental e Austrália. A Copa do Mundo de 1974 foi conquistada pela Seleção da Alemanha Ocidental.

comandante no 2º Batalhão de Guardas, no bairro de Cambuci em São Paulo- revela o rapaz que teve uma boa educação-seu pai é técnico em telefonia- e, embora com mais quatro irmãos, todos com nomes bíblicos como o dele- Edir, Elias, Edméa e Edmilson- conseguiram completar o ginásio. (Placar, 03 de agosto de 1973, p. 6)

É interessante notar, também, o estilo de narrativa assumido pelo responsável pela reportagem, Michel Laurence. Para tratar da “vida de soldado” o texto, em estilo de crônica do cotidiano e com tom de humor, relata o dia-a-dia de Enéas: “A segunda-feira é dura. Se a Portuguesa ganhou do Corinthians, recebo um elogio do tenente Fernandes, palmeirense, e uma cadeia do tenente Landini, corintiano, que é o comandante do meu batalhão. (Placar, 03 de agosto de 1973, p. 6)

Nota-se o esforço do redator do texto em relatar o ambiente do Exército como descontraído, em que “os soldados em volta riem e participam ativamente da entrevista” e ainda “se revezam ao lado de Enéas para aparecerem nas fotografias”. E sobre a carreira militar, o soldado ainda endossa o discurso positivo aos militares: “Quando entrei para o Exército fiquei meio assustado. Falam tantas coisas, não é? Mas hoje, se pudesse, até seguiria a carreira militar. Mas não dá para conciliar as duas coisas. O futebol toma muito tempo. (Placar, 03 de agosto de 1973, p. 6)

Observa-se como a narrativa da revista esportiva *Placar* ainda é tímida em relação à uma postura crítica sobre os militares. Essa é uma característica da primeira metade dos anos de 1970 e, apenas posteriormente, é que se observa um teor mais contestador do impresso.

O que se observa no comando do futebol brasileiro ao longo da década de 1970 é um reforço da presença de militares. Essa constatação permite concluir que da mesma forma que o governo controlava a transição democrática, o futebol mantinha-se sob a atenção governamental por tratar-se de um potencial mobilizador social. O cenário nacional para o governo, em 1974, somou derrotas eleitorais, econômicas e no futebol. O que se verifica são medidas com intuito de amenizar o retrospecto negativo criando estratégias de controle sobre as esferas de interesse do governo civil-militar. A dissolução da Comissão Técnica proposta, mesmo antes da derrota no mundial de 1974, revelou a inclusão de membros ligados aos militares e ao governo.

O desempenho do escrete brasileiro no mundial de 1974 havia deixado uma imagem negativa que não serviu à propaganda política do

governo Geisel de consolidação da abertura democrática. De acordo com Hilário Júnior (2007), a simbiose entre o governo e a Seleção transformava as manifestações contra o escrete brasileiro em demonstrações do descontentamento contra o regime.

Dessa forma, é possível verificar a reorganização da CBD com perfil alinhado ao governo na busca por um futebol ideal para uso político. Ainda em 1975 observam-se transformações no comando do futebol nacional. Para Sarmiento (2007) não era admissível ao governo Geisel que o futebol não permanecesse sob seu controle, principalmente porque Havelange não se submetia aos desígnios do presidente. Porém, é nítido que o interesse do presidente da CBD era por sua carreira na FIFA e seu afastamento da instituição brasileira permitiu o investimento em sua campanha política.

Assim, o almirante Heleno de Barros Nunes assumiu o comando da CBD no início do ano de 1975 inaugurando um novo período na história do futebol brasileiro. A escolha por Heleno Nunes foi resultante de sua trajetória política na ARENA como presidente e algumas de suas ações no comando da CBD eram reflexo da sua filiação partidária. Também assumiram cargos de confiança o coronel Tinoco Marques como chefe da delegação, o major Kléber Camerino como secretário, o tenente Osvaldo Costa Lobo como assessor, o major Carlos Cavalheiro como supervisor. O capitão Cláudio Coutinho e o tenente Raul Carlesso permaneceram como preparadores físicos.

A presença de um membro da ARENA na CBD permitiu que os interesses políticos do governo prevalescessem na instituição e nas decisões tomadas. Esse cenário torna-se evidente com a reportagem da revista *Placar* a partir do título de *O presidente quer esporte no rumo certo*, em que descreve o encontro entre o presidente Geisel e Heleno Nunes e, principalmente, a preocupação do governo pelas “coisas do esporte”. E ainda completa: “Nunes, presidente da CBD, é motivo de esperanças para os esportistas brasileiros, que conhecem o bafejo da autoridade” (*Placar*, 21 de março de 1975, p. 35). O “bafujo” a que se refere a narrativa da revista demonstra a consciência sobre o poder e influência exercidos pelo governo sobre o futebol. *Placar* reforça a preocupação de Geisel a partir da sugestão do presidente em suspender a disputa do campeonato nacional em anos de Copa do Mundo, completando que essa “boa intenção” não resolveria os problemas do “louco calendário futebolístico brasileiro” (*Placar*, 21 de março de 1975, p. 35).

Assim, Sarmiento (2007) caracteriza a gestão de Heleno Nunes como extremamente centralizada. Principalmente pela aprovação no

Congresso Nacional da lei 6.251, de outubro de 1975, que fortaleceu a CBD a partir da adoção do voto unitário das federações e confederações. Assim, decisões sobre o esporte passaram a ficar a cargo das federações municipais e estaduais, tornando absoluto o poder de seus presidentes e, configurando um cenário em que:

Os clubes perdiam sua representatividade política e se viam submetidos a acordos urdidos por um grupo restrito de presidentes de federações, em sua grande maioria políticos com base eleitoral em redutos do interior do Brasil. (Sarmiento, 2007, p. 142).

Essa constatação permite concluir que a formulação do calendário esportivo nacional e a concentração de poderes dos presidentes das federações revelam preocupações políticas em manter sob controle o futebol, da mesma forma que o governo civil-militar previa comandar o processo de transição para a democracia.

E, da mesma maneira que o governo brasileiro atentava para as relações internacionais e para a imagem do país em cenário mundial, a gestão de Heleno Nunes tratou de promover a Seleção brasileira para minimizar os efeitos da derrota na Copa do Mundo de 1974 e estabelecer novas estratégias de preparação do selecionado para outras competições. Em novembro de 1975 o jornalista Raul Quadros da revista *Placar*, publica que *O Brasil pode seguir os passos de Pelé*, em referência a ida do jogador para o futebol estadunidense, e narra o cotidiano do presidente da CBD e suas atribuições em decisões táticas:

Terça-feira da semana passada, o telefone tocou e Heleno Nunes, presidente da CBD, recebeu aquela proposta: disputar um torneio nos Estados Unidos em maio/junho do ano que vem, contras as Seleções da Itália, Inglaterra, Alemanha e, naturalmente, Estados Unidos. Uma proposta tão boa que parece impossível. Afinal, não é segredo para ninguém que a CBD anda de vela na mão à procura de adversários para a nossa seleção. Sem deixar-se envolver por qualquer espécie de otimismo, Heleno Nunes antes de mais nada, quer saber se alemães, italianos e ingleses estarão representados à altura, pois não quer lançar nossa seleção num torneio caça-níqueis. (*Placar*, 07 de novembro de 1975, p. 59)

A referida competição estadunidense para a qual o Brasil foi convidado era o Torneio do Bicentenário da Independência dos Estados Unidos. Para a CBD representava a oportunidade de promover o futebol brasileiro e os resultados positivos objetivavam construir uma atmosfera de confiança dos torcedores brasileiros.

O técnico do selecionado brasileiro na ocasião era Osvaldo Brandão<sup>48</sup>, que substituiu Zagalo após a Copa do Mundo de 1974 e contribuiu para a conquista dos títulos da Copa Roca, Copa Rio Branco, Taça Osvaldo Cruz, Taça do Atlântico e, também, o torneio dos Estados Unidos. Os resultados promissores conquistados anunciavam a formação de uma equipe competitiva e qualificada para as eliminatórias do mundial de 1978.

Porém, as expectativas positivas não se concretizaram e, nas eliminatórias para a Copa do Mundo de 1978, a Seleção nacional iniciou sua participação com um empate sem gols com a Colômbia. Esse único resultado insatisfatório contribuiu para a substituição de Brandão e o cargo de técnico foi assumido pelo preparador físico e capitão Cláudio Coutinho. De formação militar e trajetória junto à Seleção Brasileira desde 1970 o novo técnico dedicou-se a analisar os modelos táticos das equipes europeias comprometendo-se em formar uma equipe competitiva.

Os resultados do novo comando foram observados nas vitórias sobre as Seleções do Peru, Paraguai e Bolívia. Ainda, como forma de reforçar a Seleção Brasileira e promovê-la internacionalmente, organizou-se uma nova excursão pela Europa com resultados de empate contra Inglaterra, Alemanha Ocidental, Iugoslávia e França. E, apenas duas vitórias contra as equipes da Escócia por 2x0 e Polônia por 3x1.

Nesse momento observaram-se críticas ao esquema tático de Coutinho e principalmente às ideias do técnico quanto a promover a força física sobre o talento. Apesar das críticas dos torcedores, CBD e Heleno Nunes apoiaram e sustentaram Coutinho no cargo.

### **2.2.1 A postura do governo Geisel após as derrotas eleitorais de 1974**

---

<sup>48</sup> Osvaldo Brandão foi técnico da Seleção por três ocasiões. Em 1957, 1965 e entre 1975 e 1977. Foi treinador, também, dos clubes do Palmeiras, São Paulo e Corinthians.

Com o resultado das eleições de 1974 o governo Geisel percebeu que a insatisfação popular levaria gradativamente à conquista de espaço político pelo MDB, e que anunciar a transição ‘lenta, gradual e segura’ não garantia a aceitação da ARENA e do governo. A partir desta constatação observa-se o interesse e preocupação do Governo Geisel em assumir o processo de distensão política em todas as suas esferas.

Observa-se com o II PND a incapacidade da política econômica de superar o período de crise. O estímulo à acumulação no setor energético, indústrias de bens de capital e de consumo acompanhada pelo controle da demanda, através de medidas monetárias e de crédito, resultaram na manutenção das taxas de acumulação e redução do crescimento. Para Bresser (1984) a estratégia do II PND foi correta, e só não foi totalmente eficiente pela incompreensão sobre a natureza cíclica do capitalismo.

Porém, o objetivo do governo Geisel era a manutenção controlada do processo de transição política e o incômodo resultado para a ARENA das eleições de 1974 culminou em medidas, claramente, contentoras do avanço da oposição.

Em 1976, a Lei Falcão fez restrições sobre o uso do rádio e da televisão na propaganda eleitoral para as eleições municipais. Essa foi uma medida objetivando impedir o fortalecimento do MDB, pois permitia apenas a divulgação da foto e resumos dos candidatos na propaganda eleitoral. Desta forma tornava-se evidente o caráter autoritário do governo Geisel, disposto a não ceder espaço à oposição com receio de perda do controle político.

Outro ponto central nos primeiros movimentos em prol da transição democrática relaciona-se aos atos institucionais. A permanência desses atos também demonstrava que os militares não pretendiam ceder a liderança do processo democrático e os utilizavam para refutar qualquer movimento maior organizado pela oposição. Em 1976 o governo fez uso do AI-5 na cassação de dois deputados da oposição, por São Paulo, acusados de terem sido financiados por comunistas nas eleições, e também, cassou dois deputados federais. Segundo Skidmore (1988), o uso do AI-5 mostrava a impossibilidade de diálogo aberto entre a oposição e o governo.

O gradativo crescimento do MDB e o cenário nacional de crise econômica e descontentamento popular tornavam difícil o controle do processo de transição política para a democracia.

Em 1977 o governo tentou contornar os resultados negativos das eleições para a ARENA através do Pacote de Abril. Como o AI-5 não assegurava ação sobre o legislativo se o Congresso estivesse reunido, o

governo declarou o fechamento do mesmo. Como pretexto para a medida o governo acusou o MDB de não apoiar uma lei para reformulação do sistema judiciário, demonstrando clara tentativa de desmoralizar o partido da oposição e reforçar a ARENA para as eleições de 1978. Na ocasião, Geisel realizou pronunciamento em que afirmou:

[...] a oposição resolveu fechar a questão, impedindo que os seus representantes no Senado e na Câmara votassem a favor da reforma. Adotaram um procedimento que não se coadunava com o espírito democrático que vivem evocando. Falam em democracia plena, e não permitiram que os legisladores de seu partido votassem ou opinassem com relação à reforma. Todos foram obrigados, sob pena de perda de mandato, a votarem contra. (Biblioteca da Presidência da República, 1º de abril de 1977, p. 79)

A tentativa de desmoralizar o MDB e minimizar o impacto de seu discurso democrático justificou o Pacote de Abril que previu que as emendas constitucionais necessitariam apenas da aprovação majoritária do Congresso, que governadores e senadores seriam eleitos indiretamente em 1978 por Colégios Eleitorais e, também, a reforma do sistema judiciário.

Mas, o MDB e a resultante negativa das eleições não foram as únicas oposições ao governo Geisel. Dentre os militares também haviam conflitos de opinião e interesse acentuando as disparidades do governo com a “linha dura” representada, em 1977, pelo ministro do Exército Sylvio Frota. Geisel, impedindo a formação de forças opositoras dentro das Forças Armadas, demitiu Frota, que contestou a ação com acusações ao governo de corrupção e comunismo. Mas, como os militares não demonstraram apoio ao ex-ministro do Exército, é possível afirmar que Geisel mantinha controle sobre os diversos grupos políticos.

### **2.2.2 Onde a ARENA vai mal, um time no nacional: os campeonatos brasileiros na era Heleno Nunes**

O campeonato nacional de clubes havia sido criado em 1971 com propósitos de integração do território e promoção das ações do governo em prol do esporte mais popular do país. O ideal da integração nacional não era um projeto exclusivo para o futebol, pois o Projeto Rondon e a construção da Transamazônica tinham o mesmo propósito.

Observa-se que gradativamente as edições do campeonato brasileiro concentravam número maior de clubes, tornando exaustivo o calendário futebolístico que exigia o deslocamento das equipes por todo o país. A imprensa esportiva, e principalmente a revista *Placar*, passaram a atentar-se para o modelo de certame nacional tecendo críticas pontuais à CBD e a política de Heleno Nunes.

A gestão do almirante ficou conhecida pela fórmula de ‘Onde a ARENA vai mal, um time no Nacional’, uma referência a inclusão desenfreada de clubes no campeonato nacional através de convites realizados pela CBD e pelo presidente Heleno Nunes, ligado à ARENA. Apesar do número expressivo de participantes o poder dos clubes concentrava-se entre São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em que eram maiores as possibilidades de arcar com as despesas de itinerários extensos e onde as relações políticas entre dirigentes e governo eram mais latentes.

É possível encontrar exemplos dessa relação de favorecimentos entre clubes e CBD ao longo dos campeonatos brasileiros nesse período. Em 1976 o clube paulista do XV de Piracicaba que disputava o campeonato regional e era comandado pelo técnico Dema, com aspirações políticas à prefeitura do município, em entrevista à revista *Placar* tratou do assunto: “isso mesmo: vice ou terceiro. Mas no ano que vem seremos campeões e o Heleno Nunes já me garantiu, pessoalmente, em seu gabinete, que disputaremos o próximo Campeonato Brasileiro” (Placar, 20 de agosto de 1976, p. 9). Essa relação de convites aos clubes para participar do campeonato nacional baseado em acordos políticos concretizou o quadro geral de participantes no campeonato nacional.

Assim, entre 1975 e 1976 foram acrescentados doze clubes ao campeonato nacional e, entre 1977 e 1978, novas doze equipes. Porém, a tática de transformar o campeonato nacional em alavanca política não foi eficiente como esperava o almirante Heleno Nunes, pois o MDB permaneceu em crescimento concretizando nova vitória eleitoral em novembro de 1978. Além disso, segundo Hilário Júnior (2007) a média de público por partida nos estádios diminuiu de 20 mil torcedores em 1971 para 10 mil em 1978<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Durante o regime civil-militar foram construídos mais de 30 estádios no Brasil. Destacam-se o estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão) em Belo Horizonte, inaugurado em 1965; o estádio Rei Pelé, Maceió, em 1970; o estádio Pedro Pedrossian (Moreirão) em Campo Grande, no ano de 1971; o estádio Governador Plácido Castelo (Castelão) em Fortaleza, no ano de 1973.

Essa constatação permite concluir que o interesse em comparecer aos estádios diminuía à medida que o campeonato se tornava espaço de campanha política da ARENA e o futebol deixava de ser o principal espetáculo oferecido.

### 2.3 PÃO E CIRCO: A SELEÇÃO BRASILEIRA DE 1978

A derrota do governo e da ARENA nas eleições de 1974 e o desempenho desfavorável da Seleção nacional no mundial da Alemanha exigiram a tomada de novas decisões que procuraram reverter esse quadro.

Assim, a preparação do selecionado brasileiro passou por uma reformulação que incluiu membros das Forças Armadas e novas táticas políticas que objetivavam reativar a confiança popular no partido da ARENA e manter o processo de transição democrática sobre controle dos militares. A CBD e o almirante Heleno Nunes mantinham sua administração sobre o Campeonato Brasileiro com inclusão de clubes a cada certame, principalmente visando as eleições de 1978 em que se observa um número expressivo de atletas e dirigentes envolvidos no pleito.

Nesse sentido, a revista *Placar* oferece elementos para a análise esportiva e sobre a política nacional, mostrando a intersecção entre as temáticas, contribuindo para formação de opinião dos leitores e revelando as transformações em curso no país.

A longa preparação da Seleção Brasileira para o mundial de 1978 iniciou-se ainda em 1974. O artigo de Luís Antônio Nascimento intitulado de *Mil dias de campanhas* propõe encontrar a origem dos problemas do escrete nacional

Superado o vexame de 74, a CBD começou vida nova. E começou pela indicação de um técnico exclusivo, dedicado ao grande objetivo: a Copa da Argentina. Mas Osvaldo Brandão não suportou os rigores da batalha. E o comando foi entregue a Cláudio Coutinho que, entre vacilações e teimosias, foi até o fim, resistindo bravamente. (Placar, 30 de junho de 1978, p. 24)

A narrativa inicia com o histórico da Seleção brasileira desde 1976 quando em amistoso realizado com uma equipe mista, no estádio Presidente Médici em Brasília, diante do presidente Geisel e do ex-

secretário norte-americano Henry Kuringer, o desempenho nacional foi reprovado com vaias da torcida

Mas a decepção foi tanta que, antes mesmo de Nelinho e Marinho subirem à tribuna para entregar a Geisel e Kissinger, as camisas da Seleção, o almirante Heleno Nunes, presidente da CBD desceu ao vestiário e, vermelho de raiva e vergonha, cobrou, do técnico Osvaldo Brandão, uma explicação imediata: aquele não era o futebol brasileiro que o país sonhava. Ou, mas precisamente, que precisava. (Placar, 30 de junho de 1978, p. 24).

O futebol que “se precisava” certamente era o entusiasta apresentado pelo Brasil em 1970. Pois, era claro que o desempenho positivo do selecionado poderia acompanhar a trajetória política do Brasil rumo à redemocratização, coroando a presidência de Geisel. Porém, naquele momento, as constatações eram de que seria “longo, penoso, cansativo e conturbado” o preparo da Seleção Brasileira para o desafio que apresentava o mundial de 1978, na Argentina. (Placar, 30 de junho de 1978, p. 24).

O subtítulo do artigo, *Pão e circo*, se referia às possíveis interferências do presidente Geisel na CBD e na preparação da Seleção brasileira:

Afinal, quando numa bela tarde Heleno Nunes encontrou-se com o presidente Geisel e dele recebeu o conselho de formar uma seleção permanente, hesitou. Admitiria, a princípio a convocação de um técnico exclusivo- Brandão em fevereiro de 1975. (Placar, 30 de junho de 1978, p. 24).

Assim, em 1975 o trabalho da Seleção brasileira baseou-se em viagens, observações e um vice-campeonato na Copa América. Já sobre o desempenho da Seleção Brasileira, em 1976, *Placar* concluiu:

Se seu futebol não chegava, de vez a convencer, pelo menos trazia a resposta de Brandão às explicações exigidas pelo Almirante Heleno Nunes, ao final do primeiro e malogrado jogo em Brasília e alimentava o que o próprio presidente

da CBD e diretor da ARENA carioca chamava de “a história do pão e circo. (Placar, 30 de junho de 1978, p. 24).

Observa-se assim, que a trajetória para o mundial da Argentina esteve repleta de incertezas e preocupações políticas. O sorteio dos grupos para a Copa do Mundo foi realizado em janeiro de 1978 em Buenos Aires. *Placar* apresentou a formação dos grupos e descreveu o alívio do “devoto” Heleno Nunes que teria se referido a Ricardo Teixeira Havelange, neto do presidente da FIFA, que sorteou os grupos como o “menino guiado por Deus” já que a Seleção nacional não ficou no mesmo grupo da anfitriã. O Brasil acabou no grupo com as Seleções da Espanha, Suécia e Áustria e a Argentina no grupo composto por Hungria, França e Itália. (Placar, 20 de janeiro de 1978, p. 3).

É possível observar na revista *Placar*, ao longo do primeiro semestre de 1978, atenções sobre a Seleção Brasileira e sua preparação para o mundial que se realizaria na Argentina. Em janeiro, o artigo intitulado *O preço do nosso futebol* descreve o progressivo aumento dos gastos com o escrete nacional desde o primeiro mundial realizado em 1930 no Uruguai. E sugere que o aumento dos gastos justificou as conquistas dos títulos brasileiros mostrando que o investimento no esporte era essencial.

O orçamento da CBD para o ano de 1978 previa gastos de 35 milhões de cruzeiros, de maneira que despesas como com alimentação deveriam triplicar em comparação a 1974. Diante da crise econômica nacional percebe-se que não eram poupados esforços para o bom desempenho do selecionado brasileiro, e como a CBD não era capaz de arcar com os déficits, o Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, assumiria todas as dívidas. *Placar*, ainda, complementou: “Enfim, qualquer que seja o resultado, os gastos certamente darão os primeiros lugares ao Brasil” (Placar, 27 de janeiro de 1978, p. 40).

*Placar* continuamente publicava matérias sobre o preparo da Seleção Brasileira nos meses anteriores à disputa do mundial, sobre o trabalho do técnico Cláudio Coutinho e sobre as interferências da CBD. A atenção com o futebol europeu era uma constante preocupação da Comissão Técnica e em entrevista a revista *Placar*, realizada por Marcelo Finn, o técnico Coutinho destacou os prós e contras do Brasil. Dentre as características das equipes europeias que deveriam ser absorvidas pela Seleção Brasileira Coutinho destacou a “concentração absoluta na partida, aplicação a todos os lances, controle emocional e disciplina tática”. Porém, não desmereceu as qualidades do futebol

brasileiro como a “insuperável técnica, a malícia, o sentimento do jogo brasileiro, o toque inesperado, o tronco em plena corrida, a boa malandragem e o talento”. (Placar, 27 de janeiro de 1978, p. 43).

Assim, era constituído o preparo da Seleção brasileiro para o mundial em busca do quarto título mundial. A CBD exercendo seu poder sobre o selecionado convocou, em março de 1978, o técnico do Corinthians José de Souza Teixeira como auxiliar técnico da Seleção brasileira. A revista *Placar* apresentou um discurso munido de crítica e ironia com o título de *Yes, nós temos Teixeira*:

Aconselha-se ao competente professor de técnica de futebol da Faculdade de Educação Física da USP que providencie com devida urgência, sua matrícula em um desses cursos que ensinam os nativos tupiniquins a se expressarem corretamente no idioma de Shakespeare (Placar, 02 de fevereiro de 1978, p. 48).

O trecho que sugere à Teixeira que procure por um curso de inglês é uma referência ao técnico Cláudio Coutinho que era conhecido por falar vários idiomas. *Placar* sintetizou as qualidades de Teixeira e Coutinho em “simpáticos, bem falantes, cultos e inteligentes” e teceu uma crítica à CBD pela escolha do auxiliar técnico apontando para uma estratégia política que previa representar o estado de São Paulo de “forma bem-comportada e submissa”. *Placar* também classificou Teixeira como pouco competente e sugeriu que sua escolha se deu porque a “CBD como qualquer repartição pública escolheria seus concursados pelos diplomas apresentados”, uma referência a formação profissional do novo auxiliar técnico do selecionado brasileiro. (Placar, 02 de fevereiro de 1978, p. 48).

O presidente Geisel fez questão de demonstrar seu interesse e preocupação com a Seleção Brasileira antes da viagem à Argentina, assumindo o papel de porta-voz das saudações de todos os brasileiros aos jogadores

Não é apenas o meu interesse pessoal pelo futebol e pelos jogadores que vão jogar hoje aqui, embora eu goste muito do esporte e tenha procurado, ao longo dos anos de minha vida, apreciá-lo e conhecê-lo cada vez melhor. Mas afora esse aspecto pessoal, há um outro: a significação que têm para nós o trabalho que a Seleção vai realizar

em Mar del Plata, na Argentina. [...] Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para apoiá-la, para prepara-la e assegurar-lhe as melhores condições de enfrentar essa pugna que se vai realizar em breve. (Biblioteca da Presidência da República, 25 de maio de 1978, p. 241-242)

A partir do trabalho de Cláudio Coutinho e José de Souza Teixeira a Seleção Brasileira disputou a Copa do Mundo de 1978, na Argentina.<sup>50</sup> As 16 Seleções participantes encontraram no país sul-americano uma ditadura brutal que marcou com polêmicas a disputa do mundial. A literatura sobre o assunto aponta para a Copa do Mundo de 1978 como uma forma de promover a propaganda política do regime militar argentino e algumas questões pontuais sobre o campeonato são apontadas como favorecimentos à Seleção da Argentina. Alguns dos estádios disponibilizados para a Copa do Mundo de 1978 tiveram suas obras finalizadas às vésperas da competição apresentando estrutura insuficiente como gramados de péssima qualidade. A Seleção da Argentina disputou quase todas as suas partidas em Buenos Aires poupando seus jogadores, enquanto que as demais Seleções tiveram que se deslocar pelo país causando desgaste físico aos atletas. Surpreendentemente a Argentina foi segunda colocada no seu grupo com vitórias sobre a Hungria e França, já que a Itália venceu todas as partidas que disputou na primeira fase e ficou com o primeiro lugar do grupo. No entanto, o desempenho da Seleção Brasileira não era comparável à excelente equipe de 1970 ainda que contasse com jogadores expressivos como Zico e Roberto Rivellino. O Brasil alcançou um empate em 1x1 com a Suécia, um novo empate sem gols com a Espanha e a classificação só foi conquistada em vitória contra a Áustria por 1x0.

Dessa forma, as Seleções do Brasil e Argentina foram classificadas para a segunda fase do mundial e, a partir de então, as rivalidades entre os países passaram a ser explorada pela imprensa nacional e internacional. A edição da revista *Placar* de 23 de junho de 1978 apresentou em capa a imagem dos jogadores brasileiros em fraterno abraço e com o título a mensagem de *O Tetra está pintando*.

---

<sup>50</sup> A Copa do Mundo de 1978 contou com dezesseis participantes divididos em quatro grupos de quatro Seleções. Seriam classificados os dois primeiros colocados de cada grupo para formar dois novos grupos com quatro Seleções. Os melhores colocados disputaram o título. As cidades-sede do mundial foram Buenos Aires, Mar del Plata, Rosário, Córdoba e Mendoza.

*Vamos lá, Brasil!*. Nesta mesma publicação a revista mostrou uma entrevista do técnico da Seleção Argentina, César Luis Menotti, em que ele afirmou veementemente que a equipe anfitriã do mundial era superior a Seleção do Brasil. (*Placar*, 23 de junho de 1978, p. 7).

A principal polêmica do mundial foi a partida entre Argentina e Peru, pela segunda fase, em que os anfitriões necessitavam de um placar favorável de 4 a 0 para permanecer na competição. A Seleção argentina venceu por 6 a 0 e muitas suposições sobre uma possível “entrega” do jogo recaíram sobre o Peru e sobre o goleiro Quiroga, de origem argentina. Enquanto isso a Seleção Brasileira foi eliminada mesmo sem derrotas, com quatro vitórias e três empates, conquistando o terceiro lugar vencendo a Itália.

O resultado alcançado pela Seleção Brasileira foi insatisfatório para a crítica esportiva e a revista *Placar* posicionou-se sobre o assunto em edição de junho de 1978. Como explicações para o desempenho brasileiro na competição a revista citou o Campeonato Brasileiro, a gestão da CBD e o trabalho do técnico Cláudio Coutinho. Para contemplar as notícias referentes à conquista do título mundial pela Argentina a revista *Placar* utilizou-se de um discurso crítico sobre a participação brasileira na Copa do Mundo com uma edição diferenciada que inicia com editorial do redator Jairo Régis. Com o título de *Fora! Basta! Chega!* o terceiro lugar apresentado pelo Brasil é considerado insuficiente diante das expectativas da torcida. O julgamento era direcionado principalmente para o técnico Coutinho que havia preparado sua equipe com base nos modelos internacionais descaracterizando o futebol brasileiro. Coutinho é alcunhado como covarde por, supostamente, contentar-se com empates e vitórias irrisórias do selecionado brasileiro, o que teria levado à eliminação do Brasil no mundial. *Placar*, ainda, destaca que o resultado do mundial da Argentina projetava uma imagem negativa de covardia dos brasileiros que não era compatível com a verdade cívica e esportiva do país (*Placar*, 30 de junho de 1978, p. 3).

Observa-se a insistência da narrativa de *Placar* em apontar para os responsáveis pelo desempenho negativo da Seleção Brasileira que havia culminado no título de “campeão moral” imposto por Coutinho. O texto de Régis continua afirmando que, mesmo o Peru entregando o jogo para a Argentina, o Brasil não poderia ser absolvido por seus erros, principalmente a permanência de uma direção de futebol incompetente como a de Heleno Nunes. Por fim, o autor ainda apresenta frases de ordem como “chega de incompetência”, “basta de irresponsabilidade” e “fim da covardia” (*Placar*, 30 de junho de 1978, p. 3).

Coutinho, como forma de defender-se das críticas ou talvez para convencer-se de que havia realizado o possível, chamou o Brasil de “campeão moral” da Copa do Mundo de 1978, afirmando que as Seleções brasileira e italiana eram as melhores e que haviam disputado o verdadeiro título, o moral. O proposto pelo técnico não acalmou os ânimos exacerbados dos torcedores e tampouco convenceu a imprensa esportiva. *Placar*, a respeito, afirmou desconhecer que o título de campeã moral coubesse a um terceiro colocado e complementou:

Verdade que quem apregoa a idéia é o próprio técnico desse time- no caso, Cláudio Coutinho. E que, como talvez no fundo ele mesmo esteja achando, essa ideia logo estará esquecida. Até porque, os vice-campeões que ficaram na história se caracterizam por possuírem ataques arrasadores, o que nem de longe é o caso da Seleção Brasileira que disputou essa Copa (*Placar*, 30 de junho de 1978, p. 8).

Em contrapartida, o discurso de Coutinho, em seu último ato público como treinador, era de exaltação da Seleção nacional como única invicta do mundial, com a defesa menos vazada e, ainda, criticou os critérios do mundial que classificava os finalistas por saldo de gols em caso de empate no número de pontos. Notória foi a presença de Heleno Nunes e do vice-presidente da CBD, José Ermínio de Moraes Filho, junto a Coutinho na entrevista. *Placar* questionou se o almirante e José Ermínio estavam demonstrando apoio político a Coutinho, mas conclui que pouco pode ser percebido já que os comandantes da CBD não se manifestaram. (*Placar*, 30 de junho de 1978, p. 8)

*Placar* ainda finalizou sua posição sobre o desempenho da Seleção Brasileira e sobre o reflexo da eliminação em cenário internacional, destacando a participação e responsabilidade do presidente da CBD na formação da equipe brasileira. No texto, com título de *Brasil, apenas uma boa equipe*, é possível ler que a Seleção nacional havia se apresentado apenas como:

Uma boa equipe. Foi essa a imagem deixada pelo Brasil. Bem menos que o mundo esperava ver e menos ainda que nossa torcida exigia. Uma boa equipe, digna apenas de disputar o terceiro lugar [...] Depois do segundo empate, a crise. O almirante entrou de navio na concentração de

Villa Marista e ninguém dúvida que pelo menos a escalação de Roberto para o jogo seguinte tenha sido obra dele (Placar, 30 de junho de 1978, p. 10).

O texto refere-se aos dois primeiros empates da Seleção brasileira com as Seleções da Suécia e Espanha e, sugere que Heleno Nunes tenha interferido pela escalação do jogador Roberto Dinamite para a partida entre Brasil e Áustria. A alteração realizada apenas garantiu ao Brasil a disputa pelo terceiro lugar do mundial da Argentina.

Com o fim da Copa do Mundo de 1978 as atenções voltaram-se, novamente, para o Campeonato Brasileiro. Apesar dos esforços da CBD e a nomeação de membros de confiança para a preparação da Seleção Brasileira o resultado esperado, um título mundial, não aconteceu e o presidente Geisel não pôde se favorecer do futebol como elemento de campanha política.

### **2.3.1 Onde a ARENA vai mal, um candidato do nacional: os craques vão à urna em 1978**

A revista *Placar* também passou a apropriar-se de maneira mais recorrente de termos políticos para tratar de futebol. Nota-se que, apesar de referir-se ao futebol, a leitura de *Placar* proporcionava o contato do leitor com terminologias em voga. As eleições de 1978 mostram exemplos claros de como a narrativa de *Placar* apropriou-se do assunto e permite avaliar em que medida esse meio de comunicação contribuiu para uma formação de consciência política. E também importa considerar que a revista pretendia afirmar-se no mercado editorial a partir de posições mais críticas e atuais para o momento.

Contribuindo para uma formação de opinião dos leitores sobre o processo eleitoral, *Placar*, a respeito das eleições dos clubes paulistas, cariocas e rio-grandense-do-sul, descreve o processo que envolve o voto, a partir do título de *Democracia relativa*. Apesar de referir-se a uma realidade interna dos clubes, pode-se extrair um significado para o cenário nacional, que transitava lentamente desde 1974 para a democracia. É importante ressaltar que a narrativa sugere a insuficiência da democracia quando esta não é amplamente exercida. *Placar* destaca que as eleições dos clubes são:

De tal forma manipuladas que, em última análise, o corpo social de modo algum pode impedir que o

poder seja um negócio entre amigos, familiares ou pequenos grupos. Mesmo quando há oposição, ela é representativa apenas de frações de grupos no poder (Placar, 20 de janeiro de 1978, p. 22).

Nota-se a possibilidade do leitor da revista *Placar*, em desfrutar de uma narrativa densamente política, que fornece elementos para uma análise da democracia. Ainda que propriamente relativa às eleições dos clubes de futebol, as informações certamente satisfazem as discussões em âmbito nacional sobre o processo democrático.

Diante das eleições nacionais de 1978 e das discussões sobre democracia, a narrativa de *Placar* contribuiu para a elucidação da importância do voto e suas consequências quando o processo eleitoral é realizado de forma direta. Com o resultado das eleições diretas no clube do Fluminense Football Club, do Rio de Janeiro, *Placar* descreve seu significado afirmando que: “Eleições diretas são sujeitas a surpresas. Nesse tipo de eleição, as garantias de que dispõe a situação costumam ser frágeis, incapazes de conter descontentamentos generalizados”. As eleições para presidência do clube eram realizadas pela primeira vez de forma direta, por indicação do presidente do clube Francisco Horta, que pretendia assim garantir a eleição de seu candidato. *Placar* então disserta sobre o resultado dessa manobra política colocando que:

Depois de ter governado o clube como um ditador, ele decidiu convocar o corpo social para uma eleição direta, com vistas à indicação de seu sucessor, na crença de que assim derrotaria a oposição. E acabou picado pelo veneno que destilou (Placar, 27 de janeiro de 1978, p. 3).

Essas referências às eleições diretas e às implicações democráticas reais desse tipo de processo, ilustram a construção de uma nova consciência nacional sobre o ato de votar. Assim, a narrativa da revista *Placar* colaborava para o entendimento sobre a dimensão decisória do voto que apenas representaria uma ação plenamente democrática quando fosse amplamente exercido.

Em 1978, quando ainda não se realizavam eleições diretas para a Presidência da República, o presidente Geisel anunciou que seus candidatos à sucessão seriam João Baptista Figueiredo e o ex-governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves. Já o MDB propôs o lançamento das candidaturas do general Euler Bentes Monteiro, ex-diretor da SUDENE, e do senador do Rio Grande do Sul, Paulo

Brossard. O discurso de propaganda eleitoral de Figueiredo priorizou a democratização gradual, aproveitando-se do legado e do apoio de Geisel, enquanto que a proposta dos candidatos do MDB era pela formação de uma Assembleia Constituinte para reformulação da Constituição. Mas, como o Colégio Eleitoral era controlado pela ARENA, a vitória de Figueiredo foi consolidada em outubro.

Em novembro ocorreram as eleições para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. O presidente Geisel destacou a preocupação com o crescimento do MDB e com os possíveis resultados desfavoráveis à ARENA:

Não importam as campanhas de desespero que estão se esboçando contra nós. Procura-se difundir a ideia de que o país vive num clima de agitação e inquietação [...] Nós temos que produzir e fazer deste país um Brasil que as gerações futuras têm o direito de exigir de nós. E este é o papel da ARENA (Biblioteca da Presidência da República, 14 de outubro de 1978, p. 423-425).

Apesar do discurso de Geisel insinuando um possível desespero da oposição ao governo, fica claro que a preocupação com as eleições afetava, principalmente, a ARENA. A revista *Placar*, contribuindo para a discussão sobre o pleito de novembro, traçou um panorama sobre a participação de atletas e dirigentes de clubes nas eleições com o título de *Os craques na boca da urna*, revelando participações pela ARENA e pelo MDB. Também é perceptível a tentativa de politizar a imagem do jogador de futebol como observado no início do texto:

Jogador de futebol é desligado- a frase corre o Brasil, como verdade definitiva. Nem tanto. Ou nem um pouco. Este ou aquele votará de acordo com seus interesses, ou até por amizade, mas a maioria vai às urnas para ‘tentar mudar alguma coisa’. Como a Arena está aí há muitos anos, a única opção possível é o MDB- é a conclusão a que chegam os jogadores (*Placar*, 10 de novembro de 1978, p. 12).

Na iminência das eleições de 1978 e diante do expressivo crescimento do MDB, a ARENA utilizou-se de candidatos ligados ao futebol, fossem jogadores ou dirigentes de clubes. Porém, como

apresenta *Placar*, a maioria dos jogadores apresentava um discurso de “mudança”, demonstrando suas intenções de voto no MDB.

No nordeste, o panorama traçado por *Placar* permite concluir que o apoio, de parte dos atletas, era para o MDB. Em Alagoas, o presidente e ex-governador do CRB, Divaldo Suruagy, foi candidato ao Senado pela ARENA. Apesar de seu envolvimento com o futebol, jogadores do clube, como Celso Alonso, Ivã e Zé Maria, declararam votos ao MDB<sup>51</sup>. No CSA também foi assumido apoio ao MDB e a própria *Placar* teria seu candidato a deputado federal pelo MDB, o correspondente Bernardino Souto Maior<sup>52</sup>. No Pará, a ARENA tinha candidatos da Federação e dos clubes do Remo e Paysandu, porém seus atletas declararam apoio ao MDB. E, da mesma forma, a ARENA lançou candidatos no Acre, ligados aos clubes do Juventus, Atlético e Rio Branco. Já no Piauí, o candidato ao Senado pela ARENA, Alberto Silva, recebeu apoio dos atletas por conta da construção do estádio Albertão<sup>53</sup>, segundo opinião da revista *Placar*. (*Placar*, 10 de novembro de 1978, p. 12)

Também são notáveis os discursos de jogadores crentes na possibilidade de transformação que uma vitória do MDB proporcionaria. O jogador Zé Roberto, do Santa Cruz, descrito como “universitário e eleitor no Rio de Janeiro”, utilizou durante a campanha política de 1978 uma camisa branca em apoio ao MDB, pois segundo o atleta: “É a única maneira que vejo para demonstrar minha insatisfação com o atual estado de coisas, principalmente com a censura”. O jogador Juari, do Santos, declarou voto ao MDB e sua posição “contra as péssimas condições de vida do povo e contra a falta de liberdade”. Já outros jogadores, como Gilmar do Náutico declararam apoio a candidatos da ARENA por gratidão. No caso de Gilmar, o atleta havia recebido uma bolsa de estudos. (*Placar*, 10 de novembro de 1978, p. 12)

Assim, a revista *Placar* priorizou a publicação de posições majoritariamente favoráveis ao MDB. A tentativa da ARENA de incluir candidatos ligados ao futebol não foi eficiente como se esperava, demonstrando que o esporte mais popular do país não desempenhava função favorável ao governo.

Em dezembro, após os primeiros impactos do resultado das eleições, *Placar* publica suas impressões e constatações. Com o título de

---

<sup>51</sup> Divaldo Suruagy foi eleito com 102.108 votos.

<sup>52</sup> O correspondente de *Placar* não foi eleito.

<sup>53</sup> Foi suplente dos senadores eleitos Dirceu Arcoverde e Helvídio Nunes, ambos da ARENA.

*O jogo das eleições*, o repórter Marco Aurélio Guimarães, criticou a tentativa malograda da ARENA em transformar o futebol em instrumento político, fosse pelo Campeonato Brasileiro ou por seus candidatos ligados ao esporte:

Com a transformação do Brasileiro em trampolim político para as aspirações eleitorais da Arena, o presidente da CBD, almirante Heleno Nunes, esvaziou terrivelmente os nossos grandes clubes e, ao mesmo tempo, prestou um serviço ao Brasil: o eleitor aprendeu que seu voto deve estar acima das paixões clubísticas ou futebolísticas.” Não teve nem para a Arena e nem para o MDB: candidato que entrou naquela de faturar voto em cima do futebol recebeu um sonoro N-Ã-O do eleitorado (Placar, 01 de dezembro de 1978, p. 61).

Candidatos que disputaram o pleito com apoio de Heleno Nunes não alcançaram resultados positivos. *Placar* apresentou exemplos da derrota da ARENA entre os candidatos apoiados pelo presidente da CBD. Rubens Hoffmeister, presidente da Federação Gaúcha de Futebol e candidato a deputado federal pelo Rio Grande do Sul, recebeu apenas 7.368 votos de maneira que era “insuficiente até mesmo para que ele se elegeesse vereador em Porto Alegre”. O presidente da Federação da Bahia, Raimundo Viana, apesar de utilizar a sede como comitê eleitoral com entrega de ingressos para jogos, conseguiu menos de três mil votos para deputado federal. E o presidente da Federação de Minas Gerais, José Guilherme Ferreira, também foi derrotado com menos de seis mil votos. (Placar, 01 de dezembro de 1978, p. 61)

O resultado geral das eleições foi favorável ao MDB, pois no Senado o MDB recebeu 4.291.202 votos a mais que a ARENA e ainda conquistou vitórias nos estados economicamente mais expressivos como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A ARENA conseguiu vitórias significativas nos estados de Piauí e Alagoas, e apesar de vencer nos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, a vitória eleitoral nas capitais desses estados não aconteceu.

A disputa eleitoral mostrou a busca dos brasileiros pelo MDB como uma opção organizada da oposição. Tornou-se notável que a ARENA não satisfazia mais as necessidades políticas dos brasileiros e que a tentativa de uma transição para a democracia não permaneceria sobre controle, total, do regime.

## 2.4 ÚLTIMOS LANCES DO JOGO: O FIM DO GOVERNO GEISEL

A partir de 1978 nota-se a impaciência popular com a gradualidade e lentidão do processo de transição para a democracia. O partido da oposição, o MDB, havia alcançado vitórias importantes e significativas, mas os anseios por democracia eram gerais e latentes.

Com a eleição garantida do sucessor, de sua escolha, Geisel finalizou seu governo mantendo controle sobre a transição, porém, sem garantias de popularidade da ARENA. Medidas finais tomadas pelo presidente e que, apenas entraram em vigor em 1979, definiram um novo cenário para o governo Figueiredo que deveria manter o domínio sobre o processo de abertura política.

A revogação do AI-5 foi um momento decisivo na reabilitação das garantias individuais e de liberdade. Ainda, em outubro, o presidente Geisel realizou um pronunciamento na ocasião de entrega do projeto da emenda constitucional nº 11 que previa a extinção de todos os atos institucionais e complementares contrários à Constituição Federal e a reabilitação do habeas corpus

Ela representa o coroamento de um esforço que se vem desenvolvendo desde que fui escolhido candidato a Presidência da República pelo nosso partido, a ARENA. O primeiro pronunciamento que eu fiz quando fui indicado pelo partido, fiz questão de ressaltar que é importante no quadro de desenvolvimento geral no país cuidarmos do aprimoramento político. Que era necessário não abrir mão, desde logo, das leis de exceção, mas era necessário evoluir e encontrar fórmulas capazes de dar ao país uma organização política que correspondesse às suas realidades: que não fosse um simples papel bonito para ser exibido e para não ser cumprido (Biblioteca da Presidência da República, 14 de outubro de 1978, p. 420).

Essas mudanças revelam a percepção do regime de que a condução para a democracia era inevitável e que medidas para o fim dos atos arbitrários eram inadiáveis. O discurso de Geisel transformava a emenda constitucional em uma medida tomada pelo governo de forma planejada e como um dos passos para a transição democrática.

São notáveis que, em 1978, as manifestações por democracia tornaram-se mais comuns. Nesse sentido o futebol, que durante a gestão de Heleno Nunes sofreu inúmeras tentativas de uso político, passou a expressar o descontentamento popular nos estádios e através da imprensa, principalmente na revista *Placar*.

#### 2.4.1 A política vai para as arquibancadas: manifestações e lutas por democracia

O descontentamento político era evidente e os anseios por democracia crescentes. O futebol tornou-se um meio de manifestação e os estádios palco para demonstrações em prol das lutas por anistia, democracia e liberdade de expressão. Nesse sentido a revista *Placar* apresentava-se como agente da opinião pública adotando posturas gradativamente mais críticas através de textos, charges e publicações de seus leitores. Segundo Giddens (2009) a imprensa tem potencial de atuar, ou abster-se, de discussões relacionadas à política, contribuindo assim para a formação de opinião sobre o assunto.

Em 1978 observa-se que *Placar* oferece muitos exemplos de como sua postura tornou-se política e contribuía para as discussões em pauta no Brasil. Em charge apresentada de forma cômica, crítica e inteligente, em março de 1978, é possível encontrar uma posição favorável à anistia. A figura 1 mostra uma faixa estendida pela torcida, em um estádio, com a palavra de ordem: anistia.

Figura 1 - Manifestação por anistia



Fonte: Revista Placar, 02 de março de 1978, p. 59.

No campo há um cartola, representando os presidentes dos clubes brasileiros e as federações de futebol, que exclama: “Vamos parar com essa palhaçada aí! Política não tem a menor ligação com futebol!”. No

quadro seguinte da charge a bola em campo murcha como que em desacordo com a afirmação totalmente equivocada, principalmente naquele momento. Nota-se que a discussão sobre a anistia esteve em voga durante o ano de 1978, de forma que, no fim de seu mandato, Geisel revogou a expulsão de mais de 120 exilados políticos, dando o primeiro passo para a Lei de Anistia, criada em 1979.

Outra charge que revela conteúdo político e crítico em relação à CBD é observada em janeiro de 1978. Na figura 2 é apresentada a charge de Laerte intitulada de *Fala baralho*, em que aparecem Zagallo, Cláudio Coutinho e Pelé como cartas do jogo.

Figura 2 - Fala baralho



Fonte: Placar, 20 de janeiro de 1978, p. 47.

Zagallo é descrito como o ‘coringa’, que exerce qualquer função desde técnica a gândula, desde que aparece na foto. Pelé é o ‘rei de copas’ e a charge reproduz a mensagem, consagrada, do jogador sobre a incapacidade do brasileiro em votar, que sugeria a manutenção das eleições indiretas. E conclui afirmando que “o que isso tem haver com o futebol é que eu não sei, nem sabe o rei, mas... o povo saberá perdoar.” Certamente a ironia com que se refere a Pelé e sua colocação sobre o voto, que naquele momento envolvia crucialmente a democracia, demonstra que a declaração do atleta não foi bem recebida. E, por fim, é possível observar Cláudio Coutinho como o ‘valete’ das cartas, em que

é colocado como prepotente, esnobe e com o ‘rei na barriga’. (*Placar*, 20 de janeiro de 1978, p. 47).

O cenário nacional de eleições em 1978 também ofereceu condições para a análise dos significados atribuídos ao processo de transição democrática. Medidas adotadas através do Pacote Abril como as garantias ao governo da nomeação de um senador em cada estado, alcunhados como “senadores biônicos”, como indicativo da manobra política do governo apareceram na revista *Placar*. Em charge (figura 3) com tom de sarcasmo sobre os senadores biônicos, *Eugênio*, o cartola é questionado sobre sua participação da campanha eleitoral de 1978, responde favoravelmente, “Vou, dando aula de introdução à bionciologia pros senadores indiretos.” É notável o posicionamento de escárnio sobre a escolha dos senadores pelo governo revelando que, naquele momento, ainda não se exercia a escolha dos representantes políticos de forma amplamente democrática.

Figura 3 - Eugênio, o cartola.



Fonte: *Placar*, 03 de outubro de 1978, p. 58.

A participação dos leitores de *Placar*, também, foi uma estratégia publicitária da revista. E com ao resultado das eleições de 1978 é observável esse diálogo entre a *Placar* e seus leitores que passam a enviar mensagens à revista com alto teor de crítica e análise política. Em dezembro de 1978 *Placar* publica a mensagem de um leitor com o título de *A ARENA merece Coutinho* em que é possível ler a seguinte opinião:

“Se o Coutinho se candidatasse ao Senado, por qualquer Estado do Brasil, seria facilmente eleito. Já imaginou: por oito anos estaríamos livres do risco de vê-lo voltar à Seleção!”. *Placar*, em resposta sugere que “Coutinho merecia mesmo ser lançado pela ARENA”.

Outra medida editorial de *Placar* era o uso de recortes de outras mídias na revista, com a inclusão de comentários que demonstravam a posição de *Placar*. Em novembro de 1978, dois desses usos referentes à situação econômica são notáveis. O primeiro pertencente ao *Jornal do Brasil*, de 07 de novembro, trazia a seguinte mensagem: “Governo diz que não passará ao consumidor aumentos de salários acima dos índices”, e *Placar* comenta que “Temos, enfim, que as classes produtoras serão vítimas do milagre brasileiro- alguém acredita?”. Já no segundo recorte, oriundo do *Diário da Noite*, de 08 de novembro, é possível ler: “50 mil prostitutas nas ruas da cidade”, e *Placar*, de forma sarcástica conclui que “A economia de mercado exige completa diversificação” (*Placar*, 24 de novembro de 1978, p. 59). Dessa forma, *Placar* se consagrou pelo apelo às questões nacionais em voga fossem políticas ou econômicas, participando da vida de seus leitores como uma fonte de informação completa, e não restrita aos esportes.

A partir de 1979 e do governo Figueiredo novas possibilidades sobre a abertura política eram traçadas e o comando do futebol nacional iniciou sua transição rumo a democracia com o desmantelamento da CBD. Nesse sentido, a revista *Placar* exerceu um papel importante tornando suas publicações mais analíticas e críticas, principalmente através da inclusão de dois jornalistas esportivos: João Saldanha e Juca Kfourri.

\*\*\*

Houve tentativas de uso político do regime civil-militar sobre o futebol, mas é preciso destacar que são apropriações particulares e que se baseiam nos ideais nacionalistas de exaltação do país. A conquista de um título mundial em 1974 poderia representar um símbolo positivo para o governo Geisel e para a transição política para a democracia. No entanto, é preciso atentar-se para as diversas questões que mobilizavam a sociedade como a crise econômica, a censura e arbitrariedade do regime e os anseios gerais por democracia.

É nítido que a postura governamental em assumir a tarefa do processo de abertura política refletiu-se em outras áreas de interesse público, como o desportista. Com o desempenho negativo da Seleção Brasileira no mundial da Alemanha Ocidental em 1974, a medida

tomada foi uma segunda introdução de membros ligados ao Exército no comando do futebol nacional, completando um ciclo iniciado em 1970.

Esse capítulo contemplou a discussão sobre os primeiros movimentos em prol da abertura política no Brasil apresentando o quadro de crise do ‘milagre’ econômico e a mudança do quadro eleitoral brasileiro que contribuíram para o processo de distensão. Em relação ao futebol o mundial de 1978 revelou expectativas e decepções com o desempenho do selecionado nacional, de forma que se desencadeia uma crise sobre a CBD e sobre o presidente Heleno Nunes. A revista *Placar* desempenhou um papel primordial nesse aspecto, pois tecia críticas gradativamente mais severas em relação ao comando do Almirante Nunes.

No entanto, as principais tensões envolvendo imprensa, CBD e clubes se dava por conta do Campeonato Brasileiro de Clubes que a cada edição adicionava novos participantes ao certame consagrando a fórmula de “Onde a ARENA vai mal, um time no nacional” sugerindo que o modelo de disputa do Campeonato baseava-se em acordos políticos e previa favorecer o partido do governo.

Porém, o futebol passa claramente a representar, também, uma possibilidade de mobilização em prol de questões como eleições, anistia e democracia a partir do discurso apresentado pela revista *Placar*, pela posição de alguns jogadores sobre as eleições de 1978 e, também, pelas novas manifestações que começavam a se observar nos estádios.

O terceiro capítulo pretende avaliar o desenvolvimento do governo Figueiredo que renovou as expectativas quanto a democracia e a novas mudanças de gerência no comando do futebol brasileiro. A revista *Placar* passou a endossar sua posição crítica, principalmente com as participações de João Saldanha e Juca Kfourri. Observavam-se posicionamentos mais contundentes em relação ao presidente da CBD, Heleno Nunes, com uso da licença humorística. E também, é possível analisar o processo de criação da CBF e o apoio geral, da imprensa e do governo, ao empresário Giulite Coutinho para presidência da nova instituição máxima do futebol brasileiro.

### 3. A ABERTURA POLÍTICA DO FUTEBOL BRASILEIRO

O que acho incrível e, sobretudo, indesculpável é que alguém, vivo ou morto, pudesse ficar indiferente à mais linda festa do futebol brasileiro em todos os tempos. Sim, os vivos deviam sair de suas casas e os mortos de suas tumbas. Viva a mulher bonita, que não faltou. Só as feias não apareceram. (Nelson Rodrigues, O Globo, 21.11.1969).

Ao assumir a presidência da República, em março de 1979, João Baptista de Figueiredo renovou as expectativas nacionais de abertura política, enquanto reafirmava os ideais ‘revolucionários’ de 1964. O discurso de posse mostra a estratégia dos militares de manterem-se no comando da política mesmo em movimento de retirada. Utilizando com veemência e repetidamente o termo ‘reafirmo’, Figueiredo reiterou os objetivos de seu governo:

Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel. Reafirmo: é meu propósito inabalável-dentro daqueles princípios-fazer deste país uma democracia. As reformas do eminente presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade. (Biblioteca da Presidência da República, 15 de março de 1979, p. 5-6).

O presidente também reafirmou seu compromisso de promover a independência dos poderes do Estado, garantir direitos ao homem e ao cidadão, promover a redistribuição de renda, diminuindo as desigualdades regionais, incentivar o desenvolvimento agropecuário, combater a inflação, equilibrar as contas internacionais e garantir a

remuneração digna ao trabalhador e a assistência do Estado ao cidadão.<sup>54</sup>

A partir de 1979, a política e o futebol brasileiro tomaram nova direção, ambos em movimento de abertura democrática. Desvincular o futebol da política militar era estrategicamente importante na construção de uma nova visão sobre o país. Como o futebol é uma manifestação popular relevante, a presença militar no comando das atividades desportivas passava a ser um empecilho para a política de abertura democrática. Nesse sentido, observa-se que, a partir de 1979, e do governo Figueiredo, medidas políticas resultaram em transformações institucionais e de comando.<sup>55</sup>

Este capítulo visa discutir a abertura política no futebol brasileiro por meio do processo de criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a ruptura com a presença militar no comando das atividades futebolísticas. A revista *Placar* contribuiu com isso por meio de suas críticas e sugestões com a legitimação do primeiro presidente da CBF, Giulite Coutinho e, também, com a reformulação do Campeonato Brasileiro de Clubes.

### 3.1 CRISES DA ABERTURA FUTEBOLÍSTICA: A TRANSIÇÃO PARA A CBF

Ainda em janeiro de 1979, o V Congresso Brasileiro de Cronistas Esportivos,<sup>56</sup> realizado em Salvador, foi organizado segundo a revista

---

<sup>54</sup> Discurso de posse de João Baptista Figueiredo, Biblioteca da Presidência da República, 15 de março de 1979, p. 6. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-de-posse>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

<sup>55</sup> Discurso de posse de João Baptista Figueiredo, Biblioteca da Presidência da República, 15 de março de 1979, p. 6. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-de-posse>>. Acesso em: 30 out. 2014.

<sup>56</sup> O primeiro Congresso Brasileiro de Cronistas Esportivos foi realizado em 7 de janeiro de 1974, na sede do Sindicato de Jornalistas Profissionais do estado de São Paulo, patrocinado pela Associação de Cronistas Esportivos do estado de São Paulo, a ACCESP. Participaram desse primeiro encontro o governador de São Paulo na época, Laudo Natel, o chefe da Casa Civil, Henry Louri Aidar, o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, Romeu Agnelli e o representante da CBD, Luís Xurgel. Nesse primeiro encontro foi discutida a criação de um órgão em âmbito nacional para reunir todas as Associações de Cronistas Esportivos do país, a criação de uma carteira de identidade em acordo

Placar à pedido do presidente João Baptista Figueiredo. O evento resultou na elaboração de um documento com propostas de reforma para o futebol nacional, em que a principal indicação dos jornalistas foi sobre a adoção do acesso e decesso no campeonato brasileiro, ou seja, a divisão do campeonato brasileiro em séries que adotassem a política do acesso das melhores equipes de uma série à outra e, o decesso dos clubes com desempenho insuficiente.

A revista *Placar*, ao tratar do assunto, reiterou que já havia realizado essa proposta para o campeonato de clubes ainda em 1970 e complementou que “mesmo numa democracia relativa, é princípio básico que a todos se devem dar as mesmas oportunidades” e, para o impresso, em nome da democracia é que as oportunidades deveriam ser conquistadas em campo e não por meio da política (Revista Placar, 19 de janeiro de 1979, p. 51). A principal reivindicação dos jornalistas foi o veto à política, diante da crença de que uma possível Secretaria de Esportes não se tornasse uma pasta partidária, e a criação da Confederação Brasileira de Futebol. Nota-se que o uso do termo ‘democracia’ e a resistência às interferências políticas no esporte tornaram-se recorrentes, como um reflexo das discussões nacionais.

Mudanças propostas para o esporte brasileiro envolveram governo, imprensa, entidades esportivas, clubes e torcedores. O campeonato brasileiro de clubes como um meio para promoção de alianças e favores políticos, havia tornado a disputa esportiva uma maratona exaustiva de jogos. O esforço do governo Figueiredo em requerer que o V Congresso Brasileiro de Cronistas Esportivos discutisse mudanças para o desporto brasileiro mostrava como o último governo militar desejava romper com antigas estratégias políticas e, também, apresentar-se como o promotor definitivo da abertura democrática.

Segundo Sarmiento, o futebol não servia mais de reforço ao poder militar e “antecipava as fissuras que se abriam na ditadura” (2006, p. 151). Nesse sentido, os personagens que comandavam as instituições reguladoras do futebol começaram a ser substituídos, e o empresário carioca Giulite Coutinho tornou-se presidente do Conselho Nacional de

---

com a CBD, a criação do dia do cronista esportivo, a transferência de filiação internacional, a criação de um código de ética e o apoio à candidatura de João Havelange junto à FIFA. O presidente da Associação Brasileira dos Cronistas Esportivos (ABRACE), no período entre 1974 e 1976, foi Mauro Pinheiro, e seu princípio básico era neutralidade diante dos aspectos políticos, filosóficos, racionais e religiosos.

Desportos (CND). Era o primeiro passo de Coutinho rumo à presidência da futura CBF e o primeiro movimento definitivo de abertura política do futebol, já que o major-brigadeiro Jerônimo Bastos foi retirado do CND. Em fevereiro de 1979, o paulista José Teixeira é chamado a integrar a Comissão Técnica da CBD, o que é interpretado pela revista *Placar* como uma manobra política da CBD para agradar a Federação de Futebol de São Paulo. A revista *Placar* reproduziu uma nota emitida pelo Jornal do Brasil, de autoria de José Inácio Werneck, em que reforça essa tese:

Estamos a assistir mais uma jogada política do Almirante, a tratar de agradar paulistas para reforçar sua posição na entidade. O senhor José Teixeira é o técnico do Corinthians e Coutinho não terá condições de escalar o time que precisa: terá de escalá-lo de acordo com Teixeira. De acordo com os interesses dos paulistas e principalmente com os interesses do Corinthians. A fórmula está condenada ao mais completo fracasso e me admiro que o senhor Cláudio Coutinho a aceite. (Revista *Placar*, 23 de fevereiro de 1979, p. 23).

Essas duas mudanças inauguraram uma série de embates no futebol nacional que puderam ser acompanhados durante a leitura das edições da revista *Placar* ao longo do ano de 1979. A torrente de críticas sobre a administração do futebol nacional e a eminência de uma transição entre instituições sofreu resistências por parte de Heleno Nunes, que se apoiou em eleições, realizadas em janeiro de 1979, para manter seu cargo, e também em discursos políticos democráticos. A revista *Placar* tratou de mostrar a eleição de Nunes como irregular, por meio da reportagem intitulada de *Aplausos ao almirante*

A ‘eleição’ do almirante Heleno Nunes para um novo período de três anos na presidência da CBD não chegou a ser uma bem ensaiada farsa, como tantos afirmaram. Afinal, ele e o vice-presidente, João Ermínio de Moraes, foram ‘eleitos’ por aclamação, o que viola o estatuto da entidade que determina à Assembleia Geral ‘eleger em votação secreta e declarar empossados o presidente e vice-presidente, além dos membros e suplentes do Conselho Fiscal’. Não foi, como se vê, uma bem

ensaiada farsa. Terá sido, apenas, uma grande festa. [...] Encerrada a ‘votação’, e registrada em ata a ‘eleição’ contra o estatuto da CBD, o presidente da Federação de Brasília pediu palavra-ele é uma espécie de estranho, pois andou criticando o almirante Heleno Nunes. Diz que votou em Heleno, dando-lhe ‘um crédito de confiança’. (Revista Placar, 19 de janeiro de 1979, p. 22, por Aristélio de Andrade).

O discurso do almirante, recém reeleito para a CBD, baseava-se nos termos políticos em voga por conta da transição democrática, e sua reeleição foi pautada na suposta legalidade do processo eleitoral. Em abril de 1979, o Ministro da Educação<sup>57</sup> Eduardo Portela anunciou a criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Heleno Nunes refutou o fato alegando que “Quem ler a lei vai ver que não houve abertura, mas fechadura. [...] A impressão que tenho é de que estão batendo a minha carteira” (Revista Placar, Aristélio de Andrade, 6 de abril de 1979, p. 24). Essa declaração mostra a apropriação do Almirante sobre os termos políticos que se tornaram comuns no processo de abertura política.

O jornalista estreante da revista de *Placar*, João Saldanha, endossou a necessidade de criação do novo órgão regulador do futebol brasileiro com o discurso sobre a importância da especialização da prática:

O maior acontecimento esportivo dos últimos tempos já está marcado: a organização da Confederação Brasileira de Futebol. Não é a primeira vez que isto acontece. Quando da grande cisão do futebol nacional, em 1934, creio, os ‘profissionalistas’ formaram uma entidade chamada Federação Brasileira de Futebol. O espírito era exatamente acabar com a CBD, eclética, pois regia várias modalidades. Tinha filiação internacional com a FIFA com esta vantagem, na pacificação, ficou sendo o que é até hoje – a entidade que preside o futebol e agora poucos esportes. O desenvolvimento e também de

---

<sup>57</sup> Segundo Sarmiento (2006), como determinavam os estatutos do CND, qualquer alteração na estrutura das federações e confederações deveriam ser submetidas à aprovação dos Ministérios da Educação e Cultura.

outros esportes exigiu a especialização. [...] Precisamos uma nova mentalidade esportiva no Brasil. A outra questão é a do calendário unificado (o senhor Giulite Coutinho, presidente do CND, já jurou que fará isto de qualquer maneira). [...] É de tal importância a CBF, o calendário e a redução do número de jogos, que todos os jornalistas e radialistas deveriam se unir e inclusive fazermos novena, martelando a questão, até uma solução definitiva. (Revista Placar, 20 de abril de 1979, p. 24).

É possível observar posições contrárias às mudanças da estrutura administrativa do esporte nacional por parte de membros importantes do esporte nacional e a iniciativa da imprensa reivindicando tais alterações. *Placar* reproduz a mensagem de João Havelange, em janeiro de 1979, em que o presidente da FIFA relata que, em conversa com o futuro presidente Figueiredo, indica-lhe que não crie o Ministério dos Esportes e, sim, uma Secretaria de Esportes para assessorá-lo (Revista Placar, 19 de janeiro de 1979, p. 42). Enquanto isso, a revista *Placar* em seu 'Editorial/Reinvindicação', com tom de humor e reverência, pede *Um ministro por esporte*:

Não é mole ter a obrigação de escrever malditos editoriais, ver a máquina à frente e sentir a cabeça completamente vazia de ideias publicáveis: as melhores piadas do gênio, por demasiado cruas, não são transformadas em letra impressa! Só uns poucos privilegiados – aqueles que vão as shows de samba do gênio- conhecem todo o incendiário poder verbal do gerente das páginas malditas: pior que seus palavrões. Só Carnaval, todos piadas tristes. Nem tudo é tristeza, entretanto. Agora mesmo Capu lê uma entrevista do marinheiro Heleno Nunes, na qual ele promete que 'continuará dando tudo de si ao esporte brasileiro'. Todos ao mar! Gritaria o Capu, diante da ameaça renovada de Heleno. Se ele, sem fazer muita força, já levou para o brejo a maior parte dos clubes brasileiros, imagina-se agora, que resolveu dar tudo de si. (Revista Placar, 26 de janeiro de 1979, p. 55).

Esse é o jogo observado em 1979, em que um time defende sua posição consolidada anteriormente com base na política e interferência militar e, de outro lado, o time formado pela imprensa, como a revista *Placar*, que insiste na necessidade de mudanças. No momento que se percebe que para a transição democrática é mais interessante que o futebol se desvincule dos militares, o processo de abertura política do futebol se desenvolve de forma lenta e gradual.

O papel do jornalismo esportivo nas mudanças de comando do esporte brasileiro foi decisivo, pois incentivava o debate entre torcedores, clubes e federações, expunha as razões para as alterações de poder e projetava os benefícios da desmilitarização do futebol.

Enquanto isso, o desempenho da Seleção nacional não convencia. Na Copa Sul-Americana de Juvenis, a Seleção Brasileira teve um desempenho insatisfatório, perdeu todos os jogos, e terminou a competição em último lugar, de maneira que os primeiros colocados foram Uruguai, Argentina e Paraguai.

Nesse momento, o técnico Mário Travaglini<sup>58</sup> sofreu pressão da imprensa a respeito de supostas interferências da CBD que continuavam defendendo a permanência do técnico Claudio Coutinho na Seleção nacional, ao mesmo tempo, que já apontava para a possibilidade de nomear Telê Santana como comandante da Seleção Brasileira de futebol. De acordo com *Placar* e o texto dos repórteres Lenivaldo Aragão e Ignácio Ferreira:

Então, o mal dessa Seleção Juvenil não começou com Mário Travaglini nem ia terminar - se o repente do almirante Heleno Nunes estivesse destinado a transformar-se em decisão definitiva - só com a nomeação de Telê para o comando de uma futura Seleção. O técnico César Menotti, delicadamente, apontou uma provável 'crise de transição' no futebol brasileiro. Uma transição, do ofensivo futebol tricampeão, de Garrincha, Pelé, Didi, Tostão- para o futebol das Copas de 74 e 78, na linhagem de Zagalo e na linha de Cláudio Coutinho [...] Para o estrategista da CBD, portanto, nessa batalha que não houve, todo mundo pode estar errado. Menos, naturalmente, o homem que fica na ponte de comando. O

---

<sup>58</sup> Mário Travaglini foi campeão brasileiro com o Vasco da Gama em 1974. Foi também técnico supervisor da Seleção Brasileira em 1978.

almirante da esquadra. Uma esquadra que afunda.  
(Revista Placar, 9 de fevereiro de 1979, p. 32-33).

Essa tendência em apontar problemas da administração de Heleno Nunes é recorrente nos textos da revista *Placar* ao longo do ano de 1979. Com a posse do presidente Figueiredo e as indicações de que o novo presidente defendia a criação da CBF, a revista passou a endossar seus argumentos para a formação da nova entidade. Para a formação da CBF era preciso, em primeiro lugar, destituir a CBD de poder e de capacidade administrativa, ou pelo menos construir tal imagem da instituição. No intuito de angariar o apoio dos torcedores brasileiros, a revista *Placar* promoveu a seção *Você é o técnico*, em que os leitores foram convocados a palpitar na escalação da Seleção Brasileira: “Vamos continuar escrevendo moçada, que é só marcando pressão que a CBD vai escalar o escrete do povo. Chegou a nossa vez de mandar no futebol. Tá?” (Revista Placar, 27 de abril de 1979, p. 45).

A transição entre CBD e CBF movimentou, também, as federações estaduais que não consentiam com a criação da nova entidade dedicada ao futebol e permaneceram apoiando o almirante Heleno Nunes. A resistência desse grupo para manter sob controle a direção do futebol nacional incentivou a revista *Placar* a tecer fortes críticas, interpondo torcedores e dirigentes do esporte. Em maio de 1979, *Placar* explicitou que *O povo é contra a cartolagem*:

Não se pode assistir passivamente ao enterro do futebol campeão do mundo porque meia-dúzia de homens não querem largar os cargos que eles chamam de ‘sacrifícios’. E vai a tal ponto a desfaçatez dessa gente que votaram contra a CBF, recentemente proposta pelo CND. Quer dizer: estão votando contra o futebol [...] O povo é desportista. Os cartolas é que não são. (Revista Placar, 4 de maio de 1979, p. 37).

Os ‘cartolas’, presidentes de federações e de clubes, haviam se posicionado contra a criação da CBF em votação realizada pela CBD. As mudanças políticas em âmbito nacional e os sinais de transição no futebol movimentaram as cúpulas do poder que, temerosas de perder o controle, resistiram às mudanças propostas.

Nessa mesma edição de *Placar*, como forma de manifesto contra a posição dos cartolas, foi possível ler que *Brasileiro agora tem dono: a CBF*. O anúncio havia sido feito pelo presidente do CND, Giulite

Coutinho, que determinou um prazo de dois meses para a criação da nova entidade e, também, que lhe caberia a organização do campeonato brasileiro (Revista *Placar*, 4 de maio de 1979, p. 24).

A partir da confirmação de que a Confederação Brasileira de Futebol seria criada para dedicar-se exclusivamente ao esporte mais popular do país, as posições e discursos favoráveis ou contrários à mudança tornaram-se mais contundentes. João Lyra Filho, do Comitê Jurídico da FIFA, argumentou que o governo não tinha motivos para criar a CBF e tampouco poderia filiá-la à FIFA, já que a CBD não havia infringido nenhum regulamento (Revista *Placar*, 25 de maio de 1979, p. 36). Enquanto isso, o almirante Heleno Nunes assume a irrevogabilidade de criação da CBF e passa a defender sua posição no poder até 1982.

Logo, as posições das federações também passaram a se alterar. Fernando de Souza em ‘Por detrás do pano’ publicou em *Placar*:

Rubem Moreira anda passeando por todo o Nordeste. Há pouco, esteve em São Luís, para comer um peixinho. Comeu e falou de futebol. Só as federações de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais estão com Giulite Coutinho. Heleno Nunes será presidente da CBF por eleições diretas. (Revista *Placar*, 3 de agosto de 1979, p. 33).

Assim, três importantes federações passaram a apoiar o nome de Giulite Coutinho para presidência da CBF: a paulista, a carioca e a mineira. A criação da nova entidade tornou-se um processo longo que interpôs Giulite, e suas posições sobre o futebol brasileiro, ao almirante Heleno Nunes que, pressionado, não desejava retirar-se do poder. O principal argumento para a criação da CBF era a necessidade de especialização e organização de um novo calendário para o campeonato brasileiro de clubes.

A revista *Placar* passou então a confrontar as novas promessas do almirante Heleno Nunes aos diagnósticos de Giulite Coutinho sobre a situação do futebol nacional. Assim, é claro, o papel da revista *Placar* na formação de opinião e na construção da imagem de Giulite, como o líder ideal para o futebol, e de Heleno Nunes, como incapaz de gerenciar o desporto brasileiro.

A seção ‘Intervalo’ da revista *Placar*, de agosto de 1979, propunha ao leitor/torcedor uma série de questões de múltipla escolha relativas ao futebol brasileiro, com a orientação de que cada resposta

correta valeria cinco pontos e a sentença de que “quem fizer os 40 pontos pode pedir o lugar do Heleno Nunes na CBD” (Revista Placar, 24 de agosto de 1979, p. 46).

A forma de depreciar a capacidade administrativa do almirante Heleno Nunes era uma resposta aos problemas observados no futebol brasileiro no fim da década de 1970. O principal motivo de reclamações do futebol nacional não era a Seleção Brasileira, apesar da derrota no mundial de 1978, e sim o campeonato de clubes.

Torcedores, clubes, jogadores, imprensa e federações concordavam que a organização da competição não era adequada. Tornou-se óbvio que a principal bandeira do aspirante à presidência da CBF, Giulite Coutinho, deveria ser a proposta de um campeonato nacional renovado. Em entrevista cedida à Marcelo Rezende, em setembro de 1979, e publicada por *Placar*, o presidente do CND definiu a competição brasileira de clubes como “uma loucura”:

Como salvar o futebol brasileiro? A pergunta é feita ao homem escolhido pessoalmente pelo presidente João Figueiredo para encontrar a solução: Giulite Coutinho, próspero empresário no ramo do comércio exterior, atual presidente do CND e desde já cotado para dirigir a futura Confederação Brasileira de Futebol. E ele responde: - Não posso fugir à ética. O futebol brasileiro é responsabilidade da CBD. Além do mais, não quero ser ditatorial. Tenho que moralizar o esporte por etapas. Criada por decreto em maio passado, a CBF teve 120 dias para ser implantada. ‘Portanto – diz Giulite – ‘mês que vem a CBD estará morta e entra em cena a CBF’. (Revista Placar, 7 de setembro de 1979, p. 24).

Tratar de Giulite Coutinho como o “homem escolhido pessoalmente pelo presidente Figueiredo” foi legitimador para que o carioca realmente se tornasse o escolhido para o cargo. O fato do último presidente militar do Brasil negar apoio aos líderes do futebol brasileiro escolhidos por seus antecessores mostrava o anseio por desvincular o esporte da política dos militares. Nessa entrevista o presidenciável Giulite respondeu também outras questões:

E a falta de calendário? Isso é da responsabilidade da CBD. Mas é uma vergonha a falta de

calendário, que entre outras coisas liquida com o jogador, sem tempo para cuidar do físico e apurar a técnica, em virtude das partidas caça-níqueis. Amigos seus comentam que o senhor estaria disposto a se candidatar à CBF, desde que contasse com o apoio das federações. Dizem que seu objetivo é moralizar nosso futebol a qualquer custo. O que há de verdade? – Com o apoio das federações, quem não se disporia? Agora, isso dizem os amigos e o senhor. Eu me preservo de comentar esse item. (Revista *Placar*, 7 de setembro de 1979, p. 24 e 25).

Os comentários da disponibilidade de Giulite à presidência da CBF e a posição de Figueiredo favorável à escolha foram o que gradativamente decidiram pelo destino do futebol brasileiro. Os clubes brasileiros, percebendo que as mudanças eram irreversíveis e desejosos de que o campeonato nacional fosse alterado, dirigiram críticas à CBD por meio da ‘Carta do Rio de Janeiro’, em que reivindicaram a reformulação do futebol nacional, um campeonato brasileiro com 26 clubes, ao invés de 90, o calendário de 1980. Com o primeiro semestre dedicado à disputa das competições regionais, o segundo semestre para o Brasileirão, a manutenção do mês de agosto reservado para excursões dos clubes e o direito dos clubes de voto para escolha do presidente da CBF, inclusive com lançamento de candidato próprio (Revista *Placar*, 14 de setembro de 1979, p. 6). Os clubes ameaçavam um boicote ao campeonato organizado pela CBD e a disputa de uma competição paralela e independente, o que motivou um anúncio de novas propostas pela Confederação Brasileira de Desportos.

Enquanto isso, os cartolas do futebol nacional movimentavam-se pela presidência da CBF e novos nomes de candidatos emergiram para a disputa. *Placar*, em setembro de 1979, publicou que a CBF seria criada em 30 dias e que os cartolas estavam agitados pela “confortável cadeira” de presidente da nossa entidade especializada em futebol (Revista *Placar*, 14 de setembro de 1979, p. 11). A possibilidade de comandar a nova fase do futebol nacional atraiu os interesses de Márcio Braga, presidente do clube Flamengo do Rio de Janeiro, Rubem Hoffmeister, presidente da Federação Gaúcha e Nabi Abi Chedid, presidente da Federação Paulista. No entanto, a revista *Placar* reiterou a vantagem política de Giulite Coutinho ao mostrar que o “Presidente do CND, leva de barbada, até porque está com a faca e o queijo – ao CND cabe implantar a CBF. E é homem de confiança do presidente Figueiredo, a

cujas churrascadas não falta.” (Revista Placar, 14 de setembro de 1979, p. 38).

A simpatia que a imprensa brasileira nutriu por Giulite Coutinho pautou-se em seus discursos de renovação do futebol nacional, pois, segundo o presidente do CND, seus objetivos para a CBF eram acabar com os cargos vitalícios e hereditários nas federações, escolher e manter um técnico exclusivo e utilizar um planejamento livre de influências político-partidárias. Segundo Sarmiento (2006), em 1979 modalidades amadoras foram retiradas da estrutura da CBD e foram fundadas as federações nacionais especializadas de futebol de salão, tênis de mesa, levantamento de peso, handebol e atletismo.

O anúncio de criação da CBF havia sido realizado em abril de 1979 e o processo estendeu-se pelo ano. Segundo João Saldanha, fortes interesses políticos envolviam as mudanças propostas para o desporto brasileiro:

Curioso como interesses antagônicos às vezes coincidem. Creio que isto é também parte da unidade dos contrários. O preto e o branco não se fundem mais ou menos ali pelo cinzento? O frio e o calor também não. A noite e o dia não têm um momento exato da passagem de um para o outro, quando não se sabe se é noite ou dia? Assim, até a CBD atual, a do senhor Heleno Nunes, pode se juntar com a FIFA do senhor Havelange. Eles não se cruzam. Um quer ver a caveira do outro e até carregaria o caixão com o maior prazer. [...] Fatos novos: a CBF pintou. O presidente Figueiredo aparece jogando em outro time e então a CBD necessitava botar o seu no campo. (Revista Placar, 26 de outubro de 1979, p. 32-33).

Em novembro de 1979, a CBF é definitivamente criada, o que é recebido como uma mudança positiva e definitiva. A ‘Opinião de Placar’, de autoria de Juca Kfoury, apresentou um texto entusiasta sobre a nova entidade desportiva:

Aleluia! Aleluia! Eis que enfim vivemos uma semana em que, pelo menos, há motivos para ficarmos esperançosos de novos tempos em nosso futebol. Nasceu a CBF e todas as promessas de Giulite Coutinho podem- e devem- ser realizadas. Teremos - parece um sonho - o calendário,

teremos o Campeonato Brasileiro reunindo o que existe de melhor, teremos respeito aos jogadores, teremos uma administração racional, em resumo. Por isso, estamos com ele e estaremos sempre enquanto realmente cumprir a palavra empenhada e em todas as entrevistas que concedeu. [...] Por tudo isso, pela esperança, podemos dizer confiantes: Viva o futebol brasileiro! (Revista *Placar*, 30 de novembro de 1979, p. 9).

A notícia da criação da CBF é publicada no Diário Oficial da União e registrada em cartório em 23 de novembro de 1979. Era a consolidação de uma entidade criada para e pela abertura política.

### **3.1.1 Indesejável futebol: o Campeonato Brasileiro de 1979**

O ano de 1979 foi de profundas discussões relacionadas ao futebol e aos modelos adotados para o campeonato de clubes. A CBD e Heleno Nunes, em uma tentativa malograda de manter-se no comando da organização desportiva brasileira, divulgaram que reformulariam a competição nacional de clubes:

Melou o Campeonato Brasileiro. O maior e mais absurdo campeonato de futebol do mundo talvez nem seja disputado este ano. E se for, uma coisa é certa: não terá os 82 clubes que a Confederação Brasileira de Desportos anunciou a semana passada. Enfim, Heleno Nunes rendeu-se às reclamações dos grandes times do nosso futebol. (Revista *Placar*, 7 de setembro de 1979, p. 22).

Porém, essa mudança não ocorreu e o campeonato foi disputado segundo o modelo anteriormente utilizado. Como a competição aconteceu no segundo semestre do ano, entre 16 de setembro e 23 de dezembro, a revista *Placar* explorou amplamente reportagens e editoriais críticos sobre o Campeonato Brasileiro. Principalmente, porque propunha a adoção do esquema de acesso e decesso dos clubes por série desde 1970.

Enquanto isso, a discussão sobre um novo modelo de competição foi intenso e recebeu espaço nas edições de *Placar*, que se consolidava como a porta-voz das causas do futebol brasileiro. A ‘Opinião de *Placar*’, redigida por Juca Kfoury, em setembro de 1979, dias antes do

início do campeonato de clubes, definiu o entendimento que a revista fazia da competição e da entidade que a organizava:

Pobre e flagelado futebol brasileiro, navegando sem destino ou proteção, feito barco de refugiados. Sempre à deriva, vive sendo assaltado por piratas que agem à luz do dia. E esta versão do Campeonato Brasileiro, produzida nos refrigerados gabinetes da rua da Alfândega, nada mais é que um ato de pirataria. Mais que nunca, estamos num barco sem bússola, sem memória e sem futuro. [...] E a CBD (iniciais que sugerem: Cavilosa, Burra e Decrépita) consegue arquitetar um campeonato onde, gênio dos gênios, ficam de fora paulistas e cariocas. Onde se misturam, numa inaceitável promiscuidade profissional, grandes, pequenos e minúsculos clubes de todo o país. [...] Daí, a proposta de um Brasileiro em várias divisões de acesso, que Placar defende há 10 anos. (Revista Placar, 7 de setembro de 1979, p. 22).

“Decrépita” e “burra” foram as definições usadas por Kfourri sobre a CBD, que já se encontrava naquele momento em estágio terminal. E a ‘pirataria’ era uma referência aos prejuízos financeiros dos clubes com a competição, pois se a situação econômica do país não era positiva, muitos clubes padeciam por falta de dinheiro. A seção ‘Opinião de Placar’ ainda destacou que o futebol brasileiro estava falindo e que os principais jogadores do país estavam sendo exportados por conta do sufocante campeonato deficitário (Revista Placar, 7 de setembro de 1979, p. 22)

O uso do futebol como plataforma política, à custo da qualidade da competição, da capacidade financeira dos clubes e da saúde dos atletas, era insustentável. A preocupação econômica dos clubes com o campeonato brasileiro se referia ao número excessivo de jogos que demandavam longas viagens pelo país e, também, por conta dos gastos que os departamentos médicos tinham com as lesões dos atletas. A questão financeira do futebol brasileiro adquiria um espaço relevante no debate político sobre a estrutura das competições e sobre as entidades administrativas do esporte. Porém, o momento era de instabilidade econômica e o governo Figueiredo precisa tratar dos entraves da economia nacional. Para Macarini (2008), o governo de João Figueiredo iniciou-se sob o signo da crise. Um novo choque internacional do

petróleo reverberou nas bases da economia nacional, que mantinha um ritmo de endividamento externo baseado na manutenção do II PND<sup>59</sup>.

Na mesma medida, os clubes tinham dificuldades financeiras graves e a reformulação do campeonato nacional, que evitasse muitas e longas viagens pelo país e que poupasse fisicamente seus atletas, era uma saída necessária. Segundo Kfourí, na ‘Opinião de Placar’, o jogador Sócrates, por conta do campeonato brasileiro de clubes, estava cansado e ameaçava abandonar o futebol brasileiro. A solução: tratar o futebol de maneira inteligente e empresarial. A reformulação do campeonato de clubes permitiria que a competição fosse honesta e que um dos grandes clubes, o Corinthians, pudesse ser rebaixado para a segunda divisão (Revista Placar, 14 de setembro de 1979, p. 11).

Em manifesto contra a manutenção do Campeonato de 1979, alguns clubes, entre estes Corinthians, Portuguesa, Santos e São Paulo, requereram a não participação nas duas primeiras fases da competição<sup>60</sup>. A CBD negou o pedido destes clubes e estes decidiram não participar do Campeonato Brasileiro de 1979<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> Entre 1974 e 1979 o II PND se esforçava por investir no país à custo do endividamento externo, enquanto que o Ministério da Fazenda e o Banco Central procuravam adotar políticas restritivas. São características desse período a elevação da taxa de juros, a apropriação do excedente econômico pelo setor financeiro e o aumento da especulação financeira.

<sup>60</sup> O regulamento da CBD definia que os clubes de São Paulo e Rio de Janeiro que disputassem o Torneio Rio-São Paulo participariam do campeonato brasileiro apenas a partir da segunda fase. Em 1979, o Torneio Rio-São Paulo não foi disputado e os clubes paulistas de Corinthians, São Paulo, Portuguesa e Santos queriam participar do certame nacional a partir da terceira fase. A CBD negou o requerimento desses clubes e estes se retiraram do campeonato brasileiro.

<sup>61</sup> O modelo de disputa do campeonato brasileiro de 1979 foi dividido em fase. A primeira fase contou com 80 clubes, divididos em oito grupos que disputaram turno único. Na segunda fase, outros doze clubes, seis de São Paulo e seis do Rio de Janeiro, adentraram a competição, somados à 44 clubes classificados na primeira fase. Essas 56 equipes foram divididas em sete grupos e, para a terceira fase, foram classificados os dois melhores clubes de cada grupo. Na fase seguinte, os 14 classificados, mais Palmeiras e Guarani, que haviam sido campeão e vice-campeão no Campeonato Brasileiro de 1978, foram novamente divididos em 4 grupos e, para as semifinais, passaram os primeiros colocados de cada grupo. Nas semifinais com jogos de ida e volta foram classificados para a final as duas melhores equipes. A final também foi disputada com jogos de ida e volta.

Assim, entre setembro e dezembro de 1979, os 94 clubes que disputaram o Campeonato Brasileiro participaram de 583 jogos. O Sport Club Internacional, de Porto Alegre, sagrou-se campeão brasileiro desta edição do Campeonato nacional e recebeu a homenagem da *Placar* que destacou “as camisas coloradas” e “as bandeiras vermelhas” (Revista *Placar*, 28 de dezembro de 1979, p. 6).

O Campeonato Brasileiro de 1979 encerrou um ciclo em que as competições eram desorganizadas, sem critérios, financeiramente prejudiciais e cansativa para atletas e comissão técnica. Entre 1971 e 1979, muitos clubes eram acrescidos ao Campeonato nacional por conta de acordos políticos regionais e partidários da ARENA.

Para 1980, as expectativas quanto ao futebol brasileiro eram baseadas na crença de que a CBF se dedicaria à reformulação da competição nacional. *Placar* resume bem suas esperanças destacando que o ano de 1980 deveria ser “o início dos tempos que há tanto toda a torcida brasileira, sofrida, cansada, sobretudo forte, precisa e merece viver” (Revista *Placar*, 28 de dezembro de 1979, p. 6).

### **3.1.2 A política e o humor nas páginas de *Placar*: a anistia e a ameaça dos helenos**

A revista esportiva *Placar* caracterizou-se pela gradativa incorporação de um discurso político mais intenso ao longo da década de 1970. A revista era integrada por seções importantes como ‘Intervalo’ e ‘Camisa 12’, com as cartas dos leitores; ‘Opinião de *Placar*’, de responsabilidade de Juca Kfoury e de Celso Kinjô; o ‘Editorial’ de responsabilidade do homônimo Capu; ‘Por detrás do pano’ e ‘Sem-pulo’, com assinaturas diversas; e a seção nomeada de ‘João Saldanha’, do próprio Saldanha.

Durante a primeira metade da década de 1970 não era nítido o posicionamento crítico da revista *Placar* quanto à relação entre futebol e política. Menções claras ao regime foram mais comuns após 1979, quando questões como democracia, voto, liberdade e anistia eram mais debatidas e ansiadas pela sociedade. As cômicas charges do personagem ‘Baiano Conselheiro’, de autoria de Laerte Coutinho, evocavam assuntos da política nacional que estavam em voga. Na figura 4 observa-se um diálogo entre ‘Baiano Conselheiro’ e ‘Cláudio Coutinho’, alusão ao técnico Cláudio Coutinho, em que a personagem explicita que toda a torcida brasileira pode “torcer segura” com a “abertura em voga” e, principalmente, que o processo significa a possibilidade do diálogo.

Figura 4 - Diálogo entre ‘Baiano Conselheiro’ e ‘Cláudio Coutinho’, alusão ao técnico Cláudio Coutinho



Fonte: Revista Placar, 25 de maio de 1979, p. 55.

As charges de Laerte, publicadas por *Placar*, também retratavam a crise econômica e os altos índices de inflação. Na Figura 5 vemos o tratamento da questão de maneira humorada e, ao mesmo tempo, crítica, demonstrando que o aumento dos preços dos produtos alimentares básicos era imprevisível.

Figura 5 – Charge de Laerte, tratando de forma humorada as questões da crise econômica e dos altos índices de inflação



Fonte: Revista Placar, 6 de abril de 1979, p. 55.

As dificuldades econômicas eram um desafio a ser superado pelo governo Figueiredo, entre outros problemas políticos e sociais. Em discurso proferido em dezembro de 1979, alguns dias antes da Novembrada, Figueiredo assume ter a consciência de que desde o início de seu mandato superar a inflação era seu principal objetivo. E ainda complementa:

Sinto, nas manifestações de todos os segmentos da sociedade brasileira, a necessidade imperiosa de adotar medidas corajosas e urgentes, para

reordenar os rumos da economia nacional. Precisamos mobilizar o País para o esforço de recuperação. Precisamos mobilizar todas as vontades nacionais para vencer o inimigo destabilizador da ordem e da paz social- a inflação. (Biblioteca da Presidência da República, 7 de dezembro de 1979, p. 254).

Segundo Bresser Pereira e Nakano (1984), os índices de inflação passaram de 19,5%, no período entre 1967 e 1973, para 38,7%, no período entre 1974 e 1978. Essa alta na taxa de inflação comportou os impactos do primeiro choque internacional do petróleo. Mas, a partir de 1979, os índices inflacionários tornaram-se incontroláveis, de maneira que neste ano a taxa de inflação foi de 77,2% e, posteriormente, entre 1980 e 1982, atingiu o patamar de 100%.

Alguns fatores são explicativos para o aumento das taxas de inflação que resultaram em insatisfação popular e mostraram a incapacidade do Governo em coordenar a economia. Já no início de 1979 observa-se a pressão nos preços agrícolas, consequência das quedas nas safras de 1977 e 1979, que se refletia sobre o consumidor. Foi praticado o controle de preços para amenizar o problema resultante da insuficiente oferta de produtos para o abastecimento interno<sup>62</sup>.

Pereira e Nakano (1984) destacam que a oferta interna per capita de alimentos diminuiu 25% entre 1967 e 1979. Os autores também mostram que a posição do Governo, por meio de suas políticas econômicas, transformou a pressão inflacionária em inflação efetiva no segundo semestre de 1979. Assim, é possível afirmar que, no primeiro semestre daquele ano, houve relativo controle da inflação e dos índices de crescimento econômico, pautados no endividamento externo e interno.

Dois acontecimentos internacionais influenciaram profundamente a economia nacional em 1979: o segundo choque internacional do petróleo, reflexo da guerra entre Irã e Iraque, e o choque da taxa de juros, resultante da política monetária adotada pela Federal Reserve dos Estados Unidos da América.

---

<sup>62</sup> Para Pereira e Nakano (1984), o problema de abastecimento de produtos agrícolas dava-se pelo esgotamento relativo da fronteira agrícola e pelo processo, em andamento, de modernização das atividades agrícolas na região Centro-Sul do país. Logo, a modernização requeria investimentos elevados e, mesmo o aumento da produtividade, representava a elevação de custos ao consumidor final.

O Governo brasileiro, por meio do ministro Mário Henrique Simonsen, propôs uma reforma orçamentária para equilibrar e controlar os gastos do setor público. A proposta não é compreendida como eficaz e resulta na substituição de Simonsen por Delfim Netto no Ministério do Planejamento.

O novo ministro adotou a postura de acelerar a economia para reduzir a inflação. Pereira e Nakano (1984) destacam o conjunto de medidas assumidas como: liberação de crédito, expansão dos gastos do governo, tabelamento das taxas de juros, suspensão do tabelamento dos preços de gêneros alimentícios, controle dos preços de produtos industriais, reajuste dos preços dos derivados de petróleo e dos serviços públicos. Em suma, é adotada a inflação corretiva<sup>63</sup>.

Ainda em dezembro de 1979 é imposta a maxidesvalorização de 30% sobre o cruzeiro, que causou o aumento inflacionário de produtos importados e nacionais. Na tentativa de controlar esse processo, o Governo adotou o controle dos preços e a correção monetária e cambial. A tentativa do Governo foi falha e houve o aumento das importações em detrimento das exportações, gerando um déficit comercial de cerca de 3 bilhões de cruzeiros em 1980.

As dificuldades econômicas observadas em 1979, e agravadas no segundo semestre, afetavam a capacidade de consumo da população. Esse quadro geral foi motivador para as manifestações de insatisfação, reorganização dos movimentos estudantis e greves dos sindicatos de trabalhadores.

Os estudantes já haviam se rearticulado em 1977 e, no primeiro ano do governo Figueiredo, a manifestação ocorrida em Florianópolis, Santa Catarina, contestou a visita do presidente à capital e mostrou insatisfação com os preços dos combustíveis e dos alimentos. De acordo com Miguel (1995), estudantes e personalidades como o escritor Franklin Cascaes, demonstraram insatisfação com a visita programada de Figueiredo, enquanto que os “arenistas acalmaram seus colegas mais nervosos”, acreditando que “não iria acontecer nenhum problema, toda a visita fora programada nos seus mínimos detalhes” (MIGUEL, 1995, p. 9). Em 30 de novembro de 1979, em frente à sede do governo catarinense, um grupo entoou gritos de ordem, reclamando por mais alimentos e pelo fim definitivo da ditadura. O movimento recebeu o

---

<sup>63</sup> Em relação aos combustíveis, a gasolina sofreu reajuste de 58,1% e o óleo diesel 37,9%, em novembro de 1979. Esse aumento dos preços da energia importada causou um novo aumento inflacionário.

nome de ‘Novembrada’ e foi significativo entre as manifestações contrárias ao regime civil-militar.

Também no segundo semestre de 1979, a chamada ‘greve da meia-passagem’ articulou estudantes de São Luís, no Maranhão, contra o aumento das passagens de ônibus. Os manifestantes foram considerados subversivos e enfrentaram repressão policial, de maneira que houve um número significativo de presos, detidos e feridos<sup>64</sup>.

A importância dessas manifestações, bem como de outras posteriores, estava na demonstração de uma posição de questionamento ao governo e a política de abertura lenta, gradual e segura. Como afirma Napolitano (1998), o ano de 1979 foi definitivo para a abertura política.

Outra questão debatida por *Placar* foi a respeito da Lei de Anistia, que era discutida desde o anúncio da abertura política em 1974, mas que se prolongava. Nesse sentido, o futebol, o humor e a política fundiam-se pela causa da anistia e os estádios de futebol eram palco de manifestações que enalteciam essa demanda popular. Em março de 1979 a revista *Placar* destacava que “Quem pode dar anistia não perde tempo” e, mostrava formas interessantes que os torcedores encontravam para se manifestar:

Corinthians e São Bento jogam no Pacaembu. No meio da torcida Unidos da Barra Funda, abre-se uma faixa: ‘**Anistia ampla, geral e irrestrita**’. Os soldados correm para prender os responsáveis, mas foram aparvalhados quando um deles aponta para o canto inferior da faixa. Em letra miúda, está escrito: ‘**para sócios em débito**’. (Revista *Placar*, 23 de março de 1979, p. 23).

Esse é um exemplo legítimo de como o esporte foi capaz de discutir questões políticas de destaque nacional. O torcedor presente no estádio e o leitor da revista *Placar* eram capazes de inteirar-se sobre um debate político atual naquele momento e que emergia com força no governo Figueiredo, depois de ter sido discutido anteriormente sem um desfecho definitivo.

O embate sobre a fórmula final da lei de anistia culminou na lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, em que o artigo 1º definia que era:

---

<sup>64</sup> Para o debate ver: MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. **O que se passou em São Luís?** Representações sobre a greve da meia passagem de 1979. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Departamento de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2009.

[...] concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. (BRASIL, 1979.)

Observa-se que o meio para promover a lei de anistia foi a formulação de uma lei que, segundo Carvalho (2013), beneficiava os dois lados. A lei se estendia aos acusados de crimes contra a segurança nacional e, também, aos agentes de segurança que tinham atuado na repressão. Foi o meio encontrado para evitar que os militares fossem processados e condenados por atos de tortura, sequestro e assassinato, já que a intenção era promover a transição para a democracia como um desfecho planejado da ‘revolução de 1964’. Segundo Ridenti (2014), a anistia foi uma resposta institucional para as mobilizações da oposição que envolveu várias entidades como o Movimento Feminino pela Anistia de 1975 e os Comitês Brasileiros pela Anistia de 1978.

No mês seguinte, o jogador Paulo César<sup>65</sup>, que atuou no Grêmio em 1979, declarou “Também quero anistia”. Era uma referência ao seu desejo de voltar a jogar com o selecionado brasileiro e uma apropriação política sobre o debate em voga, como um meio de legitimar seu descontentamento e sua reivindicação. O texto de Divino Fonseca, da revista *Placar*, destacou uma mobilização nacional pró Paulo César:

---

<sup>65</sup> Paulo César Lima foi revelado como jogador pelo clube Botafogo do Rio de Janeiro no final da década de 1960. Em 1967 foi convocado pela primeira vez para a Seleção Brasileira e foi campeão carioca neste mesmo ano. Foi reserva da Seleção Brasileira em 1970. Entre 1972 e 1974 Paulo César jogou pelo clube Flamengo, também do Rio de Janeiro. Foi titular da Seleção Brasileira em 1974. Depois deste mundial foi contratado pelo Olympique de Marseille da França. Ao retornar ao Brasil, foi bicampeão carioca de 1975 e 1976 pelo Fluminense. Entre 1978 e 1979 atuou pelo Grêmio de Porto Alegre, depois jogou pelo Corinthians e Vasco da Gama e, novamente pelo clube porto-alegrense-do-sul, quando foi campeão da Copa Intercontinental de 1983.

Com seu brado, Paulo César talvez buscasse sensibilizar a CBD, desde seu exílio no Rio Grande do Sul. Seu grito ecoou pelos pampas e é difícil encontrar quem discorde de sua volta a Seleção. O movimento cresce, forma-se verdadeira frente ampla de jornalistas, jogadores e torcedores. (Revista Placar, 14 de setembro de 1979, p. 52).

Na sequência, a revista *Placar* apresenta uma composição com diversas posições a respeito do pedido de anistia de Paulo César. O secretário de Justiça do Rio Grande do Sul, Celestino Goulart, afirmou que “nada mais justo do que anistiar Paulo César”. O senador do MDB gaúcho, Pedro Simon, declarou que:

Dizem que o Paulo César está sendo punido por ter criticado o esquema militar da Seleção. Se é verdade, trata-se de um escândalo nacional. Acho que, em vez de punirem um jogador por suas críticas, os militares é que deveriam sair do mundo do futebol. Seria melhor para a imagem deles, que só perdem. (Revista Placar, 14 de setembro de 1979, p. 52).

Como contraponto à posição, o técnico Cláudio Coutinho tenta amenizar a polêmica questão colocando que o jogador Paulo César “sempre teve problemas”, em referências aos clubes onde o atleta atuou e que, no específico caso, não caberia termo anistia (Revista Placar, 14 de setembro de 1979, p. 52).

Outras posições são apresentadas como “É burrice não chama-lo”, “É bom? Ora, o resto não importa”, “Ele é indispensável” e “Ele merece uma chance”, declaradas por João Saldanha, Zico, Íbsen Pinheiro do MDB e Sócrates, respectivamente. Todas as posições concordam que a política ou o posicionamento político não devem interferir na prática do futebol (Revista Placar, 14 de setembro de 1979, p. 53).

Da mesma forma, o futebol não deveria ser pensado como uma plataforma para a promoção de partidos ou de políticos, forma que o Campeonato Brasileiro havia assumido claramente. Na penúltima edição de *Placar* de 1979, cinco páginas são dedicadas à história em quadrinhos intitulada *Os helenios contra o país do futebol*, uma referência crítica ao papel dos cartolas brasileiros no esporte nacional

que ironicamente eram chamados de ‘helenios’, alusão à Heleno Nunes. A Figura 6 ilustra parte importante da intenção crítica da história em quadrinhos de Placar: o Campeonato Brasileiro de clubes.

Figura 6 - Campeonato Brasileiro de clubes



Fonte: Revista Placar, 21 de dezembro de 1979, p. 42.

O restante do enredo da trama dos ‘helenios’ legitima o poder dos torcedores como salvadores do esporte nacional e afirma que “o futebol unido jamais será vencido” (Revista Placar, 21 de dezembro de 1979, p. 43).

Essas são algumas questões que aproximaram o humor, a política e o esporte nas páginas da revista *Placar* em 1979. Posteriormente, é possível observar o emprego de novos recursos para tornar a revista *Placar* o meio impresso esportivo mais popular do país.

### 3.1.3 A ‘Seleção da abertura’: rompimento lento e gradual

A derrota brasileira na Copa do Mundo de 1978 havia evidenciado que a reprodução da equipe campeã de 1970 não seria provável. O técnico Cláudio Coutinho permaneceu no cargo de comandante da Seleção Brasileira após o mundial de 1978 com o aval da Confederação Brasileira de Desportos e do presidente da entidade, almirante Heleno Nunes. É interessante ressaltar que o esforço da revista *Placar* em desqualificar a capacidade administrativa de Heleno Nunes na CBD não atingiu o técnico Coutinho, que atuou em importantes equipes nacionais e internacionais, além da Seleção Brasileira.<sup>66</sup> Para

<sup>66</sup> Cláudio Coutinho foi preparador físico da Seleção Brasileira em 1970 e supervisor físico da Seleção do Peru neste mesmo ano. Entre 1971 e 1973 foi

Sarmiento (2006, p. 144), a respeito de Cláudio Coutinho, “o título simbólico e a demonstração de subserviência a Heleno Nunes garantiram sua permanência no comando do selecionado”.

Em maio de 1979 Cláudio Coutinho cedeu uma entrevista a Marcelo Rezende da revista *Placar*. A entrevista foi intitulada de *As confissões de Cláudio Coutinho*. Descrito como o ex-capitão, o técnico, o homem e o pai, o texto mostra uma forma de humanizar Coutinho, que respondeu a algumas questões importantes. Quando perguntado sobre o ano de 1964, Coutinho foi enfático ao ressaltar que se manteve ao “lado da revolução”, reafirmando o discurso proferido pelos militares. O técnico também foi questionado sobre ser um torturador, respondendo que sua missão não era de torturar ninguém e que era apenas mestre de saltos. Marcelo Rezende também pediu que Coutinho falasse sobre a imprensa, e sua resposta foi de que a “imprensa deve ser livre, mas dentro dos limites que garantem a cada um ter sua apresentação pública verídica. Não fosse assim, a imprensa seria um super-poder”. [...] Na Seleção, eu aturo a imprensa”. (Revista Placar, 11 de maio de 1979, p. 17).

Perguntado sobre o presidente Figueiredo, Coutinho mostrou confiança ao defini-lo como sincero e afirmar “foi colega de turma de meu sogro (general de reserva, César Costa, físico nuclear). Pode ser mais popular do que já é, embora considere difícil ele superar a popularidade de JK ou de Médici” (Revista Placar, 11 de maio de 1979, p. 17). Sobre o processo de abertura política, o técnico da Seleção Brasileira e da equipe do Clube de Regatas do Flamengo reproduziu o discurso comum dos militares alegando que seu trabalho como técnico de futebol era “programado como tudo no Exército” e que depois de 15 anos o regime civil-militar estava na “linha certa” (Revista Placar, 11 de maio de 1979, p. 17).

A Seleção Brasileira havia iniciado a década de 1970 de maneira vitoriosa, e encerrava o período sem repetir a fórmula campeã. A

---

técnico do clube Vasco da Gama do Rio de Janeiro. Foi coordenador técnico da Seleção Brasileira em 1974 e, no ano seguinte, atuou como técnico da equipe do Botafogo, do Rio de Janeiro, e como preparador físico do clube Olympique de Marseille da França. Em 1976 trabalhou junto à Seleção Olímpica Brasileira. Entre 1976 e 1977 treinou a equipe do Flamengo do Rio de Janeiro. Entre 1977 e 1979 foi técnico da Seleção Brasileira, enquanto que também era o comandante do clube do Flamengo (1978-1980). Sua carreira começou na Escola de Cadetes e depois seguiu na Academia Militar, em Resende. Coutinho serviu em Itu, no estado de São Paulo, e, também, na Escola de Paraquedismo, no Rio de Janeiro.

Seleção de 1970 havia encerrado um ciclo iniciado nos mundiais anteriores, de 1958 e 1962, com jogadores talentosos que haviam promovido o futebol-arte do Brasil, com jogadores como Pelé e Garrincha e, havia cedido espaço para o futebol-força observado nas Copas de 1974, 1978 e 1982.

Entre 1979 e a Copa do Mundo de 1982, o Brasil disputou uma série de jogos amistosos e competições oficiais que almejavam formar a Seleção ideal. Em maio de 1979 o Brasil disputou um jogo amistoso contra a Seleção do Paraguai, no Rio de Janeiro, e a vitória brasileira de 6 a 0 inspirou João Saldanha a discutir sobre uma *Seleção permanente ou ideal*. Saldanha defendeu que formar uma equipe de futebol no Brasil não era tarefa fácil e alertou sobre a existência do que chamou de Seleção permanente, no sentido de contínuo, ininterrupto.

Outros três amistosos<sup>67</sup>, disputados entre maio e julho de 1979, talvez, tenham feito crer que a equipe que formava a Seleção Brasileira era a ideal para a única competição oficial que seria disputada naquele ano, a Copa América.

Nas quatro primeiras partidas<sup>68</sup> que a Seleção Brasileira disputou na Copa América, os resultados de vitórias irrisórias, empates e derrotas transformaram as perspectivas de Saldanha de uma equipe brasileira ideal na realidade de uma “Seleção de erros primários”, em que o cronista aponta para problemas de arbitragem, de formação da equipe brasileira e dos gramados dos estádios em que as partidas eram realizadas (Revista Placar, 24 de agosto de 1979, p. 44).

As duas últimas partidas do Brasil na Copa América foram contra o Paraguai. A primeira, realizada na cidade de Assunção, em 24 de outubro, resultou em uma derrota de 2 a 1, e o segundo jogo, disputado no Rio de Janeiro, terminou empatado em 2 a 2.

Foi o fim da era Cláudio Coutinho como técnico da Seleção Brasileira, pois não havia mais sustentação para o seu trabalho após o

---

<sup>67</sup> Em 31 de maio de 1979 a Seleção do Brasil venceu a do Uruguai por 5 a 1 em amistoso no Rio de Janeiro. Em 21 de junho de 1979, em amistoso disputado em São Paulo, a Seleção Brasileira venceu a equipe do AJAX da Holanda, por 5 a 0. E no dia 5 de junho de 1979 a Seleção Brasileira empatou em 1 a 1 com a Seleção Baiana (uma equipe mista brasileira).

<sup>68</sup> No dia 26 de julho de 1979 a Seleção Brasileira realizou sua estreia na Copa América com derrota para a Bolívia, em La Paz, por 2 a 1. No segundo jogo, o Brasil conseguiu uma vitória de 2 a 1 sobre a campeã, Argentina, na cidade do Rio de Janeiro. Em 16 de agosto, a Seleção Brasileira venceu a da Bolívia por 2 a 0, em um jogo realizado em São Paulo. E, no dia 23 de agosto de 1979, Brasil e Argentina empataram em 2 a 2, em jogo disputado em Buenos Aires.

desempenho brasileiro na Copa América. O substituto no cargo foi Telê Santana que, junto à nova CBF e a Giulite Coutinho, inaugurou um novo ciclo de preparação da Seleção nacional visando novas competições.

Mas a mudança, como tudo que envolve a política e interesses diversos, não foi de início um consenso. Cláudio Coutinho, apesar das derrotas à frente da equipe brasileira, não foi alvo de maiores críticas do jornalismo esportivo e, para muitos, deveria permanecer no cargo. A revista *Placar* reproduziu uma declaração do jogador Pelé sobre o assunto afirmando que “O Coutinho, devia ser mantido no cargo de técnico da Seleção. Para mim, ele é a pessoa mais preparada: é inteligente, tem diálogo, fala vários idiomas [...]” (Revista *Placar*, 1 de fevereiro de 1980, p. 40). Coutinho permaneceu nas páginas da revista *Placar*, como ainda era técnico da equipe do Flamengo, sem tornar-se alvo de maiores críticas, como geralmente ocorre aos treinadores da Seleção, após alguma eliminação ou perda de título. O ex-capitão Coutinho definiu-se para Marcelo Rezende:

Olha, vocês são muito espertos, observam tudo, mas até hoje ninguém conseguiu me decifrar direito. Todos fazem uma ideia completamente errada de mim. Sou um malandro erudito, que fala inglês. É isso: sou um malandro que fala inglês, francês e espanhol. Sou malandro criado nas bocas de praia de Copacabana, que jogava no Fla quando a favela da praia do Pinto ficava aqui do lado. Por ser malandro, li Sartre, Machado de Assis...E as pessoas não sacaram que apenas sou um malandro erudito e enrustido. Tá? (Revista *Placar*, 15 de maio de 1980, p. 41).

O erudito, como se auto definia, Cláudio Coutinho seguiu sua carreira na equipe do Flamengo, enquanto que o novo técnico da Seleção Brasileira, Telê Santana teria uma trajetória longa para se afirmar no cargo. Segundo Sarmento:

Telê, conhecido por montar equipes de toque de bola refinado, característico daquelas que seriam as verdadeiras tradições brasileiras no esporte, trouxe para o selecionado alguns jogadores preteridos nos tempos de Cláudio Coutinho e que

eram idolatrados pela maioria dos torcedores. (SARMENTO, 2006, p. 147).

No primeiro semestre de 1980, a Seleção Brasileira disputou seis jogos amistosos<sup>69</sup> em que Telê deveria formar uma boa equipe. A derrota brasileira para a Seleção da URSS resultou em um artigo repleto de menções políticas que de forma divertida já apontava para alguns questionamentos que Telê receberia sobre seu trabalho. Juca Kfourri em ‘Opinião de Placar’ explica:

Dizem que nós brasileiros temos o costume – bom? mau? – de brincar com nossos próprios fracassos e crises. A derrota para os soviéticos, domingo retrasado, foi prodigiosa nesse aspecto. Falou-se que a Seleção tem um doutor e dez doentes. Lembrou-se com saudades do tempo em que a sigla CCCP – escrita em alfabeto cirílico significava – Camaradas Cuidado com Pelé e houve ainda quem viesse na insistência em atacar pela esquerda uma homenagem aos visitantes, provando que pra nós a direita é uma opção superada. Se todo boato tem um fundo de verdade, brincando se diz coisas muito sérias. A Seleção não está doente, embora não tenha mais a saúde dos bons tempos do Rei. Telê, acolhido por quase todos como uma grande solução deixou de servir num passe de mágica? Está bem que o ufanismo e o eterno otimismo não levarão a nada [...] Mas falemos do abandono da extrema-direita. Estivesse eu escrevendo sobre política a saudaria entusiasmado. Como o assunto aqui é mais sério – trata-se do futebol, afinal -, não há como esconder uma profunda, e antiga, preocupação. É ocioso discutir a necessidade de especialistas na posição até porque eles não existem e, sabe-se, um problema sem solução deixa de sê-lo. Raciocínio tão óbvio, portanto, leva a nova obviedade:

---

<sup>69</sup> Data: 2 de abril de 1980, Brasil 7 x Seleção Brasileira de Novos 1, no Rio de Janeiro. Data: 1 de maio de 1980, Brasil 4 x Seleção Mineira 0, Taguatinga. Data: 8 de junho de 1980, Brasil 2 x México 0, Rio de Janeiro. Data: 15 de junho de 1980, Brasil 1 x URSS 2, Rio de Janeiro. Data: 24 de junho de 1980, Brasil 2 x Chile 1, Belo Horizonte. Data: 29 de junho de 1980, Brasil 1 x Polônia 1, São Paulo.

devemos fixar alguém – Sócrates, Isidoro, Zico, Reinaldo? – por ali. Telê sabe disso, acreditem. (Revista Placar, 27 de junho de 1980, p. 26).

Já o empate de 1 a 1 entre Brasil e Polônia resultou em um diagnóstico realizado por *Placar*, redigido por Sérgio A. Carvalho, em que ele destaca que a imagem da Seleção Brasileira era negativa e revelava uma decepção após a etapa de treinos comandados por Telê Santana (Revista Placar, 4 de julho de 1980, p. 4).

Juca Kfourri tratou de discutir a maneira como a torcida brasileira reagia aos resultados do selecionado brasileiro em ‘Opinião de Placar’. O jornalista explica que os torcedores brasileiros recebiam com vaias a Seleção, ainda que seu desejo verdadeiro fosse pela torcida incondicional que tornasse possível esquecer a inflação e “tudo que não vai bem”. E ainda complementa afirmando que o futebol da Seleção estava “chato e sem graça.” (Revista Placar, 4 de julho de 1980, p. 11).

Observa-se assim, que Telê Santana enfrentava a cobrança de uma torcida exigente e o questionamento da imprensa esportiva na montagem da equipe brasileira, como já adiantará Saldanha, ideal.

Nessa mesma edição de *Placar*, João Saldanha realizou um longo diagnóstico sobre a Seleção Brasileira. Muitas questões foram apontadas pelo cronista a respeito da “Seleção da indisciplina”, como a necessidade de uma equipe bem treinada e entrosada, disciplina tática e técnica e o fim da firula. Para Saldanha, o problema brasileiro, principalmente na partida contra a URSS, era a “mascará” e a “dose de rebolado”, já que para o cronista só havia uma verdade: “presepada dá sempre nisto: os que rebolam perdem o rebolado” (Revista Placar, 4 de julho de 1980, p. 28).

Para findar o primeiro semestre de comando de Telê Santana, *Placar* tratou de reiterar sua confiança no treinador. ‘Opinião de Placar’, de Juca Kfourri, tornou pública a posição da revista que declarou acreditar nos planos de Telê para a Seleção Brasileira. (Revista Placar, 11 de julho de 1980, p. 28).

Assim, a revista *Placar* assumia o papel de ceder o aval positivo ao trabalho de Telê Santana na Seleção Brasileira. *Placar* consolidava a cada edição seu papel de formadora de opinião sobre o futebol brasileiro, o que se observa claramente nas construções discursivas que realizou sobre Heleno Nunes, Giulite Coutinho, Cláudio Coutinho e Telê Santana.

No segundo semestre de 1980 outros quatro jogos amistosos encerraram o primeiro ano de Telê com vitórias em todas as partidas<sup>70</sup>. Ainda assim, a campanha brasileira não convencia a crítica esportiva e, após o jogo amistoso entre Brasil e Paraguai, *Placar* questionou o técnico Telê. Saldanha explicou:

E vai nossa Seleção aos trancos e barrancos. Um dos problemas mais sérios é o da descrença criada em torno das possibilidades do time. Paciência. Esta realidade existe em função das próprias atuações do time, que não foram muito animadoras. Menos esta última do Paraguai, quando Reinaldo entrou e resolveu o negócio. Mas é assim mesmo. Futebol só pode ser resolvido pelos jogadores. Mas lá de dentro um treinador pouco pode fazer. Uns 5%, se tanto. Fora de campo, entretanto, um treinador é decisivo porque ele é quem escolhe o time. Falo de treinadores independentes, é lógico. Treinadores que aceitam injunções de caráter regionalistas, clubista ou outras não são independentes e por isso não merecem comentários. Nada disto é fácil em nosso futebol porque, mesmo com três Copas do Mundo ganhas, ainda não atingimos maturidade. Estamos em desenvolvimento, como dizem uns. Ou somos subdesenvolvidos, como dizem outros. (Revista *Placar*, 31 de outubro de 1980, p. 30).

Desconstruir a imagem de um futebol brasileiro de interferência política era ainda um desafio. E Telê refutava as críticas quanto à escalação de sua equipe, declarando que simplesmente não chamaria aqueles que não quisessem participar da Seleção Brasileira. Saldanha, em resposta à posição de Telê, endossou a necessidade de resolver os problemas do futebol criados pelas entidades administrativas do esporte, e não por meio de ameaças aos jogadores (Revista *Placar*, 31 de outubro de 1980, p. 31).

---

<sup>70</sup> Data: 27 de agosto de 1980, Brasil 1 x Uruguai 0, em Fortaleza. Data: 25 de setembro de 1980, Brasil 2 x Paraguai 1, em Assunção. Data: 30 de outubro de 1980, Brasil 6 x Paraguai 0, na cidade de Goiânia. Data: 21 de dezembro de 1980, Brasil 2 x Suíça 0, em Cuiabá.

Após o término de um ano de trabalho à frente da Seleção Brasileira, Telê Santana liderou a equipe na disputa do Mundialito, em 1981. A Copa de Ouro dos Campeões Mundiais<sup>71</sup>, o Mundialito, foi organizada pela FIFA e realizada no Uruguai, entre dezembro de 1980 e janeiro de 1981. Sarmiento (2006) destaca que o Mundialito envolveu as principais Seleções favoritas ao título de 1982 e que representou para a CBF um teste da equipe que era pacientemente construída.

A Seleção Brasileira teve um desempenho aquém do esperado pela torcida, pela imprensa, pela CBF e pela crítica internacional. Na estreia, conseguiu um empate em 1 a 1 contra a Seleção Argentina, na cidade de Montevideo, em 4 de janeiro de 1981. Na segunda partida, no dia 7 de janeiro, o Brasil venceu a equipe da Alemanha Ocidental por 4 a 1, também em Montevideo, e no terceiro jogo, a Seleção Brasileira foi derrotada pelo Uruguai por 2 a 1, encerrando sua participação no dia 10 de janeiro. O Uruguai se sagrou campeão.

Logo, a revista *Placar* tratou de discutir a trajetória do Brasil na competição, a fim de detectar os seus defeitos e as suas qualidades, na ‘Opinião de Placar’, redigida por Juca Kfourie, ele convidou o leitor ao diálogo: “Pergunto ao leitor: melhor ter perdido esse jogo para o Uruguai ou aquele, na semifinal da Copa de 1970? [...] E que útil lição! Tivéssemos voltado campeões do Mundialito e todos os erros da Seleção seriam relegados”. E principalmente exacerbava o espírito de união que envolvia o grupo de Telê e as esperanças que não deveriam “destruir tudo por causa de um tropeço” (Revista Placar, 16 de janeiro de 1981, p. 9).

Assim, a posição de Telê Santana como técnico era assegurada por uma certeza de que o trabalho com a Seleção era bem realizado, apesar da derrota na final do Mundialito. A mensagem era de que o treinador tinha tempo e apoio para o preparo da equipe até o mundial de 1982.

E ainda mais relevante para o momento de transição política que o país vivia, a revista *Placar* intitulou a equipe de ‘Seleção da abertura’, e o jornalista Carlos Maranhão apresentou mensagens como “Acabou a rigidez. Hoje a ordem é jogar com alegria”, “Tristes anos: era proibido falar, ficar no quarto e conversar pelo telefone. Só não era proibido perder jogo” e “A pátria nunca esteve em jogo” (Revista Placar, 23 de janeiro de 1981, p. 56-57).

---

<sup>71</sup> A competição foi organizada em comemoração aos 50 anos da disputa da primeira Copa do Mundo, no Uruguai.

O intuito da narrativa foi comparar a Seleção Brasileira em tempos de ditadura mais severa com a Seleção que se apresentava no governo Figueiredo. Duas fotografias ilustram a primeira página da longa reportagem sobre a ‘Seleção da abertura’, título do texto, e mostra a imagem da ‘seriedade de 74’ ao lado da ‘desconcentração de 81’. De um lado observa-se o major Camerino, o capitão Cláudio Coutinho, Parreira, o tenente Carlesso e Chirol em conversa, aparentemente séria e, do outro lado, a Seleção de 1981, cantando e tocando instrumentos musicais. O texto ainda completou o significado das imagens:

O futebol brasileiro perdeu duas Copas com os seus jogadores despertando ao toque de alvorada e marchando unidos no cumprimento de regulamentos disciplinares. Pretende ganhar a próxima num clima de liberalização e estímulo à criatividade. (Revista *Placar*, 23 de janeiro de 1981, p. 54).

A narrativa descreve como os jogadores do selecionado nacional haviam passado o Ano Novo na concentração de Los Aromos, em Montevideo, livres para realizar suas escolhas quanto às bebidas que ingeriam e de maneira muito descontraída e animada (Revista *Placar*, 23 de janeiro de 1981, p. 55).

E a sequência do texto é uma longa comparação entre o tratamento dado à Seleção Brasileira nos mundiais de tempos de ditadura. Se em 1974 havia o “toque de alvorada” na concentração brasileira “vigiada por ferozes pastores”, analogia aos militares, a Seleção de 1981, acomodada em Los Aromos, dava liberdade aos atletas de que acordassem a qualquer hora, quando não tinham treino pela manhã. Na concentração para o mundial de 1978, em Mar del Plata, na Argentina, Toninho perguntava aos repórteres sobre como era a cidade, já que eram proibidos de sair. Segundo *Placar* “eram tempos muito duros, que puseram fim a uma tradição de décadas de liberalismo”. Ao falar da Seleção que disputou a Copa do Mundo de 1970, a revista cita os componentes da Comissão Técnica, Antônio do Passo, Admildo Chirol, Carlos Alberto Parreira, Zagalo, brigadeiro Jerônimo Bastos, major Roberto Guaranis e capitão Cláudio Coutinho, mas que não teriam sido responsáveis pelo título do tricampeonato. Para *Placar*, o motivo do título era outro, afinal, era a melhor Seleção de todos os tempos, simplesmente. A visão romântica sobre o selecionado de 1970

desejava impedir qualquer relação estabelecida entre ditadura militar e bom futebol (Revista *Placar*, 23 de janeiro de 1981, p. 56).

E a revista *Placar* continuava reiterando as consequências do título conquistado no auge do governo Médici:

Apesar da vitória – ou talvez por causa dela, numa interpretação errada de suas causas -, o endurecimento aumentou. Em 1973, durante uma malsucedida excursão à Europa, a chefia da delegação endossou o ‘Manifesto de Glasgow’, através do qual os jogadores anunciavam sua disposição de não mais dar entrevistas. A censura, presente no noticiário político e econômico, atingia também as páginas de esporte. (Revista *Placar*, 23 de janeiro de 1981, p. 56).

Para *Placar*, era nítido que os militares desejavam promover-se sobre o futebol, devido a suas posturas distintas. Quando o Brasil foi campeão do mundo em 1970, o mérito teria sido assumido pela Comissão Técnica, formada majoritariamente por militares e, em 1974 quando o selecionado foi derrotado, os responsabilizados foram os jogadores.

É muito interessante a revelação de que o tenente-coronel Cavalheiro havia criado para a Seleção de 1974 um regulamento com 28 proibições, entre as quais estava comentar assuntos internos da equipe, dos adversários ou dos países visitados, fazer propaganda comercial, falar por muito tempo no telefone e ficar no quarto fora dos horários de repouso. Por fim, Carlos Maranhão da equipe da revista *Placar*, destacou a conclusão do longo período em que futebol e ditadura estiveram constantemente fundindo-se e confundindo-se: “enfim, não deixa de ser, alentador constatar que a abertura, a criação da CBF e o relativo êxito da equipe no Mundialito contribuíram para sepultar tais equívocos” (Revista *Placar*, 23 de janeiro de 1981, p. 57).

A Seleção que se formava para o mundial de 1982, a Seleção da nova CBF, de Giulite Coutinho e do presidente Figueiredo, tentava romper com o passado militar e tomava a forma definitiva de “Seleção da abertura”, alcunha criada pelo principal meio impresso sobre esportes do país.

### 3.2 A NOVA CBF: O DESAFIO DA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPEONATOS DE CLUBES

A primeira edição de *Placar* de 1980 esboçou as expectativas de transformação do futebol brasileiro a partir de 1980 e da instalação definitiva da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Celso Kinjô, o responsável pela ‘Opinião de Placar’ de 11 de janeiro de 1980, destacou que aquele ano começava com esperança, já que Giulite Coutinho anunciaria um esboço do calendário brasileiro de futebol. Sua crença era de que os estádios pudessem voltar a lotar com bons jogos e sem regulamentos absurdos e, principalmente, que o esporte era “assunto da maior seriedade” não podendo ficar “nas mãos de gente incompetente ou oportunista” (Revista Placar, 11 de janeiro de 1980, p. 9).

Giulite Coutinho assumiu a CBF com o apoio da imprensa esportiva e do presidente Figueiredo, último presidente militar do regime. Logo, é imaginável que a administração de Coutinho não era totalmente livre de pressões políticas. A revista *Placar* não tardou em manifestar essa constatação por meio de uma seção intitulada ‘Linha direta’, de autoria de Aristélio Andrade:

-Presidente Giulite, bom dia!

- Bom dia.

- Tudo bem? Continua resistindo às pressões?

- Continuo, mas confesso que não é fácil. Além de exercer um cargo delicado, com grande influência política, há sempre o velho problema de dizer não a um amigo. Agora é que vejo como é fácil dizer sim.

- Quais os amigos que o senhor foi obrigado a contrariar?

- Olha, peço a você para não dizer nomes. Explico: já disse não a muitos amigos e, divulgar os nomes deles seria duplamente cruel. Não acha?

- Infelizmente, sou obrigado a concordar. Mas, só para matar nossa curiosidade de jornalista o senhor pode dar uma estatística dos cargos?

- Assim, de pronto, lembro-me de dois governadores, um ministro de Estado, uns dez deputados federais, oito senadores, prefeitos, deputados estaduais, industriais, amigos chegados e longínquos, perdi a conta.

- Tudo isso numa semana só? O senhor, então, não faz outra coisa senão dizer não?

- Não, meu filho. Às vezes, digo sim.  
(Revista Placar, 1 de fevereiro de 1980, p. 40).

O enredo repleto de humor e ironia evidencia como as relações entre futebol e política eram estreitas, apesar dos intensos debates anteriores sobre a necessidade de se desvincular o esporte da política.

Na mesma edição, Juca Kfoury, em ‘Opinião de Placar’, ao referir-se aos Jogos Olímpicos de 1980 e a relação entre esporte e política, afirmou que “definitivamente tem gente que não percebe a importância do esporte e busca invadir áreas que só os esportistas deveriam ocupar. Alguém poderá dizer que esta é uma colocação ingênua, utópica, fora de época” (Revista Placar, 1 de fevereiro de 1980, p. 17).

Mas os reflexos da política sobre o futebol não eram fora de época, principalmente na conjuntura do final dos anos de 1970 e início de 1980, de maneira que o ministro da Educação, Eduardo Portella, em entrevista exclusiva cedida à revista *Placar*, tratou de falar sobre o papel da abertura política no futebol. Alguns trechos da entrevista revelam a compreensão do ministro sobre o assunto:

- Com a CBF já instalada e funcionando, começamos a década de 80 com o futebol brasileiro em nova fase. Uma fase de reestruturação, de reorganização, de reconquista de sua verdadeira posição. [...]

-Desejamos que o futebol brasileiro seja agressivo, alegre, criativo. Isto é, que o futebol brasileiro reconquiste a sua qualidade perdida. Qualidade que fez o Brasil ganhar um tricampeonato mundial. Precisamos, urgentemente, superar os problemas que se acumularam ao longo dos últimos anos e devolver ao país aquele futebol alegria do povo, alegria que representa o próprio espírito do povo brasileiro. [...]

-Vivemos um histórico momento de reencontro com a qualidade e com os valores que integram o processo cultural brasileiro. Um desses valores é o futebol, manifestação autêntica da cultura nacional. E num país de 120 milhões de habitantes a festa do futebol deve ser ampla, geral e irrestrita. [...]. (Revista Placar, 1 de fevereiro de 1980, p. 45).

O futebol é novamente evocado como manifestação autêntica da identidade nacional e que deve acompanhar a trajetória histórica e política do país, de maneira que deveria gerar uma festa “ampla, geral e irrestrita”, condizente com a conjuntura de redemocratização.

Mas, apesar dos anseios, a nova entidade reguladora do esporte encontrou dificuldades para encontrar a fórmula ideal para o Campeonato de Clubes. Já no início da gestão de Giulite Coutinho, alguns clubes repreenderam os critérios utilizados para a distribuição dos clubes entre a Taça de Prata e a Taça de Ouro.

A Taça de Prata<sup>72</sup> somou 64 clubes e foi disputada entre 24 de fevereiro e 18 de maio de 1980, enquanto que a Taça de Ouro<sup>73</sup> contabilizou 40 clubes e aconteceu entre 23 de fevereiro e primeiro de junho de 1980, em três fases. A revista *Placar* destacou a insatisfação de alguns clubes com a distribuição das equipes nas Taças de Prata e Ouro. O presidente do Cruzeiro declarou que a fórmula não era ideal ainda que melhor que a antiga. O Flamengo do Piauí teria festejado com champanhe e o diretor do América-MG mostrou indignação com o presidente Giulite Coutinho: “Como esse Giulite pode desconhecer a tradição do América? É a política!” e o presidente José Moura Neto, do

---

<sup>72</sup> A Taça de Prata foi constituída por uma fase preliminar em que os 64 clubes foram divididos em 8 grupos. Os 8 vencedores de cada chave foram agrupados em duplas que enfrentaram-se. Os quatro vencedores foram classificados para as semifinais da Taça de Ouro. Os 20 melhores times não classificados para a Taça de Ouro disputaram o título da Taça de Prata. Oito séries formavam a Taça de Prata: A (Maranhão, Piauí, Amazonas e Pará), B (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará), D (Brasília, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), F (São Paulo e Rio de Janeiro), G (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo) e H (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A Taça de Prata corresponde, com suas diferenças, à atual Série B do Campeonato Brasileiro.

<sup>73</sup> A Taça de Ouro foi formada por 40 clubes. Na fase preliminar, estes clubes foram divididos em quatro grupos e os sete primeiros colocados de cada grupo passaram a fase semifinal, além dos quatro vencedores da fase preliminar da Taça de Prata. Esses 32 clubes foram novamente divididos em oito grupos que jogaram dois turnos que classificaram os 16 finalistas da Taça. A fase final foi formada por 3 etapas. Na primeira etapa, os 16 clubes foram divididos em 4 grupos que classificaram os primeiros colocados de cada. Na segunda fase final, os 4 classificados foram divididos em dois grupos e, na última etapa, os vencedores realizaram dois jogos. A Taça de Ouro corresponde a atual Série A do Campeonato Brasileiro de Clubes.

Sport, declarou que “Pernambuco tem três grandes times, mas a CBF quer mudar a realidade” (Revista Placar, 1 de fevereiro de 1980, p. 48).

Outros clubes satisfeitos com a proposta da CBF declaram acreditar que o modelo de 1981 seria ainda melhor. Rubens Ovalle, presidente do Santos, afirmou que a fórmula do campeonato era ideal. Antônio Galvão, presidente do São Paulo, declarou que a CBF realizava um passo importante, e o presidente do Guarani, Antônio Tavares Jr., acreditava que o campeonato permitiria um aumento do número de expectadores nos jogos (Revista Placar, de fevereiro de 1980, p. 48).

Juca Kfoury também fez uma declaração em nome da revista *Placar* sobre as novidades anunciadas pela CBF para o Campeonato:

Na verdade, há anos lutamos por um Brasileiro mais racional e começamos a ver o resultado disso agora. Nosso esforço em bem informar e também em influir vai sendo recompensado – e isso é alentador. Como já dissemos, a nova fórmula ainda não é ideal, o regulamento permanece complexo, difícil para o torcedor, mas seguramente, o progresso é óbvio. (Revista Placar, 1 de fevereiro de 1980, p. 48).

Assim, a revista *Placar* assume que “informar” e “influir” são seus objetivos. E como se observou no processo de transição da CBD para a CBF e na escolha de Giulite Coutinho para presidência da entidade especializada em futebol, *Placar* informa, influência e forma opinião.

As mudanças gestadas pela CBF para o campeonato brasileiro de clubes provocaram significativas alterações na competição. A popularidade do Campeonato Brasileiro de Clubes mobilizava imprensa e torcedores em torno das discussões acerca das partidas, dos clubes e dos jogadores. A edição do torneio de 1981, entre 17 de janeiro e 3 de maio, contou com uma alteração em seu regulamento em relação aos critérios para participação na Taça de Ouro. Assim, os resultados dos campeonatos estaduais eram considerados para classificação dos clubes para o Campeonato Brasileiro, de forma que o certame de 1981 contou com os seis primeiros colocados do campeonato paulista, os 5 melhores clubes do campeonato carioca, os campeões e vice-campeões dos estados de Goiás, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e Minas Gerais, o campeão e vice-campeão da Taça de Prata de 1980 e os campeões dos demais estados. Para a segunda fase da competição,

eram acrescidos os quatro melhores colocados da primeira etapa da Taça de Prata<sup>74</sup>.

O campeão e o vice-campeão do Campeonato Brasileiro de 1981 foram o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, do estado do Rio Grande do Sul, e o São Paulo F.C, do estado de São Paulo. Apesar das alterações nos critérios de classificação para a competição e da diminuição do número de clubes participantes, o campeonato ainda apresentava problemas em relação à quantidade de jogos em um curto período de tempo, foram 306 jogos na edição de 1981<sup>75</sup>. Na seção ‘Abrindo o jogo’, de 8 de maio de 1981, o escritor Luís Fernando Veríssimo publicou o texto *Entre mortos e feridos, é preciso mudar tudo*, em que teceu críticas ao modelo adotado para o Campeonato Brasileiro:

O Campeonato Brasileiro de Futebol parece um drama elisabetano sem os versos: é longo, tem figurantes demais e quase sempre acaba mal. [...] No Campeonato Brasileiro, entre mortos, feridos, desmoralizados e ressentidos, sobra só convicção de que no ano que vem é preciso mudar tudo. [...] Nós, brasileiros, somos passionais, mas entre as nossas paixões está o método. Temos a vocação do caos, mas o caos organizado. Queremos método na nossa loucura e é claro que acabamos com um método muito louco, como essa fórmula de Campeonato Nacional. Se fosse ser friamente racional a CBF instalaria, amanhã, o darwinismo social no futebol brasileiro: a sobrevivência

---

<sup>74</sup> O Campeonato Brasileiro de Clubes de 1981 contou com 44 participantes. Na primeira fase foram formados 4 grupos com 10 clubes cada. Em disputa de turno único foram classificados os sete primeiros colocados de cada grupo. Na segunda fase do torneio os 28 clubes classificados mais os 4 primeiros colocados da Taça de Prata que foram Palmeiras, Náutico, Bahia e Uberaba, foram organizados em 8 grupos com 4 clubes cada. Em disputa de turno e retorno foram classificados os 2 melhores de cada grupo. Na fase final, com jogos de oitava-de-final, quarta-de-final, semifinais e finais, o certame contou com jogos eliminatórios de ida e volta.

<sup>75</sup> É importante destacar que a má campanha do Sport Club Corinthians Paulista no Campeonato Brasileiro de 1981 incentivou o movimento conhecido como “Democracia Corinthiana”. Jogadores como Sócrates, CasaGrande, Wladimir e Zenon defendiam a autogestão do clube. Para o debate ver: FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses:** futebol, cultura, sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

apenas dos mais fortes, dos 20 e poucos clubes brasileiros capazes de sustentar um sistema profissional estritamente profissional. (Revista *Placar*, 8 de maio de 1981, p. 30-31).

É possível perceber que o modelo aplicado para o Campeonato Brasileiro de Clubes ainda suscitava críticas que visavam o aperfeiçoamento da competição. É claro que a diferença entre o torneio de 1979, com a participação de 94 clubes, e a edição de 1981, com 44 equipes, já elucidava as mudanças realizadas pela CBF e pela gestão de Giulite Coutinho. A revista *Placar*, que sempre se apresentou como um meio de reivindicação de um campeonato brasileiro mais equilibrado em sua fórmula, permanecia como um observador das alterações realizadas e como um permanente proponente de novas mudanças necessárias. Apesar das propostas de mudanças para o Campeonato Brasileiro, a edição seguinte, de 1982, utilizou os mesmos critérios para classificação dos times participantes, ou seja, 44 equipes disputaram a Taça de Ouro<sup>76</sup>.

A revista *Placar* sempre buscava inovar na cobertura sobre o futebol, e o Campeonato de Clubes era estrategicamente importante, já que mobilizava muitas torcidas e um número expressivo de leitores consumidores. Os grupos formados para as disputas de fase do certame nacional ofereciam ao público jogos interessantes, e quando estes clubes eram tradicionais, as expectativas eram maiores. Logo, a revista *Placar* buscava explorar a repercussão de alguns jogos entre os torcedores, como no caso do grupo L da Taça de Ouro de 1982, que contou com Atlético Mineiro, Corinthians, Internacional e Flamengo. Para retratar os anseios com as partidas que estas equipes realizariam, a revista *Placar* escalou alguns torcedores e apresentou a reportagem pela chamada:

---

<sup>76</sup> A fórmula de disputa do Campeonato Brasileiro de 1982 contou com uma primeira fase em que 40 clubes foram organizados em 8 grupos de 5 clubes cada. Em jogos de ida e volta, foram classificados os 3 primeiros colocados de cada grupo e o quarto colocado disputava uma fase de repescagem. Nesta fase, clubes que alcançaram a quarta colocação na fase anterior disputaram 4 vagas para a segunda fase da Taça de Ouro. Assim, participaram da segunda fase da competição os 24 clubes classificados na primeira fase, as 4 melhores equipes da repescagem e os 4 primeiros colocados da Taça de Prata. Estes foram divididos em 8 grupos e, após jogos de turno e retorno, os 2 primeiros colocados de cada grupo eram classificados para a fase final. E na fase final, com jogos de oitavas-de-final, quartas-de-final, semifinais e finais, foi adotado um sistema eliminatório com jogos de ida e volta.

“Não há padre, não há bispo, não há cristão, não há ninguém que fique alheio à comoção despertada pelas 4 gigantes. Basta ter coração e sentimentos”. Tomar o depoimento de pessoas ligadas à Igreja para que revelassem suas expectativas quanto ao desempenho de seus clubes elevava o futebol à categoria de religião, ao mesmo tempo em que tornava a Igreja mais popular ao revelar que seus membros acompanham o esporte mais popular do país. É muito simbólico tratar de futebol por meio do depoimento de membros da Igreja Católica, como o bispo D. Serafim Fernandes, de Belo Horizonte, o cardeal Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, o padre Guerra, do Rio de Janeiro, e o arcebispo D. Claudio Colling, do Rio Grande do Sul. O tratamento conferido ao futebol como um meio religioso é visível:

As quatro grandes nações do futebol brasileiro declararam guerra, e as primeiras batalhas já feridas não definem ainda seu epílogo. Está em cena, afinal, um componente cuja influência é rigorosamente imprevisível, ou seja, a mágica religiosidade das massas de apoio [...]. (Revista Placar, 5 de março de 1982, p. 4).

A importância delegada ao poder das massas torcedoras como um ingrediente fundamental para a vitória de um clube ou de outro revela como a reportagem de *Placar* objetivava envolver seus leitores por meio da fé e da crença. Como destaca Franco Júnior (2007), se o futebol é comparado à religião é natural que a imprensa trate de seus personagens como divindades.

A disposição das fotografias dos representantes da Igreja empunhando com orgulho as camisas de seus times e as suas declarações sobre as expectativas com essas equipes, com amostras sobre o seu real entendimento sobre o futebol, tornava as partidas do grupo L da Taça de Ouro de 1982 verdadeiras “batalhas heroicas” do “povo contra o povo” (Revista Placar, 5 de março de 1982, p. 5).

O vitorioso Clube de Regatas do Flamengo, do grupo L, foi o campeão brasileiro de 1982, sugerindo que a fé na vitória pode se concretizar em realidade. O vice-campeão foi o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, campeão da edição anterior. O Campeonato Brasileiro de Futebol tomava forma por meio da nova CBF e essa, talvez, tenha sido sua principal contribuição histórica com o esporte nacional.

### 3.2.1 Brasil rumo a Espanha: Eliminatórias de 1982

*Brasil Rumo a Espanha* foi o título explorado pela revista *Placar* para tratar da trajetória do selecionado brasileiro para disputa da Copa do Mundo de 1982. Os jogos eliminatórios para a classificação das Seleções que participariam do mundial da Espanha aconteceram durante o ano de 1981 e contaram com jogos de ida e volta. A Seleção Brasileira disputou sua primeira partida eliminatória contra a Seleção da Venezuela em 8 de fevereiro de 1981, na cidade de Caracas, vencendo por 1 a 0. *Placar* estampou em capa, na edição de 13 de fevereiro, que “A Espanha está mais perto” e Saldanha tratou de analisar as dificuldades da partida seguinte, contra a Seleção da Bolívia. Com o título *Jogo duro é contra os glóbulos vermelhos*, o autor destacou as condições físicas exigidas para um jogo realizado em altitude acima de 2 mil metros e, também, a significativa melhora da qualidade da Seleção boliviana, colocando que “A Bolívia é nosso segundo adversário nas eliminatórias e não é fácil. [...] O futebol boliviano, com os seus problemas de altitude, tem melhorado bastante em relação ao passado” (Revista *Placar*, 13 de fevereiro de 1981, p. 34-35).

Como parte da preparação da Seleção Brasileira para o mundial de 1982, foram intercalados jogos eliminatórios e amistosos para testar os jogadores e o técnico Telê Santana. Assim, entre os dois primeiros jogos eliminatórios para a Copa do Mundo de 1982, o Brasil disputou um amistoso em Quito contra a Seleção do Equador. A vitória brasileira por 6 a 0 foi um dos assuntos de Juca Kfourri na coluna ‘Opinião de *Placar*’, que tratou de exaltar a importância da vitória brasileira no amistoso:

No caminho certo também vai seguindo a Seleção de Telê. Que ninguém venha com o surrado argumento de que os equatorianos não são de nada. Não são mesmo, e por isso levaram seis gols, como é preciso enfiar em todos os times da América do Sul, exceção feita do Uruguai, Paraguai e, é óbvio, Argentina. Foi com goleadas assim que adquirimos o respeito do mundo e é muito saudável revivê-las nas alturas do mar. (Revista *Placar*, 20 de fevereiro de 1981, p. 9).

Apesar das vitórias brasileiras nessas partidas contras as Seleções da Venezuela e do Equador, a formação da equipe do Brasil sugeria alguns problemas de ordem política. A manutenção de atletas em

posições ou em partidas para agradecer federações foi o assunto do texto de Marcelo Rezende na edição de *Placar* do dia 20 de fevereiro de 1981, às vésperas do segundo jogo do Brasil nas eliminatórias, chamado *Seleção: falta diálogo dentro e fora de campo*:

Há uma coisa que não entendo nesta nossa Seleção: a teimosia, a cabeça-dura de manter o Batista ali paradinho, plantado a proteger os zagueiros (proteger do quê?). Parece a história do sujeito que faz sinal para o ônibus fora do ponto não pega e ainda xinga o motorista. É o caso do Batista. O que está fazendo ali? Qual a sua contribuição? Se a única coisa que sabe fazer é defender- e isso até que ele faz bem- por que escalá-lo contra as fracas Venezuela e Bolívia, que não arriscam o ataque. [...] Batista, na frente, parece falar um desses dialetos africanos que meia dúzia de missionários entende e não conta pra ninguém. E a culpa não é dele. É da tal Comissão Técnica e seu método politiqueiro. A regra do jogo é simples: um do time famoso do governador, outro do grão-fino do Rio de Janeiro, uma para contentar Minas Gerais. E como é que fica o ‘grandão’ lá do Sul se o Batista, por uma conveniência tática mais lógica que dirigir de olho aberto, sair do time por uns tempos? Dá gritaria. (Revista *Placar*, 20 de fevereiro de 1981, p. 34-35).

Batista era jogador do Sport Club Internacional, do estado do Rio Grande do Sul, e as referências à influência política na escalação da Seleção Brasileira podem ser interpretados como um modo de demonstrar a tensão existente entre os atletas convocados, as federações de futebol e os presidentes destas instituições. Romper com os vínculos entre política e futebol ainda era tarefa difícil. Dos jogadores convocados para as partidas do Brasil com a Venezuela e o Equador, nove eram de clubes do estado de São Paulo, cinco de equipes do Rio de Janeiro, quatro de clubes de Minas Gerais e dois de clubes do Rio Grande do Sul<sup>77</sup>. Das federações desses estados, o presidente da CBF,

---

<sup>77</sup> Foram convocados os jogadores Waldir Peres, Oscar, Zé Sérgio, Serginho e Renato, do São Paulo; Pedrinho do Palmeiras, Sócrates, do Corinthians; Marolla e Pita, do Santos; Edevaldo e Edinho, do Fluminense; Junior, Zico e Tita, do

Giulite Coutinho, recebia apoio de Otávio Pinto Guimarães, do Rio de Janeiro, e de Nabi Abi Chedid, de São Paulo. O presidente da Federação de Minas Gerais, Alcy Alvares Nogueira, declarava-se neutro à Coutinho, e Rubem Freire Hoffmeister, da Federação gaúcha, declarava-se contra Giulite.

Para Rezende, os problemas da Seleção Brasileira eram oriundos da década de 1970, quando ocorreram as primeiras intervenções militares no selecionado. O autor passa a descrever as fases da Seleção Brasileira entre as décadas de 1970 e 1980, destacando a necessidade de Telê impor-se:

Agora, uma pergunta: Cerezo conversou com Telê sobre esta má disposição tática? Zico disse alguma coisa? Claro que não. E aí está outro sério, grave problema que enfrenta nosso futebol: a falta de personalidade da nossa Seleção. [...] Essa falta de decisão do grupo para o diálogo com o chefe é um mal que vem se tornando crônico no nosso futebol. Seus primeiros dias de vida foram em 70, com a entrada de membros na Comissão Técnica com a mania de quartel. Naquela Seleção não pegou por motivos simples: quem ia dar ordem ao Pelé, ao Gérson, ao Carlos Alberto, na base do “é isso e estamos conversados”? Era uma geração privilegiada, de muitos craques por metro quadrado. Mas ali foi o balão de ensaio e a vitória de 70 acabou capitalizada para a estrutura, para o comando. Danou-se de vez. Passaram a dar tanta ordem, ter tanto esquema de convivência em grupo que os jogadores perderam a naturalidade, a desinibição. Claro, os poucos que falaram foram cortados como ‘exemplo de mau comportamento’. Entramos na era do ‘papo estudado’, de pouca franqueza, do medo de ‘se eu sugerir tal coisa posso ser mal interpretado’. É isso que Telê, com toda a sua teimosia, deveria trazer como grande contribuição para o nosso futebol. Não vai ensinar Zico a jogar, a chutar, mas bem que poderia fazer com que todos ‘jogassem aberto’, discutissem os problemas entre eles. Aí, garanto que alguém já teria dito: ‘Deixa o Batista para depois’. E o Brasil

---

Flamengo; Luizinho, Toninho Cerezo, Reinaldo e Éder, do Atlético Mineiro; e Batista e Paulo Isidoro, do Rio Grande do Sul.

aumentaria suas possibilidades de ser campeão. (Revista Placar, 20 de fevereiro de 1981, p. 34-35).

A Seleção campeã de 1970 é descrita como exemplo de qualidade que dispensava preocupação com a presença militar, já que o talento parecia sobrepor-se à “mania de quartel”. Já a Seleção de Telê precisava investir na franqueza e no diálogo para contribuir com o futebol nacional, já que não contava com a qualidade de Pelé, Carlos Alberto ou Gérson.

Porém, as opiniões sobre a postura de Telê Santana eram diversas e contempladas pela revista *Placar*, permitindo ao leitor que seu julgamento quanto ao trabalho de Telê fosse construído por meio das leituras diferentes sobre o técnico. Na edição de 27 de fevereiro de 1981, *Placar* estreia uma nova seção na revista intitulada ‘Abrindo o jogo’, que propunha a participação de autores diferentes a cada semana. No primeiro ‘Abrindo o jogo’, Osmar Santos, da Rádio Globo de São Paulo, destacou suas impressões sobre o trabalho de Telê e mostrou uma posição diferente da de Marcelo Rezende na edição anterior da revista. Santos destacou:

Simple: nunca nos últimos anos, um técnico da Seleção teve tanta capacidade de afastar os dirigentes de seu trabalho quanto Telê; nunca esses mesmos dirigentes estiveram tão afastados do noticiário quanto nesta época de Telê; e, finalmente, nunca a própria imprensa deixou de ter suas preferências escaladas quanto nesta era chamada Telê Santana. (Revista Placar, 27 de fevereiro de 1981, p. 30).

Ainda sobre possíveis interferências externas no comando da Seleção Brasileira, Osmar Santos destacou a declaração de Telê em La Paz, quando acompanhava uma partida entre Bolívia e Venezuela, em que o técnico, ao responder sobre as dificuldades de renovação do contrato com a CBF, teria desabafado que “Na hora de contratar, todo dirigente promete carta branca. Depois, na hora de cumprir, tudo muda.” (Revista Placar, 27 de fevereiro de 1981, p. 30).

Osmar Santos destacou algumas opções de Telê que considerava imposição por teimosia como, por exemplo, a não convocação do goleiro Leão para a Seleção. Ainda assim, Telê confirmava-se como a melhor opção para o cargo e sua situação foi comparada à do presidente

do Brasil, quando Osmar Santos coloca que “parodiando um certo político da oposição, ao definir a presença de Figueiredo no governo, a grande verdade do nosso futebol é esta: se está ruim com Telê, vai ficar pior sem ele” (Revista Placar, 27 de fevereiro de 1981, p. 31).

A Seleção Brasileira garantiu sua classificação para a Copa do Mundo de 1982 com duas vitórias sobre a Seleção da Bolívia<sup>78</sup>. Juca Kfourri em ‘Opinião de Placar’, em 27 de fevereiro de 1981, destacou e reforçou um costume de constante insatisfação com a Seleção Brasileira. Mesmo com vitórias nas partidas eliminatórias, Kfourri colocou que não havia sido a “goleada que todos queriam”. (Revista Placar, 27 de fevereiro de 1981, p. 9).

Com a última vitória brasileira e o encerramento das partidas eliminatórias, em março de 1981, com um placar de 5 a 0 sobre a Seleção da Venezuela, a questão central da imprensa esportiva foi a renovação do contrato do técnico Telê Santana na CBF. O trabalho do técnico, com campanha semelhante à de João Saldanha em 1969, tornou-o popular e a sua manutenção no comando da Seleção um desejo popular.

*O povão te quer, Telê!* foi o título de uma reportagem assinada por Carlos Maranhão que retratava a atmosfera de expectativas após a partida entre Brasil e Venezuela:

Apesar das naturais comemorações, porém, não foi bem isso o que aconteceu no apertado e calorento vestiário do estádio Serra Dourada, em Goiânia. [...] falava-se da preocupação central que tomou conta dos jogadores, da Comissão Técnica, dos dirigentes da CBF, dos jornalistas e dos torcedores: a difícil, enigmática reforma do contrato do treinador Telê Santana. (Revista Placar, 3 de abril de 1981, p. 4).

Na semana seguinte, o contrato do técnico da Seleção Brasileira foi acordado com a CBF e Telê cedeu uma primeira entrevista exclusiva aos repórteres Carlos Maranhão e Marcelo Rezende da revista *Placar*. Telê Santana foi questionado quanto à preparação da equipe para a Copa do Mundo de 1982, sobre a convocação dos atletas e sobre o trato com os atletas.

---

<sup>78</sup> Brasil 2 x Bolívia 1 em, La Paz, no dia 22 de fevereiro de 1981. Brasil 3 x Bolívia 1, no Rio de Janeiro, em 22 de março de 1981.

Após o Brasil classificar-se para o mundial da Espanha e a CBF renovar o contrato com o técnico Telê Santana até o fim do ano de 1982, a estratégia da entidade máxima do futebol brasileiro foi de realizar um trabalho de relações públicas. A iniciativa da CBF mostra a importância da Copa do Mundo para a consagração do trabalho da instituição criada no final da década de 1970. A ideia da CBF era realizar “um profundo trabalho de relações públicas junto ao público espanhol” visando que a Seleção fosse “bem recebida pela torcida local” (Revista Placar, 1 de maio de 1981, p. 52).

O início do trabalho da CBF com relações públicas ocorreu após partida realizada entre Brasil e Espanha na cidade de Salvador. Alinhada de *Operação Espanha*, a intenção da CBF era de garantir o apoio da torcida espanhola à Seleção Brasileira:

Se a Seleção Brasileira chegar à final da Copa de 82 - para decidir o título com qualquer outro adversário que não seja a anfitriã Espanha, provavelmente terá a incentivá-la uma torcida tão grande quanto a que teve no México, em 70. Mais do que expressar um desejo da CBF, esta previsão pretende antecipar o coroamento de uma bem estudada estratégia [...] O desembarque da delegação no aeroporto Dois de Julho transformou-se numa festa, animada pela presença de 16 garotas espanholas vestidas a caráter e mais 16 mulatas baianas. Presentados com colares coloridos e fitinhas do Senhor do Bonfim, os espanhóis assistiram a um show de danças regionais ao som de um conjunto de gaiteiros. [...] A Seleção Brasileira não chegou ao extremo de perder a partida para agradar a tão ilustres adversários, mas a estratégia da CBF continua. (Revista Placar, 17 de julho de 1981, p. 17).

Na segunda etapa de estratégias da CBF para angariar torcedores para a Seleção Brasileira no mundial de 1982, foram exibidos filmes sobre o futebol brasileiro nos cinemas da Espanha, principalmente sobre a Copa do Mundo de 1970. Também foram programadas exposições de artistas brasileiros, desfiles de escolas de samba e distribuição de material promocional da Seleção Brasileira.

Para contemplar os preparativos para o mundial de 1982 na Espanha, o selecionado brasileiro finalizou o ano de 1981 com uma

série de jogos amistosos que visavam testar os jogadores e o entrosamento da equipe<sup>79</sup>.

### 3.3 PLACAR SE INVENTA E REINVENTA: PRIMEIRO CENSO DO FUTEBOL BRASILEIRO

A revista *Placar* buscava maneiras de demonstrar sua importância como a principal mídia esportiva impressa brasileira. A apresentação do “1º Censo do Futebol Brasileiro” é feita por Juca Kfourri na seção ‘Opinião Placar’, e é descrito como um trabalho da equipe da revista que pretendeu demonstrar à CBF que o censo era possível. Kfourri destacou que durante dois meses Placar mobilizou “sua rede de informações” com intuito de prestar um “serviço ao esporte brasileiro” (Revista Placar, 17 de outubro de 1980, p. 9).

A edição de Placar sobre o “1º Censo do Futebol Brasileiro” destacou que a realização do levantamento de dados sobre os profissionais do futebol era feito pela revista porque as entidades desportivas brasileiras acreditavam que o trabalho não era possível:

Quantos jogadores profissionais tem o futebol brasileiro? Há alguns anos, a antiga CBD arriscava um palpite: existiriam quem sabe uns 4 mil. Em 1978, a FIFA publicou em um dos seus anuários que eles seriam 16300, de acordo com os dados que lhe foram enviados pela mesma ex-CBD. Recentemente enfim, Placar ligou para a atual CBF e repetiu a pergunta. “Estão loucos?”, indagaram no Departamento de Futebol. “É impossível saber isso”, desconversaram no Departamento de Registros. Pois a CBF que tome nota: 7892 jogadores profissionais. Isto é, o dobro ou a metade do que ela andou imaginando em épocas diferentes. Uma loucura impossível? Em absoluto. Trata-se apenas de um dos resultados colhidos pelo 1º Censo do Futebol Profissional Brasileiro, um trabalho inédito realizado nos últimos dois meses pela equipe de Placar. O

---

<sup>79</sup> Data: 12 de maio de 1981, Brasil 1 x Inglaterra 0. Data: 15 de maio de 1981, Brasil 3 x França 1. Data: 19 de maio de 1981, Brasil 2 x Alemanha Ocidental 1. Data: 8 de junho de 1981, Brasil 1 x Espanha 0. Data: 16 de agosto de 1981, Brasil 0 x Chile 0. Data: 23 de setembro, Brasil 6 x Combinado Irlandês 0. Data: 28 de outubro de 1981, Brasil 3 x Bulgária 0.

número – 7892- dá o que pensar. Afinal, com sua oficialização, o Brasil passa a ser, de fato e direito, o país do futebol. (Revista *Placar*, 17 de outubro de 1980, p. 40-41).

A revista *Placar* chegou às conclusões de que quase metade dos jogadores tinha entre 20 e 25 anos, que a maioria era branca e que os salários eram ruins. O “1º Censo do Futebol Brasileiro” contabilizou os jogadores profissionais atuantes, o número de clubes e estádios por estado, a origem étnica e a remuneração dos atletas. Os estados com os maiores números de jogadores de futebol profissional, contabilizados pelo primeiro censo da revista *Placar*, foram: Bahia, com 235 jogadores, Espírito Santo, com 282 atletas, Goiás, com 248 jogadores, Minas Gerais, com 405 jogadores profissionais, Paraná, com 453, Rio de Janeiro, com 399 atletas de futebol, Rio Grande do Sul, com 762 jogadores e São Paulo, com 2641.

Observa-se que os estados da região Sul e Sudeste concentravam os maiores números de jogadores de futebol profissionais em atividade. Para a revista *Placar*, o levantamento de dados mostrava que havia “mais gente vivendo de bola, aqui no Brasil, do que trabalhando como artista de cinema, teatro, rádio ou televisão” (Revista *Placar*, 17 de outubro de 1980, p. 41). O que mostra como a revista entendia a importância do futebol como atividade empregatícia e, principalmente, deu respaldo para que o censo questionasse os salários recebidos pelos profissionais da bola no país.

Outros dados apurados pela revista *Placar* no “1º Censo do Futebol Brasileiro” referiam-se à origem étnica e social dos jogadores de futebol, revelando que a maioria era formada por brancos. Essa informação significou para a revista *Placar* que esses jogadores, provavelmente, eram de classe média e que esse era um “celeiro de jogadores”. *Placar* concluiu que uma maioria branca de jogadores e de classe média mostrava a existência de um “novo fenômeno”, pois os atletas brasileiros não eram mais os “craques do passado”, como Friedenreich, Pelé, Domingos da Guia, Leônidas da Silva e Garrincha (Revista *Placar*, 17 de outubro de 1980, p. 41). Os dados coletados e tabelados pela revista *Placar* mostravam que no estado do Rio Grande do Sul a porcentagem de jogadores brancos era de 68,2%, enquanto que no estado do Piauí esse número era de apenas 12%. Já a maior porcentagem de jogadores negros, 48,6%, foi encontrada no estado no Mato Grosso do Sul e a menor porcentagem, 11,7%, era do estado de São Paulo. Em relação às porcentagens de jogadores mulatos, o estado

do Piauí tinha 59,8% deste atletas e o estado do Rio Grande do Sul apenas 12,6% (Revista *Placar*, 17 de outubro de 1980, p. 43).

Outra observação do “1º Censo do Futebol Brasileiro” realizado por *Placar* mostrou que na região Sul, por conta dos contingentes migratórios, a maioria dos jogadores de futebol era de descendência estrangeira, o que era “raro até mesmo no Rio de Janeiro e praticamente inexistente no Norte e Nordeste” (Revista *Placar*, 17 de outubro de 1980, p. 42). Essas informações sobre a diferenciação regional do futebol brasileiro mostrava como os estados do Sul e Sudeste, em que a prática do futebol pioneiramente foi conhecida, revelavam números e situações particulares.

Os dados que tratavam das faixas etárias dos jogadores de futebol brasileiros revelaram que a atividade atraía muitos jovens. Com idades entre 20 e 25 anos, a porcentagem de jogadores de futebol era de 48,4% e entre 25 e 30 anos era de 32,7%<sup>80</sup>.

A porcentagem significativa de jovens entre 20 e 25 anos que se dedicavam à atividade de jogador de futebol como profissão respaldou a principal reivindicação da revista *Placar*: a necessidade de melhoria dos salários desses profissionais. Para a revista, manter o futebol brasileiro como um dos melhores do mundo dependia diretamente do tratamento legado aos clubes e aos jogadores de futebol, o que tornava inaceitável que o “jogador, responsável maior pela força e pelo prestígio do futebol brasileiro” fizesse parte de “uma profissão frequentemente mal paga” (Revista *Placar*, 17 de outubro de 1980, p. 42).

Outros dados que complementaram o “1º Censo do Futebol Brasileiro” mostravam que, em números, a atividade mobilizava muitos profissionais. O Brasil registrava 425 clubes no ano de 1980, sendo que um terço no estado de São Paulo. O país possuía 589 estádios, sendo 332 particulares e 257 públicos. Todos esses dados levantados e tabelados pela equipe da revista *Placar* mostravam “a grandeza do futebol brasileiro” (Revista *Placar*, 17 de outubro de 1980, p. 45).

A partir da divulgação do “1º Censo do Futebol Brasileiro” pela revista *Placar*, algumas edições posteriores mostravam a repercussão do trabalho da equipe de jornalistas. *O futebol discute seu censo* foi o título da edição da revista de 24 de outubro de 1980, dedicada a mostrar os impactos da publicação de *Placar* em outras mídias nacionais, entre profissionais do futebol, clubes e CBF:

---

<sup>80</sup> Segundo o censo da revista *Placar*, 8,1% dos jogadores de futebol profissional tinham até 20 anos; 9,6% tinham entre 30 e 35 anos e apenas 1,2% tinham mais de 35 anos.

Desde que **Placar** foi às bancas, a partir de terça-feira, as conclusões do 1º Censo passaram a ser um dos assuntos favoritos das conversas e discussões de jogadores, dirigentes, técnicos, torcedores, jornalistas e até de sociólogos, que interpretaram, compararam e analisaram os seus números. (Revista Placar, 24 de outubro de 1980, p. 48).

O presidente da CBF, Giulite Coutinho, também tratou de se pronunciar sobre o censo realizado por *Placar*, destacando a importância das informações coletadas e analisadas. Segundo Coutinho:

Placar se antecipou à CBF. Estávamos dispostos a fazer esse levantamento. Acho que, por um lado, o 1º Censo mostrou a grandeza do futebol brasileiro e, por outro, nossos pontos fracos. É um trabalho excelente, muito informativo. (Revista Placar, 24 de outubro de 1980, p. 48).

Placar também apresentou as constatações de algumas mídias importantes do país, como o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, que classificou o primeiro censo do futebol como básico para qualquer raciocínio sobre o futebol e o jornalista Sérgio Noronha, da TV Educativa do Rio, que destacou que o censo era uma fonte obrigatória de consulta para quem trabalha com o esporte. Já os atletas do futebol manifestaram-se principalmente em relação aos índices salariais, como o centroavante Dario, do Náutico do Recife, e o ponta-esquerda Aladim, do Coritiba, que mostraram insatisfação com seus salários.

Assim, é possível perceber que o “1º Censo do Futebol Brasileiro” rendeu inúmeras discussões sobre a atividade no país e, principalmente, foi entendido como um meio que fez “aflorar problemas cujas soluções, ainda precisam ser encontradas” (Revista Placar, 24 de outubro de 1980, p. 42).

Mas é importante destacar que o censo realizado por *Placar* também teve repercussão internacional. Juca Kfoury destacou, na seção ‘Opinião de Placar’, de 20 de fevereiro de 1981, que duas importantes revistas esportivas da Europa publicaram reportagens baseadas no “1º Censo Placar do Futebol Brasileiro”, a *Guerin Sportivo*, da Itália, e a *Onze*, da França. Kfoury reforçou que o fato não servia para nutrir ufanismos exagerados, mas que mostrava que *Placar* estava no

“caminho certo na busca do melhor” (Revista Placar, 20 de fevereiro de 1981, p. 9). O título utilizado pela revista *Placar*, *Invadimos a Europa*, concluiu que o Brasil, em relação ao jornalismo esportivo, estava entre os melhores, e o sentimento da equipe da revista sobre a repercussão do trabalho realizado sobre o censo do futebol nacional era de total insatisfação.

### 3.3.1 Ao tetra, Brasil!

A abertura política, apesar de lenta e gradual, refletia-se em alguns aspectos da vida cotidiana.

Há sungas e biquínis cada vez mais curtos nas praias, filmes outrora proibidos entraram em cartaz nos cinemas e publicações antes malditas foram postas à venda nas livrarias e bancas. Essa saudável liberalização dos costumes, já sentida pelos brasileiros, começa agora a chegar ao futebol – e, mais especificamente, à Seleção. (Revista Placar, 23 de janeiro de 1981, p. 55).

A alcunha de ‘Seleção da abertura’, em referência ao processo político em voga no país, foi construída desde o início de 1981. Juca Kfourri explicou na seção ‘Opinião de Placar’ que eram visíveis as diferenças entre o passado recente e o período da distensão política. Kfourri destacou que “alegre como o ambiente vivido hoje no que chamamos de a ‘Seleção da abertura’, onde os jogadores têm liberdade dentro e fora do campo” (Revista Placar, 23 de janeiro de 1981, 9).

E esta ‘Seleção da abertura’ foi disposta a jogar e vencer o mundial de 1982.

Foi nítida a intenção de se construir uma imagem da Seleção Brasileira diferente de qualquer memória que apregoava disciplina e militarismo ao selecionado nacional. A ‘Seleção da abertura’ foi construída atribuindo um perfil positivo ao selecionado nacional e o presidente da CBF, Giulite Coutinho, ao ser convidado a participar da seção ‘Abrindo o jogo’, de *Placar*, destacou que acreditava na conquista do título de tetracampeão mundial por meio da confiança sem triunfalismo. O presidente da CBF destacou as características que acreditava já consolidadas na Seleção Brasileira, como honestidade, dedicação, perseverança e bom relacionamento entre as pessoas. Giulite destacou dois momentos que considerou importante para a formação da

equipe brasileira: as experiências de 1980 com o ajustamento da Comissão Técnica e as escolhas dos atletas, e as disputas do Mundialito, amistosos e eliminatórias durante o ano de 1981 (Revista Placar, 5 de fevereiro de 1982, p. 30).

Entre 26 de janeiro e 25 de maio de 1982, a Seleção Brasileira participou de seis jogos amistosos<sup>81</sup> que pretendiam testar o conjunto de jogadores e garantir que o Brasil tivesse condições de vencer o mundial. Durante essas partidas, realizadas no Brasil, a relação entre a Seleção e a imprensa foi muito próxima e em nada recordava a época em que o major Ipiranga Guarani resguardava os jogadores brasileiros de qualquer contato.

*Placar* relatou o dia a dia entre jornalistas e Seleção nacional no “vibrante trabalho de informar qualquer coisa que possa ser notícia”. O assessor de imprensa da Seleção, Rovério Vieira, autorizava a entrada da imprensa nas dependências da concentração duas vezes por dia, quando cerca de 50 a 70 pessoas invadiam o local. E assim, a relação entre a imprensa, os torcedores, os jogadores e a Comissão Técnica da Seleção era construída de maneira diversa da observada nos mundiais anteriores (Revista Placar, 28 de maio de 1982, p. 37).

Entre as mídias interessadas na cobertura do mundial de 1982, a revista *Placar* destacou-se pelo material publicado e pelos recursos empregados em suas edições. As revistas publicadas durante o mundial da Espanha traziam a mensagem de que *Placar*, em 12 anos e 4 Copas do Mundo, era única revista esportiva do Brasil. Assumir o papel de principal meio de comunicação sobre esportes do Brasil com uma equipe empenhada na cobertura de todos os acontecimentos e passos da Seleção Brasileira na Espanha garantiu à *Placar* publicações muito interessantes durante a disputa do título mundial de futebol.

A revista contou com duas participações importantes para suas edições durante o mundial de 1982: Telê Santana e Sócrates. O técnico da Seleção Brasileira participou da seção ‘Abrindo o jogo’, por meio de entrevistas concedidas e transcritas por Carlos Maranhão, e Sócrates participou de uma seção especial intitulada ‘Diário de Sócrates’, em que o jogador relataria semana a semana a ‘saga do tetra’.

---

<sup>81</sup> Data: 26 de janeiro de 1982, Brasil 3 x Alemanha Oriental 1. Data: 3 de março de 1982, Brasil 1 x Tchecoslováquia 1. Data: 23 de março de 1982, Brasil 1 x Alemanha Ocidental 0. Data: 5 de maio de 1982, Brasil 3 x Portugal 1. Data: 19 de maio de 1982, Brasil 1 x Suíça 1. Data: 27 de maio de 1982, Brasil 7 x Irlanda 0.

Esta saga iniciou-se em 14 de junho de 1982, na cidade de Sevilla, Espanha, quando a Seleção do Brasil enfrentou a Seleção da União Soviética. A sequência de boas partidas nos amistosos realizados até a véspera da Copa do Mundo, o trabalho de relações públicas realizado pela CBF junto ao público espanhol e as boas relações estabelecidas entre o selecionado nacional e a imprensa potencializaram as expectativas com um possível título mundial.

Mas é notável a constante evocação sobre o tricampeonato mundial de 1970 como um catalizador das perspectivas de novas vitórias. Juca Kfoury, na seção ‘Opinião de Placar’, ao tratar das duas primeiras partidas e vitórias brasileiras no mundial de 1982, 2 a 1 sobre a URSS e 4 a 1 sobre a Escócia, convidou o leitor a uma reflexão:

O jornalista, é claro, porque tem alma e coração como qualquer um, também se entusiasma, também se comove quando presencia o fato entusiasmante, comovente. É natural que seja assim. É até bom que isso ocorra. Nós, jornalistas brasileiros, estamos felizes. Os jornalistas do mundo inteiro, deslumbrados. Ou perplexos. Nossa Seleção volta a maravilhar a todos. E por quê? Porque Sevilla lembra Guadalajara e seu calor esfalfa os europeus no segundo tempo, permitindo, oxalá, que esta Copa seja ganha como a do México, nos 45 minutos finais? Ou será porque temos, a exemplo das campanhas do tri, um bando de gênios no nosso time. [...] Os escoceses, por exemplo, ficaram extasiados. (Revista Placar, 25 de junho de 1982, p. 3).

O técnico Telê Santana, em sua primeira participação na seção ‘Abrindo o jogo’, revelou a tensão que envolveu os dois primeiros jogos do Brasil no mundial e o seu papel fundamental na condução dos atletas. O técnico ressaltou a união da equipe, a saudade da família e um diagnóstico sobre a Seleção da Nova Zelândia, o terceiro adversário da Seleção Brasileira, descrevendo-o como ingênuo e cheio de vontade (Revista Placar, 25 de junho de 1982, p. 10).

Já o ‘Diário de Sócrates’ garantiu uma descrição da rotina da Seleção Brasileira e do dia a dia do jogador. Passagens de Sócrates, como o momento das refeições, a leitura de livros, a escrita de cartas, o contato com a torcida, os passeios e a rotina de treinamentos construíram uma imagem de proximidade entre a Seleção e os

brasileiros. Sobre a partida com a URSS, Sócrates contou que os árbitros revisaram as chuteiras dos jogadores e, de forma cômica, completou que “ninguém levava canivete na sola”. E descreveu as dificuldades do jogo, principalmente porque a URSS foi a primeira a marcar um gol, e a alegria da vitória (Revista Placar, 25 de junho de 1982, p. 14).

Sobre a vitória brasileira no jogo contra a Escócia, Sócrates rebateu as críticas e mostrou satisfação com a classificação para a segunda fase da Copa do Mundo de 1982:

Ganhamos bem e sequer concordo que tenhamos ido mal no primeiro tempo. Afinal, jogamos só 20 minutos em Uberlândia com essa formação e tínhamos mesmo que nos reconhecer, buscar o entrosamento. Quando ele veio, bye-bye Escócia. Fiquei mais de duas horas para fazer o xixi do antidoping. Tomei umas dez cervejinhas e champanha, ‘diuréticos comemorativos’. Ao chegar à concentração, o Juninho me gozou: ‘Ih, tá mamado!’. Tô curtindo muito nossa classificação. A Barcelona nosotros vamos! (Revista Placar, 25 de junho de 1982, p. 15).

Na sessão ‘Abrindo o jogo’, de 2 de julho de 1982, o técnico da ressaltou a satisfação com o desempenho do selecionado após a terceira vitória contra a Seleção da Nova Zelândia, por 4 a 0. Telê destacou que os resultados alcançados pelo Brasil estavam acima do esperado e que eram pautados na capacidade de reação e na tranquilidade da equipe. Mas a preocupação com a segunda fase da Copa do Mundo foi evidente no discurso de Telê, que destacou a importância futebolística das Seleções da Argentina e Itália, notadamente com a participação do jogador Maradona pela equipe argentina. E Telê finalizou seu depoimento a Carlos Maranhão, na seção ‘Abrindo o jogo’ colocando que era “um técnico feliz” (Revista Placar, 2 de julho de 1982, p. 13).

A euforia com o desempenho brasileiro nas primeiras partidas no mundial da Espanha e o clima de liberdade do selecionado observado nos relatos de Sócrates produziram confiança sobre a conquista do tetracampeonato. A imprensa internacional também se dedicou a elogiar a campanha brasileira na Copa do Mundo e os jornais espanhóis, *El Correo de Andalucia* e *El Periódico*, publicaram, respectivamente, as manchetes “Se Va Brasil, Se Va El Fútbol” e “El Mayor Espectaculo del Fútbol”. As conclusões da revista *Placar* diante da repercussão das partidas brasileiras no mundial era de que, mesmo sem um título, a

Seleção Brasileira estava ressuscitando o futebol como espetáculo (Revista *Placar*, 2 de julho de 1982, p. 30).

Para a partida entre Brasil e Itália, o presidente da CBF, Giulite Coutinho, como incentivo aos jogadores e demonstração de confiança, comunicou que cada jogador da Seleção seria presenteado com uma televisão e um videocassete da marca Sharp, o que foi interpretado por Sócrates e registrado em seu diário publicado por *Placar* como demonstração de que “tem gente enxergando e entendendo o esforço da turma para devolver aos torcedores a alegria de um caneco” (Revista *Placar*, 9 de julho de 1982, p. 22).

A vitória sobre a Seleção da Argentina, anterior campeã mundial, pelo placar de 3 a 1, na cidade de Barcelona, acalorou os ânimos sobre um possível título mundial. Na seção ‘Diário de Sócrates’, o jogador ressaltou que havia sido um bom jogo e sobre a seleção adversária afirmou que os argentinos não souberam “cair como campeões”. O jogador ainda destacou a relação do selecionado brasileiro com os jornalistas internacionais afirmando que eram obrigados a “falar português,portunhol e portuliano” e que estavam todos felizes com a vitória sobre a Argentina (Revista *Placar*, 9 de julho de 1982, p. 22).

A campanha perfeita realizada pela Seleção Brasileira foi encerrada em 5 de julho de 1982, diante da Seleção da Itália e com uma derrota por 3 a 2. As repercussões dessa derrota e o fim da participação brasileira no mundial foram traduzidas em diversas passagens da revista *Placar*. Sócrates, encerrando as publicações de seu diário, detalhou os acontecimentos que envolveram a eliminação do Brasil da Copa do Mundo de 1982:

Cheguei ao estádio confiante. Tinha na cabeça uma coisa óbvia: nosso time era o melhor do mundo. Pela manhã, em conversas na concentração, esta era a tônica. Enfrentaríamos um time retrancado, que jogaria no contra-ataque e que seria um jogo duto pelo que a Itália mostrou contra os argentinos. Sabia da determinação deles porque assim é o futebol. Saímos da Copa apesar de sermos o time que melhor jogou. Estou profundamente triste, sem forças para explicar nada, para escrever. [...] Agora, nesta última página do meu diário da Copa, deixo apenas dois momentos que vivo: a frustração intensa, talvez a maior da minha vida, por não conquistar o título que eu, no íntimo, alimentava tanto. E também a

frustração de não ter mais uma semana de trabalho neste diário, que eu queria que terminasse com a seguinte frase: Obrigada, torcida. Somos campeões! (Revista Placar, 22 de julho de 1982, p. 22).

A frustração com a derrota do Brasil no mundial da Espanha causou muita comoção, como é observado no conteúdo do texto intitulado *Tragédia de Barcelona*, que trazia a declaração do repórter Carlos Maranhão da revista *Placar* de que precisava escrever “com lágrimas nos olhos”. Maranhão afirmou que era a “derrota do futebol-espetáculo” e reforçou o discurso de que a Seleção Brasileira era a mais qualificada da disputa, tornando o 5 de julho daquele ano como o dia em que a “melhor, mais criativa, mais corajosa Seleção” foi abatida.

Logo, memórias de derrotas anteriores foram resgatadas para tentar dimensionar o sentimento de decepção com o resultado da partida entre Brasil e Itália. Márcio Guedes, comentarista da TV Globo, na seção ‘Abrindo o jogo’, de 9 de julho de 1982 destacou os momentos vividos após a eliminação brasileira, destacando que o sentimento era de “uma sentença de morte” e que aquele momento recordava as derrotas de 1950, 1954 e 1974. Tentando encontrar os motivos pela derrota brasileira, Guedes destacou “a inveja infinita” que as Seleções adversárias sentiam do Brasil, que era “uma constelação de estrelas” e, também, o oportunismo dos jogadores Paolo Rossi e Graziani, da Itália. É interessante destacar que o discurso da imprensa esportiva era de que a Seleção Brasileira, independente da derrota e eliminação, era a melhor equipe do mundial de 1982 (Revista Placar, 9 de julho de 1982, p. 14).

O título da Copa do Mundo de 1982 foi conquistado pela Seleção da Itália em 13 de julho, o que ainda não foi suficiente para comprovar que a campeã fosse melhor que a Seleção do Brasil. Juca Kfourri retratou a vitória italiana frisando que o Brasil já não era mais a única Seleção vencedora de três títulos mundiais e que a Seleção havia provado que o “futebol não aliena nem é arma de qualquer regime”. (Revista Placar, 16 de julho de 1982, p. 3).

Como é comum após término de Copas do Mundo, tanto vitórias como derrotas são analisadas. Apesar da derrota do Brasil no mundial, as qualidades da Seleção, o trabalho da Comissão Técnica e, principalmente, de Telê Santana não eram questionados. O técnico da equipe brasileira, em participação na seção ‘Abrindo o jogo’, expressava os sentimentos sobre a derrota para a Itália com o título de *Nosso futebol assombrou o mundo*, reafirmando as qualidades do futebol brasileiro

que haviam sido superadas por uma equipe tecnicamente inferior. Telê tratou de destacar em sua fala a relação positiva com a torcida:

Em Barcelona, no caminho de volta dos treinamentos para a concentração, nós sempre atravessávamos um povoado onde éramos recebidos com aplausos e calorosas manifestações de carinho. Pois bem: no dia em que perdemos para a Itália, também passamos por lá e eu nunca vou me esquecer da faixa que vi sendo agitada por alguns moradores do lugar. Escrita meio em espanhol, meio em espanhol, meio em português, ela dizia: ‘Nem sempre vencem os melhores’. Ali, me senti recompensado pelo meu trabalho na Seleção, embora sabedor que havia muita tristeza no Brasil e em todos nós. (Revista Placar, 16 de julho de 1982, p. 18).

As conclusões do técnico da Seleção eram de que os italianos souberam aproveitar melhor as falhas brasileiras. Porém, Telê deixa claro que toda a equipe tinha consciência do dever cumprido e da seriedade do trabalho realizado, e que acreditava que as únicas Seleções com qualidade que haviam participado da Copa do Mundo de 1982 eram as do Brasil e da França. Telê ainda ressaltou acreditar que a Seleção de 1982 havia resgatado o futebol da Seleção de 1970 e concluiu que esse era o motivo para a boa recepção dos brasileiros à equipe no desembarque no Rio de Janeiro (Revista Placar, 16 de julho de 1982, p. 18).

Assim, observou-se que a derrota do Brasil na Copa do Mundo da Espanha não foi capaz de ofuscar a mobilização em torno da Seleção Brasileira. O futebol apresentado em 1982 foi considerado o resgate do “futebol-arte” e das melhores memórias de 1970. Na seção ‘Opinião de Placar’, sobre o fim da participação do Brasil na Copa da Espanha, Kfoury lamentou a derrota de uma “maravilhosa concepção de futebol” e seu desejo de que se eternizassem os “bailarinos verde-amarelos” perante a “triste sina de um punhado de heróis” castigados pela derrota na Espanha (Revista Placar, 9 de julho de 1982, p. 3).

### 3.3.2 Futebol e democracia: novas aproximações

O fim das interferências militares na Comissão Técnica da Seleção Brasileira e a conclusão da era do almirante Heleno Nunes no comando da antiga CBD não significaram que associações entre futebol e política deixassem de ser realizadas. A diferença é que a tônica do discurso entre esporte e política passava a ser a democracia e suas diversas formas de reivindicação. A Seleção Brasileira de 1982 consolidou-se como a ‘Seleção da abertura’ na medida em que os jogadores, representados por Sócrates, puderam relatar o dia a dia da concentração e os sentimentos que envolviam a equipe entre as partidas e, também, por meio de Telê Santana, que consolidou uma relação muito positiva com a imprensa e a torcida. A popularidade do técnico, apesar da derrota no mundial, inspirou Alberto Dinis<sup>82</sup> a escrever à *Placar* que queria ver Telê na Presidência da República quando acabasse o mandato de Figueiredo e que não se tratava de “erro tipográfico, nem porre de amargura”. Sua justificativa para tal afirmação, em ano de eleições, era de que Telê Santana tinha categoria para perder, que era aplaudido pela imprensa internacional, que compreendia a alma brasileira, que havia ressuscitado o futebol-arte e que era sincero em suas entrevistas e declarações. E ainda complementou:

Não há vínculos, não há curriola. Apenas admiração. Ele é meu D. Quixote preferido, o homem que não esperneia- cai lutando ou, se quiserem, cai chutando em gol. No dia seguinte ao desgraçado jogo no hotel em Mas Bado onde se hospedavam os brasileiros, perto de Barcelona, um membro da delegação, nada proeminente, apenas um profissional humilde, estava de porre, absolutamente embriagado. E berrava: ‘Se tivéssemos três Telês no governo não teríamos inflação, nem miséria, nem doença’. Nem- digo eu- autoritarismo. Quero gente como Telê no comando do meu destino como cidadão. Nunca

---

<sup>82</sup> Alberto Dinis foi editor-chefe do *Jornal do Brasil* durante 12 anos, professor visitante da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia (Nova York) e por cinco anos assinou o comentário político diário da *Folha de São Paulo*. Foi à Espanha acompanhar a Copa do Mundo para redigir o ‘Romance da Copa’ para a revista *Playboy*.

me obriguei a ser vitorioso. Em lugar algum de minha agenda está consignado ‘ganhar’. Abomino o triunfalismo imbecil e aplastador. Se vencêssemos esta Copa de 82 teria sido uma campanha sublime. Perdemos e com tamanha dignidade que roça a vitória. [...] Telê é o grande espelho do nosso lado bom. Exatamente o que precisávamos para realocar a bola no centro e, sem olhar o marcador, partir para uma virada. (Placar, 16 de julho de 1982, p. 23).

Os poucos meses que separaram a Copa do Mundo das eleições tornaram impossível desvencilhar as impressões recentes com a derrota da Seleção no mundial e as expectativas com os resultados dos pleitos. O discurso de Dinis, evocando o técnico Telê para presidência da República, demonstra a comoção provocada pela derrota da ‘Seleção da abertura’ e também sugeriu um perfil político tão capaz de representar o Brasil como Telê havia representado o futebol brasileiro.

A manutenção de uma imagem positiva sobre a Seleção Brasileira foi fundamental para superar anteriores suposições sobre o futebol como plataforma política e transformá-lo em um símbolo da democracia no país. Dinis escreveu um artigo para a revista Placar intitulado *Espanha: democracia em campo*, que objetivava mostrar como a relação entre futebol e política no país sede da Copa do Mundo de 1982 era sintoma de que o esporte era um promotor de mobilizações populares, debate e liberdade. Dinis analisou os impactos da democracia pós-regime franquista com os movimentos regionalistas de independência, como na Catalunha, e as associações de bairro guiadas pela “disposição de torcer”. O autor do artigo também ressaltou a abertura na “fabulosa Seleção” brasileira que tornou claro o intuito de transformar o futebol no símbolo da democracia no Brasil:

Curiosamente- por um destes paradoxos que os cientistas políticos melhor poderiam explicar- a nossa Seleção tem dado aulas de democracia. O futebol-alegria que apresentamos, o virtuosismo pessoal harmonizado por táticas extremamente simples e inteligentes é, na realidade, uma escola liberal e liberada, conjunção de indivíduos e coletivo, físico e cérebro. Pé e calcanhar. [...] O que nos leva a concluir, considerando o poder de comunicação do esporte, que se na França a monarquia absolutista caiu por causa dos

brioches, no Brasil, duzentos anos depois, o símbolo da democracia ainda poderá ser a bola malhada correndo livre no campo verde. (Revista *Placar*, 9 de julho de 1982, p. 4-5).

Assim, se em 1970 o futebol havia sofrido tentativas de apropriação política em prol do regime civil-militar, com a redemocratização o esporte mais popular do país passava a ser um símbolo da democracia. E mesmo sem a conquista do título mundial da Copa da Espanha, os discursos reafirmavam a qualidade superior da equipe brasileira de 1982, a ‘Seleção da abertura’.

### 3.3.3 Eleições de 1982: Copa do Mundo ganha eleição?

“Copa do Mundo ganha eleição?” foi uma pergunta feita pela revista *Placar* alguns meses antes do mundial de 1982 e das eleições daquele ano. *Placar* questionou se o resultado das eleições de governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores estariam na “dependência das chuteiras de Zico e das mãos de Valdir Peres”.

Para responder a esta pergunta, *Placar* entrevistou alguns candidatos a governos estaduais que trataram de negar a associação entre futebol e política para o alcance de vitórias eleitorais. Reinaldo de Barros, do PDS-SP, destacou que o futebol permitia que o povo fosse mais otimista e confiante, já Franco Motoro, do PMDB-SP, foi enfático ao afirmar que “esporte e política não podem ser misturados”, enquanto que Luís Inácio Lula da Silva, do PT-SP, afirmou crer que o povo não deixaria se enganar pelos resultados do esporte. José Richa, do PMDB-PR, também destacou que “o povo não vai misturar uma coisa com a outra” e Sandra Cavalcanti, do PTB-RJ, afirmou que “o resultado das urnas refletiria a consciência política do povo” (Revista *Placar*, 26 de fevereiro de 1982, p. 44).

Observam-se as posições políticas de repúdio a qualquer suposição de apropriação ideológica sobre o futebol na conquista de votos e das eleições. Se o futebol havia se tornado um símbolo da democracia é imaginável que os envolvidos com o esporte tenham se posicionado a respeito do processo eleitoral e das demandas populares como habitação, alimentação, renda e economia.

Juca Kfoury redigiu uma ‘Opinião de *Placar*’ intitulada *Quem disse que jogador não pensa bem?*, onde destacou que “como a bola, as eleições também apaixonam o país e os nossos jogadores delas

participaram cada um a seu jeito” diferente de um tempo recente em que “não se tirava uma declaração política dos ídolos do esporte nacional” (Revista *Placar*, 15 de outubro de 1982, p. 3). Essa edição da revista *Placar* contou com a elaboração de uma proposta de governo dos jogadores Sócrates, do Corinthians, Cleo, do Internacional, Reinaldo, do Atlético Mineiro e Paulo Sérgio, do Botafogo que visava demonstrar o grau de comprometimento desses atletas com a democracia e como governariam seus estados.

A reportagem mostra Sócrates de braços estendidos na frente do Palácio dos Bandeirantes acompanhado da afirmativa de que “daria total liberdade ao povo”. Os outros jogadores convidados por *Placar* a apresentarem seus planos de governo também resumiram seus propósitos, de forma que Paulo Sérgio afirmou que acabaria com o desemprego, Cleo declarou que lutaria por comida mais barata e Reinaldo que implantaria o socialismo no Brasil (Revista *Placar*, 15 de outubro de 1982, p. 19).

O repórter Marcos Aurélio Borba apresentou o objetivo da iniciativa da revista *Placar* com as propostas de governo elaboradas por jogadores de futebol:

A política está em todas as cabeças brasileiras, nestes poucos mais de 30 dias que antecedem as primeiras eleições diretas para governadores nos últimos 17 anos. Está na cabeça, também, dos profissionais do futebol, dos obscuros aos consagrados. [...] O resultado aí está, digno de um verdadeiro candidato ao Palácio dos Bandeirantes. (Revista *Placar*, 15 de outubro de 1982, p. 19).

É evidente o desejo de se valorizar a figura do jogador de futebol como um cidadão politicamente consciente e capaz, inclusive, se necessário, de governar um estado. Os jogadores Cleo, Reinaldo e Paulo Sérgio concederam depoimento com suas plataformas de supostos governos aos repórteres Divino Fonseca, Rogério Peres e Maria Helena Araújo, respectivamente. Já o capitão da Seleção Brasileira, Sócrates, negou-se à entrevista e entregou um plano completo de governo que traduzia suas principais preocupações sociais e aspirações políticas.

Sócrates destacou que suas posições não eram vinculadas aos partidos políticos e que objetivam pensar o bem estar da população. Sobre a democracia, o jogador do Corinthians afirmou que este é um direito que precisa ser exigido, ainda que não agrade a todos. Assim,

resumiu as preocupações dos brasileiros em: trabalho, educação, alimentação, habitação e saúde.

As posições de Sócrates revelam que o jogador considerava essencial o papel do Estado na tomada de iniciativa e decisão para as melhorias sociais necessárias. Apesar do intuito da revista *Placar* de que a proposta política retratasse um governo estadual, as posições do jogador Sócrates foram abrangentes ao país. Sobre a questão do trabalho, o jogador ressaltou a necessidade da criação de emprego e da boa utilização da receita pública, de orientação para a migração de mão de obra, para o fim da recessão e desemprego, garantia de condições adequadas de trabalho e da participação dos trabalhadores nas decisões que os afetam. O ‘Magrão’, como também era conhecido, ainda destacou que o Governo devia se manter afastado das questões sindicais. A respeito de habitação e solo urbano, o jogador paulista ressaltou que o Governo deveria garantir a construção da casa própria, a regulamentação de terrenos clandestinos e favelas, que deveria impedir a formação de novas áreas habitadas irregularmente e que deveria garantir infraestrutura urbana básica, como água e esgoto canalizados e energia elétrica. Para a saúde o Doutor Sócrates propôs a valorização da profissão de médico, dos centros de pesquisa e das universidades, como a Universidade de São Paulo (USP), e o aparelhamento dos ambulatórios e postos de atendimento. Sobre a educação, o ‘candidato Sócrates’ declarou que ao Estado compete garantir a instrução da população e o incentivo à profissionalização. Por fim, ao tratar da questão da alimentação, o atleta ressaltou que o governo precisava valorizar o trabalhador do campo e que deveria garantir que o alimento não chegasse inflacionado à mesa do consumidor. Ao finalizar seu programa de governo, Sócrates destacou:

Enfim, todos esses planos podem e devem ser colocados em prática, pois são anseios de um povo que busca o seu bem-estar. Mas só conseguiremos isso quando todos tiverem ampla e total liberdade para se expressar, se informar, participar, escolher e, sobretudo, protestar. Isso é viver com dignidade. (Revista *Placar*, 15 de outubro de 1982, p. 22).

Nota-se que para o jogador todas as propostas apresentadas são dependentes, primeiramente, da democracia. Que apenas a liberdade da

informação e da escolha por meio do voto garantem que outros direitos e demandas sociais sejam atendidos.

O jogador Cleo aparece em fotografia com os braços cruzados e expressão séria, postado à frente do Palácio Piratini, em Porto Alegre. Cleo declarou que criaria programas para evitar o êxodo rural e que garantissem condições de trabalho no campo, para que os alimentos se tornassem mais baratos. O jogador também ressaltou que lutaria por ensino gratuito e por um sindicato forte para os jogadores de futebol (Revista Placar, 15 de outubro de 1982, p. 20).

O goleiro Paulo Sérgio, do Rio de Janeiro, é apresentado em fotografia retirada na frente do Palácio Guanabara. O atleta apresentou metas de governo para o estado carioca. Garantia de salários dignos para os professores, fim da corrupção na polícia, geração de emprego, oferta da casa-própria, melhoria dos transportes públicos e políticas voltadas para o esporte, como segurança nos estádios e difusão da prática esportiva nas periferias. Por fim, o jogador tratou de ressaltar que não era candidato à nada (Revista Placar, 15 de outubro de 1982, p. 21).

Já o jogador Reinaldo aparece sorridente à frente do Palácio da Liberdade e assim apresentou suas propostas, segundo *Placar*, socialistas e pouco democráticas:

[...] mudaria tudo, a partir do sistema de governar, com a implantação de uma forma primitiva de socialismo. Aliás, não sei se seria primitiva ou avançada: sei que todos teriam os direitos sociais assegurados, mas perderiam um pouco da liberdade política. Entre os direitos sociais estariam a saúde, alimentação, educação, emprego e bons salários. (Revista Placar, 15 de outubro de 1982, p. 22).

O jogador do Atlético Mineiro ainda defendeu a existência de um único partido com que todos estivessem de acordo e que garantiria direitos iguais. Assim, a revista *Placar* permitia que jogadores de futebol mostrassem como estavam envolvidos com a política e com as demandas sociais.

As eleições de 1982 para os cargos de governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador foram as primeiras de forma direta desde o golpe de 1964. Foi um passo decisivo para a retomada da democracia no país e uma primeira experiência de pluripartidarismo desde o fim do bipartidarismo em 1979. Alguns

candidatos, anteriormente cassados pelos atos institucionais e por suas posturas políticas, participaram do pleito, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, entre outros.

Cinco partidos participaram das eleições de 1982: Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT). Essas eleições ainda mantiveram algumas características impostas pelos militares, como a proibição das coligações, o voto vinculado e a obrigatoriedade para os partidos lançarem candidatos para todos os cargos. No Rio de Janeiro, foi eleito Leonel Brizola (PDT), em Minas Gerais, as eleições foram ganhas por Tancredo Neves (PMDB), no Rio Grande do Sul, o candidato Jair Soares (PDS) venceu as eleições para governador, no estado de Pernambuco, o eleito foi Roberto Magalhães (PDS), em Santa Catarina foi eleito Esperidião Amim e em São Paulo foi eleito Franco Montoro (PMDB), essas são algumas das vitórias eleitorais daquelas eleições. O PDS, partido criado a partir da antiga ARENA, venceu as eleições em 12 estados e passou a manter uma postura que procurava desfazer a vinculação do partido com os militares, enquanto que o PMDB conquistou o pleito em nove estados e o PDT venceu em um estado.

Após o resultado das eleições históricas no país, a revista *Placar* publicou um texto de Luís Fernando Veríssimo intitulado *Futebol é bom para a política. E vice-versa?*, em 19 de novembro de 1982. Veríssimo discute a relação entre o esporte e a política no Brasil e o texto se torna uma continuação da discussão proposta por *Placar*, com a apresentação dos projetos de governo por jogadores de futebol. Para o autor, o futebol é mais explorado em “ambições pessoais e política paroquial” do que em “altos planos de estratégia do regime” e que tão pouco é cabível falar em futebol como o ópio do povo ou “circo para disfarçar a falta de pão” (Revista Placar, 19 de novembro de 1982, p. 38).

Veríssimo retrata o preconceito que envolve a relação do futebol com a política em dois casos: o do político que explora a paixão pelo futebol para benefício eleitoral e do jogador de futebol, sem nenhum preparo profissional, que se aproveita da sua exposição pública para eleger-se. O autor destaca que existem jogadores que se tornaram bons políticos:

O futebol desenvolve o senso de solidariedade na busca de um objetivo comum e o ideal da política não é outro. Desenvolve o autocontrole, a

capacidade de raciocinar mesmo quando todos em volta parecem ter perdido a cabeça, e desenvolve os músculos da perna para aquela hora que só um pontapé resolve mesmo. Decididamente, o futebol tem ajudado mais a política do que a política o futebol. (Revista *Placar*, 19 de novembro de 1982, p. 39).

Assim, a revista *Placar* permitiu ao leitor encontrar em suas edições textos que exploraram a temática da política em período eleitoral. E, principalmente, que apresentaram o futebol como um símbolo da democracia.

\*\*\*

Este capítulo privilegiou o período de transição entre a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e a Confederação Brasileira de Futebol. Assim, observou-se como a revista *Placar* contribuiu, através de suas reportagens, charges, editoriais e seções, com as mudanças operadas no futebol nacional. A partir da segunda metade da década de 1970 é possível notar como o discurso da revista *Placar* cedeu espaço as críticas, opiniões divergentes e propostas para o futebol brasileiro.

O capítulo também apresentou as reformulações sobre o Campeonato Brasileiro e a trajetória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1982, disputada na Espanha. Durante o mundial o jogador Sócrates e o técnico Telê Santana participaram das seções ‘Diário de Sócrates’ e ‘Abrindo o jogo’, tornando o impresso esportivo mais atraente ao leitor-consumidor. A revista *Placar* também apresentou o ‘1º Censo do Futebol Brasileiro’ que realizou um trabalho importante ao divulgar o número de jogadores de futebol profissional em atividade no país, número de estádios, média de idade dos atletas, origem social dos jogadores e, também, ao questionar a média de salário dos profissionais do futebol. O texto ainda mostrou como as eleições de 1982 mobilizaram os jogadores de futebol através da apresentação de propostas de governo por alguns atletas como Sócrates.

Assim, o fechamento desta discussão permitiu observar, através da revista *Placar*, as fases de militarização e ‘abertura política’ do futebol brasileiro durante a década de 1970.

## CONCLUSÃO

O futebol conheceu diferentes vias de introdução, diversas formas de popularização e tornou-se um elemento importante para a análise histórica e social do país. O Brasil alcançou reconhecimento internacional por meio de suas Seleções de futebol campeãs e dos jogadores consagrados pela mídia, transformando esse esporte em paixão nacional e em negócio.

Enquanto o futebol ainda era praticado majoritariamente pela elite brasileira do final do século XIX, eram as páginas sociais dos jornais que exibiam a modalidade esportiva. Posteriormente, a prática tornou-se popular e foi acompanhada pelo desenvolvimento das primeiras ligas regionais profissionais e pela imprensa esportiva. A difusão do esporte pelo país culminou nas primeiras medidas políticas que visavam a regulamentação da prática, como a formalização da profissão de jogador de futebol, em 1931, e a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), em 1941.

Assim, é possível identificar historicamente inúmeros momentos em que o futebol e a política se aproximam. O uso retórico do esporte mais popular do país pela política é comum e não representa exclusivamente uma manobra maniqueísta. O governo de João Goulart aproveitou o bicampeonato mundial para presentear os atletas com automóveis produzidos no país e tentar alguma estabilização diante da crise política e econômica que atravessava. Depois do golpe civil-militar de 1964, os governos do novo regime também se utilizaram de propaganda política pautada no futebol, como na tríade do governo Médici: Copa do Mundo de 1970, criação do Campeonato Brasileiro, em 1971, e Mini-Copa de 1972.

Também em 1970, a Editora Abril lançou a revista esportiva *Placar*. Com o objetivo de cobrir o mundial do México, a revista consagrou-se como uma importante mídia especializada que ainda circula no país. A forma como a revista *Placar* se reinventou em sua primeira década de existência é crucial para o entendimento do sucesso alcançado pelo impresso, pois informou o leitor, influenciou opinião, criticou o esporte e suas entidades reguladoras, propôs mudanças para o futebol, agiu como um negociador entre as demandas e anseios de clubes e atletas e foi o responsável por algumas transformações da prática.

Assim, a questão geral proposta por esta dissertação foi a de verificar e analisar as rupturas entre o futebol e a política depois da experiência militar no Brasil. Observou-se como esse esporte se moldou

à nova realidade de abertura política e como a estrutura administrativa do futebol passou por um processo interno de redemocratização concomitante ao processo nacional. O recorte proposto, entre 1974 e 1982, objetivou abranger o momento do anúncio da distensão política realizado por Ernesto Geisel até a disputa da Copa do Mundo de 1982 que consolidou a ‘Seleção da abertura’.

A escolha pela revista esportiva *Placar* como fonte de pesquisa para este trabalho baseia-se na sua importância como sendo o principal meio impresso esportivo brasileiro das últimas cinco décadas. A revista consolidou-se no país na medida em que renovou-se em seus editoriais, publicações, charges, reportagens e seções, tornando o impresso atrativo ao leitor. O mérito do impresso foi o de considerar o potencial do seu leitor/consumidor e, assim, passando a adotar um perfil informativo e notoriamente contestador sobre o esporte.

Acompanhar a trajetória de uma modalidade esportiva tão popular quanto o futebol no Brasil, por meio do desenvolvimento e da consolidação de uma revista esportiva como a *Placar*, reforça a tese de que a mídia é um importante meio de veiculação de ideias, informações e, principalmente, de que a história do futebol no Brasil foi acompanhada pelo desenvolvimento da imprensa especializada em esportes.

O primeiro capítulo desta dissertação, intitulado *O futebol se reinventa no Brasil*, mostrou a relação entre a popularização do futebol no país, o desenvolvimento das primeiras instituições futebolísticas nacionais, como as ligas regionais, e as primeiras experiências de imprensa esportiva. Assim, foi possível concluir que a difusão da prática do futebol entre diferentes regiões e substratos sociais culminou na regulamentação de entidades desportivas e na criação de impressos especializados em esportes.

O capítulo citado também apresentou algumas questões importantes para o entendimento da relação entre a política e o futebol durante o regime civil-militar e sobre a importância da revista *Placar* como mídia esportiva nacional. O futebol foi apresentado durante os governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici revelando as primeiras experiências políticas do regime, as crises econômicas e as medidas legais tomadas pelo governo civil-militar. Com a conquista do primeiro tricampeonato mundial de futebol, a Seleção brasileira alcançou reconhecimento internacional e a propaganda política do governo militar tratou de apropriar-se da vitória para buscar promoção e reconhecimento junto à população. A diferença entre a repercussão da propaganda política realizada pelo governo Médici, em 1970, e pelo

governo Goulart, em 1962, referem-se aos condicionantes externos, notadamente a economia. Enquanto o governo de João Goulart não conseguiu superar os problemas econômicos, o governo Médici assistiu o auge do ‘milagre’ econômico com altos índices de consumo e formação de uma classe média. Portanto, atribuir ao futebol a responsabilidade por manipular ou alienar um país desconsidera diversos outros fatores, como a economia, e também minimiza a capacidade de raciocínio e reação da população. É preciso verificar e analisar as aproximações entre futebol, política e imprensa, sem permitir rotulações.

O segundo capítulo, intitulado *O Brasil torce pela democracia*, revelou a adoção de uma postura mais crítica pela revista esportiva *Placar* a partir da segunda metade da década de 1970, contribuindo para a consolidação do impresso no país. Com o anúncio da abertura política brasileira como ‘lenta, gradual e segura’, o caso nacional tornou-se particular por apresentar uma ruptura política comandada pelos militares em nome da ‘revolução’ de 1964.

Assim, objetivou-se nesse capítulo verificar o tratamento legado ao futebol pela política do regime civil-militar durante os primeiros anos da distensão e as veiculações entre o esporte, a democracia e suas diversas formas de manifestação. Novas ingerências ligadas aos militares no comando do futebol brasileiro em 1975, como a do almirante Heleno Nunes e o capitão Cláudio Coutinho, revelou que os militares não estavam dispostos a retirar-se do jogo do poder. Porém, na medida em que a abertura política tornava-se inadiável e os anseios populares por anistia, voto, democracia e liberdade tornavam-se mais constantes, mudanças na estrutura do comando desportivo tornaram-se, também, necessárias.

O processo de ruptura entre o futebol e os governos militares no Brasil nomeou o terceiro capítulo de *A abertura política do futebol brasileiro*. Com o governo de João Figueiredo, as promessas de democracia foram renovadas e os anseios por demonstrações de ruptura entre a política e os militares tornaram-se mais contundentes. O capítulo mostrou, por meio da revista esportiva *Placar*, o processo de criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a escolha do empresário Giulite Coutinho como presidente da nova entidade, em 1979, destacando os posicionamentos favoráveis e contrários à nova instituição. Notou-se, pela análise da revista *Placar*, que o impresso notabilizou-se por suas posições sobre o assunto e na formação de opinião com a adoção de uma postura adequada a nova CBF e um posicionamento crítico em relação ao almirante Heleno Nunes. Também

foi possível perceber que as edições da revista esportiva tornavam-se mais contestadoras em suas reportagens e em suas novas seções, com as participações de Juca Kfoury e João Saldanha.

Com a nova direção da CBF sobre o futebol, o campeonato brasileiro de clubes experimentou novas fórmulas e ganhou destaque nas páginas de *Placar*. Como o impresso da Editora Abril havia proposto, ainda em 1970 a reformulação do certame nacional de clubes, *Placar* assumiu uma parcela do mérito pelas mudanças operadas pela CBF com a diminuição do número de equipes participantes na competição. Diante das transformações políticas, o futebol revelou formas de manifestação por democracia nos estádios com faixas que clamavam por anistia, no discurso de alguns atletas sobre as eleições e na promoção da Seleção brasileira de 1982 como sendo a ‘Seleção da abertura’. A revista *Placar* acompanhou toda a trajetória do selecionado brasileiro nos jogos amistosos e eliminatórios que precederam o mundial da Espanha, mostrando as expectativas nacionais com um novo título internacional e o trabalho realizado pelo técnico Telê Santana. Apesar da conquista do tetracampeonato não ter acontecido, foi notório como a Seleção de 1982 permaneceu aclamada como a melhor equipe do mundial e como a gestão da CBF era positivamente avaliada. Durante o mundial, a revista *Placar* contou com as participações do técnico Telê Santana e do jogador Sócrates nas seções ‘Abrindo o jogo’ e ‘Diário de Sócrates’ respectivamente, o que tornava o impresso em um elo entre Seleção nacional e os torcedores brasileiros.

Ainda em 1982, as eleições foram apresentadas pela revista *Placar* como uma ‘paixão’ tão motivadora como o próprio futebol, e as propostas políticas de alguns jogadores, como Sócrates, revelavam que os atletas do esporte mais popular do país estavam cientes das demandas populares e das medidas políticas e sociais mais urgentes.

Dessa forma, foi possível perceber que o futebol brasileiro passou por mudanças estruturais decorrentes do processo nacional de abertura política. Para desvincular o esporte dos militares, o governo Figueiredo promoveu a criação da CBF e a nomeação de um civil para presidência da nova entidade, encerrando a gestão do almirante Heleno Nunes e a participação de militares no comando das atividades da Seleção brasileira. O futebol moldou-se à nova realidade política nacional e às demandas por democracia no país, incorporando, por meio da revista *Placar*, a roupagem da ‘Seleção da abertura’. Mesmo sem a vitória nos gramados da Espanha, o futebol de 1982 permaneceu como um símbolo da democracia e como a ruptura definitiva com as Seleções anteriormente militarizadas.

**FONTE**

- Revista Esportiva Placar.
- 01 de janeiro de 1970.
- 12 de março de 1970.
- 20 de março de 1970.
- 27 de março de 1970.
- 03 de abril de 1970.
- 15 de maio de 1970.
- 10 de junho de 1970.
- 07 de agosto de 1970.
- 02 de outubro de 1970
- 03 de março de 1972.
- 01 de junho de 1973.
- 06 de junho de 1973.
- 15 de junho de 1973.
- 22 de junho de 1973.
- 27 de julho de 1973.
- 03 de agosto de 1973.
- 31 de agosto de 1973.
- 07 de setembro de 1973.
- 28 de setembro de 1973.
- 05 de outubro de 1973.
- 21 de março de 1975.
- 26 de dezembro de 1975.
- 20 de janeiro de 1978.
- 27 de janeiro de 1978.
- 03 de fevereiro de 1978.
- 02 de março de 1978.
- 23 de junho de 1978.
- 02 março 1978.
- 19 de janeiro de 1979.
- 26 de janeiro de 1979.
- 02 de fevereiro de 1979.
- 09 de fevereiro de 1979.
- 16 de fevereiro de 1979.
- 23 de fevereiro de 1979.
- 09 de março de 1979.

- 19 de março de 1979.
- 23 de março de 1979.
- 30 de março de 1979.
- 06 de abril de 1979.
- 13 de abril de 1979.
- 20 de abril de 1979.
- 27 de abril de 1979.
- 04 de maio de 1979.
- 11 de maio de 1979.
- 18 de maio de 1979.
- 25 de maio de 1979.
- 01 de junho de 1979.
- 20 de julho de 1979.
- 27 de julho de 1979.
- 03 de agosto de 1979.
- 17 de agosto de 1979.
- 24 de agosto de 1979.
- 31 de agosto de 1979.
- 07 de setembro de 1979.
- 14 de setembro de 1979.
- 21 de setembro de 1979.
- 28 de setembro de 1979.
- 12 de outubro de 1979.
- 19 de outubro de 1979.
- 26 de outubro de 1979.
- 09 de novembro de 1979.
- 16 de novembro de 1979.
- 23 de novembro de 1979.
- 30 de novembro de 1979.
- 07 de dezembro de 1979.
- 14 de dezembro de 1979.
- 21 de dezembro de 1979.
- 28 de dezembro de 1979.
- 11 de janeiro de 1980.
- 01 de fevereiro de 1980.
- 09 de maio de 1980.
- 16 de maio de 1980.
- 27 de junho de 1980.

- 04 de julho de 1980.
- 11 de julho de 1980.
- 18 de julho de 1980.
- 25 de julho de 1980.
- 01 de agosto de 1980.
- 08 de agosto de 1980.
- 15 de agosto de 1980.
- 22 de agosto de 1980.
- 29 de agosto de 1980.
- 05 de setembro de 1980.
- 12 de setembro de 1980.
- 19 de setembro de 1980.
- 26 de setembro de 1980.
- 03 de outubro de 1980.
- 10 de outubro de 1980.
- 17 de outubro de 1980.
- 24 de outubro de 1980.
- 31 de outubro de 1980.
- 16 de janeiro de 1981.
- 23 de janeiro de 1981.
- 30 de janeiro de 1981.
- 06 de fevereiro de 1981.
- 13 de fevereiro de 1981.
- 20 de fevereiro de 1981.
- 27 de fevereiro de 1981.
- 06 de março de 1981.
- 13 de março de 1981.
- 20 de março de 1981.
- 27 de março de 1981.
- 03 de abril de 1981.
- 10 de abril de 1981.
- 17 de abril de 1981.
- 24 de abril de 1981.
- 01 de maio de 1981.
- 08 de maio de 1981.
- 15 de maio de 1981.
- 22 de maio de 1981.
- 29 de maio de 1981.

- 05 de junho de 1981.
- 12 de junho de 1981.
- 19 de junho de 1981.
- 26 de junho de 1981.
- 03 de julho de 1981.
- 10 de julho de 1981.
- 17 de julho de 1981.
- 24 de julho de 1981.
- 31 de julho de 1981.
- 07 de agosto de 1981.
- 14 de agosto de 1981.
- 21 de agosto de 1981.
- 28 de agosto de 1981.
- 04 de setembro de 1981.
- 11 de setembro de 1981.
- 18 de setembro de 1981.
- 25 de setembro de 1981.
- 30 de setembro de 1981.
- 02 de outubro de 1981.
- 18 de dezembro de 1981.
- 31 de dezembro de 1981.
- 08 de janeiro de 1982.
- 26 de janeiro de 1982.
- 05 de fevereiro de 1982.
- 12 de fevereiro de 1982.
- 19 de fevereiro de 1982.
- 26 de fevereiro de 1982.
- 05 de março de 1982.
- 12 de março de 1982.
- 19 de março de 1982.
- 02 de abril de 1982.
- 07 de maio de 1982.
- 28 de maio de 1982.
- 04 de junho de 1982.
- 18 de junho de 1982.
- 25 de junho de 1982.
- 02 de julho de 1982.
- 09 de julho de 1982.

- 16 de julho de 1982.
- 23 de julho de 1982.
- 15 de outubro de 1982.
- 19 de novembro de 1982.
- 26 de novembro de 1982.



## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura imprensa e estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Lutas democráticas contra a ditadura.** In: Revolução e democracia, 1964. Organizadores: Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BECKER, Jean-Jacques. **Opinião pública.** In: Por uma história política. René Remond. 2a.ed. Rio de Janeiro: FVG, 2003.
- BIROLI, Flávia. **Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia.** Varia História, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p. 269-291, jan/jul 2009.
- BRASIL. Decreto lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm)>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.
- CALDAS, W. **O pontapé inicial:** memória do futebol brasileiro. São Paulo: Ibrasa, 1990.
- CAPELLO, Guilherme Henrique. **Em encontro (histórico) entre o rádio e futebol na constituição cultural brasileira.** VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Unicentro, Guarapuava, PR, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

- CARVALHO, Alessandra. **As atividades político partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro.** In: A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Organizadores: Denise Rollemberg, Samantha Quadrat. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASTRO, Antônio Barros de. **A economia brasileira em marcha forçada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHAUI, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil.** São Paulo: Lua Nova, 71, 2007.
- COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1978.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal:** notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- COUTO, André Alexandre Guimarães. **O discurso pela imagem:** Manchete Esportiva e sua proposta fotojornalística (1955-1959 e 1977-1979). In: O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil. Organizadores: Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Victor Andrade de Melo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- DA MATTA, Roberto (org.). **Universo do Futebol.** Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o Golpe de 1964:** memórias, história e historiografia. Dossiê, 2009.
- MELO, Demian Bezerra de. **O plebiscito de 1963:** inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. Dissertação de mestrado- Universidade Federal Fluminense, 2009.

- DREIFUSS, René. 1964. **A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Discursos Presidenciais. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: [www.biblioteca.presidencia.gov.br/](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/).
- FASSY, Amaury. **Brasil tetracampeão mundial?** Brasília: Horizonte, 1982.
- FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº47, p. 29-60, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O grande irmão**. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O Governo dos EUA e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FILHO, Laurindo Leal. **Quarenta anos depois, a TV brasileira ainda guarda as marcas da ditadura**. Revista da USP, SP, n. 61, p. 40-47, março/maio 2004.
- FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- \_\_\_\_\_; WASSERMAN, Cláudia. **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2010.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do Jornal dos Sports entre 1930-1980**. In: O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil. Organizadores: Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Victor Andrade de Melo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- KINZO, Maria D'Alva. **A redemocratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo: Perspectiva 15(4) 2001.
- KUSHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. Estudos históricos, 1999, pp. 227-250.
- LANZA, Fábio. **Igreja Católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil: a memória dos bispos paulistas sobre o Golpe militar**. II Simpósio sobre Religião, Religiosidade e Cultura. UFGR, Dourados-MS: abril, 2006.
- LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós 1964**. VI Congrès du CELAIS, Tolouse, France, 2010.

- LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento 1974-76.** Sonho e fracasso. Rio de Janeiro, Tese, 1978.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Longo presente:** O papel da imprensa no processo de redemocratização – a Folha de São Paulo em 1974. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013. p. 72-107.
- LUCA, Tânia Regina de. **Um repertório do Brasil:** tradição e inovação da Revista Nova. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 97-107, julho-dezembro, 2006.
- \_\_\_\_\_; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ORTIZ, Renato. **A Moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ORTRIWANO, Gisela Swetçana. **Radiojornalismo no Brasil:** fragmentos de história. Revista USP. N. 56, p. 66-85, dez-fev. 2002-2003.
- MACARINI, João Pedro. **Governo Geisel:** transição político-econômica? Um ensaio de revisão. IE/UNICAMP. N. 142, maio, 2008.
- MALAIA, João. **Placar: 1970.** In: O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil. Organizadores: Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Victor Andrade de Melo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- MARINHO, Inezil Renna. **Sistemas e métodos de educação física.** São Paulo: Mercúrio, 1958.
- MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. **O que se passou em São Luís?** Representações sobre a greve da meia passagem de 1979. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Departamento de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2009.

- MARTINS FILHO, José Roberto. **O palácio e a caserna.** A dinâmica militar das crises políticas na ditadura, 1964-1969. São Carlos, São Paulo: Editora da UFScar, 1996.
- MASCARENHAS, Gilmar. **Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão do futebol.** Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidade de Barcelona, nº 69, 1 de agosto de 2000.
- MELO, Demian Bezerra de. **O plebiscito de 1963:** inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. Dissertação de mestrado- Universidade Federal Fluminense, 2009.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Revolta em Florianópolis:** a Novembrada de 1979. 1.ed. Florianópolis: Editora Insular, 1995.
- MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas:** o caso da Editora Abril. Campinas: 1997.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart:** as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 7.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985.** 4.ed. São Paulo: Editora Atual, 1998.
- NETO, Amarildo Ferreira (org). **Pesquisa histórica na educação física.** CEFD/UFES, Volume 1 e 2. Vitória, 1996.
- OLIVEIRA, Vitor Marinho. **Consenso e conflitos da educação física brasileira.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983).** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

- PIRES, G.L. **Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte.** Revista de Educação Física da Uem, Maringá, PR, v.9, n.1, p. 25-34, 1998.
- \_\_\_\_\_; NAKANO, Yoshiaki. **Os fatores aceleradores da inflação brasileira em 1979 e 1983.** In: Inflação e Recessão. Anais do X Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Belém, dezembro 1983. Revista de Economia Política 4(1), janeiro-março 1984: 5-22. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Books/InflacaoeRecessao-1Edicao/11-Recess%C3%A3o-e-Infla%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2014.
- RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder.** Petrópoles: Vozes, 1982.
- RIBEIRO, S. D. D. ; PIRES, G. L. . **Indústria cultural, esporte e mídia: faces ocultas do poder simbólico.** In: MEZZAROBA, C; ZOBOLI, F.; DANTAS Junior, H.; KUHN, R. (orgs.). (Org.). Educação física, esporte e sociedade: temas emergentes - Vol. 6. 1ed.São Cristóvão: Ed. UFS, 2013, v. 1, p. 64-93.
- RIDENTI, Marcelo. **As oposições à ditadura: resistência e integração.** In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- RODRIGUES FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro.** São Paulo Civilização Brasileira, 1964.
- RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. **A ditadura civil-militar em tempos de radicalizações e barbárie, 1968-1974.** In: Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EduERJ, 2006.

- SANTOS, Daniel Araújo dos. **Futebol e política**: a criação do campeonato nacional de clubes de futebol. Dissertação de mestrado, História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 2012.
- SANTOS NETO, José Moraes dos. **Visão do jogo**: primórdios do futebol no Brasil. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo**: uma história institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- SCHATZ, Patrícia Volk. **A estatização do futebol**: da Copa do Mundo de 1970 a Mini-Copa de 1972. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Curso de História, 2012.
- \_\_\_\_\_ . **A Pátria de Chuteiras**: a Copa do Mundo de 2014 e os investimentos do PAC em Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Geografia, 2014.
- SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SILVA, Sônia Maria Menezes. **A Operação Midiográfica**: a produção de acontecimentos históricos através dos meios de comunicação- A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese de Doutorado- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: mudança nos padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- THOMPSON, John. **Mídia e Modernidade**: uma teoria social da mídia. São Paulo: Vozes, 2004.

- TOLEDO, Luiz Henrique de. **A cidade e o jornal: A Gazeta Esportiva e os sentidos da modernidade na São Paulo da primeira metade do século XX. In: O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil.** Organizadores: Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Victor Andrade de Melo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.